

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PÓS-GRADUAÇÃO NUTRIÇÃO HUMANA**

JUSSARA MAYSIA SILVA CAMPOS

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES E A SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Brasília
2015

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PÓS-GRADUAÇÃO NUTRIÇÃO HUMANA**

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES E A SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Nutrição Humana, da Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Nutrição Humana.

Aluna: Jussara Maysa Silva Campos
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu

Brasília
2015

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO HUMANA**

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES E A SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

MEMBROS DA BANCA:

Professora Doutora Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu
(Presidente)

Professora Doutora Maria Fátima Sousa
(Membro externo)

Professora Doutora Érika Barbosa Camargo
(Membro externo)

Professora Doutora Wilma Maria Araújo Coelho
(Membro interno)

Professora Doutora Raquel Braz Assunção Botelho
(Membro interno)

Professor Doutora Izabel Cristina Rodrigues da Silva
(Membro externo)

Campos, Jussara Maysa Silva
Qualificação Profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e
Nutricional/Jussara Maysa Silva Campos
Tese de doutorado/ Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade
de Brasília. Brasília, 2015.

Área de Concentração: Nutrição Humana
Orientadora: Profª Drª Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu

1. Segurança Alimentar e Nutricional 2. Gênero feminino 3. Programa
Mulheres Mil.

Para Ana, José, Moema, Clara e Renato que me proporcionam a alegria da vida em família e o incentivo pela busca de uma educação melhor em nosso país.

AGRADECIMENTOS

À professora Rita de Cássia Akutsu pelo exemplo profissional, pessoal, pela parceria de dez anos e também pela amizade!

A professora Karin pela confiança no desenvolvimento da pesquisa.

A Rafaella Silveira pelo companheirismo e amizade.

Ao Dante Cardoso pelo empenho e capricho no auxílio com os bancos de dados.

A Tia Rosa e família pelos momentos de apoio e compreensão.

As minhas queridas amigas Maria Fernanda e Thais Coutinho pelas horas, dias e meses de estudo, dedicação, paciência e, especialmente, companheirismo.

As mulheres incríveis que conheci e que participaram do Programa Mulheres Mil, pois me motivaram a investir meus esforços pela educação no país.

A todos os gestores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que responderam meus questionários e com muito empenho me auxiliaram na localização das egressas do programa.

Aos meus colegas de trabalho que sempre me apoiaram nos dias de cansaço e que sempre acreditaram nos resultados dessa pesquisa.

A finalidade de qualquer ação educativa deve ser a produção de conhecimentos que aumenta a consciência e a capacidade da iniciativa transformadora dos grupos (Paulo Freire).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DETERMINANTES SOCIAIS	10
2	CAPÍTULO 1 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	FOME E OS DETERMINANTES SOCIAIS	15
2.2	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: INTERSETORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	19
2.3	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, SOBERANIA ALIMENTAR E RELAÇÕES DE GÊNERO	27
2.4	CONTEXTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	33
2.5	O PROGRAMA MULHERES MIL	37
2.6	O BEM-ESTAR SUBJETIVO	42
3	CAPÍTULO 2 OBJETIVOS E MODELO TEÓRICO	46
3.1	OBJETIVOS DE PESQUISA	46
3.2	MODELO TEÓRICO	47
4	CAPÍTULO 3: MÉTODO	48
4.1	ESTRATÉGIA DE PESQUISA	48
4.2	AMOSTRA	49
4.2.1	Amostra de campi	49
4.2.2	Amostra de gestores	52
4.2.3	Amostra de participantes	52
4.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	53
4.3.1	Variáveis demográficas e socioeconômicas	54
4.3.2	Bem Estar Subjetivo	54
4.3.3	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar domiciliar	55
4.3.4	Variáveis relacionadas às mudanças vivenciadas após a participação no Programa	56
4.3.5	Avaliação do Programa Mulheres Mil na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional	56
4.4	TRABALHO DE CAMPO	57
4.4.1	Análise de juízes	57
4.4.2	Análise semântica	58
4.4.3	Projeto piloto	59
4.4.4	Primeira etapa	60
4.4.5	Segunda etapa	61
4.4.6	Análise das matrizes curriculares	61
4.5	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS BANCOS DE DADOS	61
4.5.1	Análise qualitativa	61
4.5.2	Análise quantitativa	62
5	CAPÍTULO 4 - RESULTADOS	64
	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA	65
	O PROGRAMA MULHERES MIL E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	84

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E BEM-ESTAR SUBJETIVO DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL	102
6 CONCLUSÕES	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
APÊNDICES	141
ANEXOS	148

LISTA DE FIGURAS

Figura	1	Diferentes níveis de causas da fome.....	17
Figura	2	Mapa nacional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	35
Figura	3	Modelo teórico da pesquisa.....	47
Artigo 3 – Segurança Alimentar e Nutricional e Bem-Estar Subjetivo de mulheres em vulnerabilidade social.....			102
Figura	1	Nuvem de palavras de maior frequência acumulada em relação às principais mudanças vivenciadas pelas participantes do Programa Mulheres Mil, 2015.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População brasileira residente classificada por sexo, segundo região geográfica – Brasil, 2003.....	38
Tabela 2	Perfil de distribuição regional de pessoas do sexo feminino que eram referências de suas famílias, no período de 1996 a 2003.....	39
Tabela 3	Distribuição geográfica do Programa Mulheres Mil no Brasil até janeiro de 2013.....	50
Tabela 4	Perfil de representatividade da amostra em comparação à distribuição regional do Programa Mulheres Mil no Brasil até janeiro de 2013.....	50
Tabela 5	Perfil de representatividade da amostra de estudantes em relação ao número de matriculadas nos cursos do Programa Mulheres Mil nos <i>campi</i> participantes, 2015.....	53
Tabela 6	Perfil de confiabilidade das Escalas de Insegurança Alimentar domiciliar e de Bem-Estar subjetivo aplicadas às egressas do Programa Mulheres Mil, 2015.....	63
Artigo 1	– Segurança Alimentar e Nutricional, Gênero e Educação: uma abordagem integrativa.....	65
Tabela 1	Número de publicações científicas encontradas de acordo com as palavras chave, 2015.....	69
Tabela 2	Pontuação final das publicações científicas selecionadas a partir dos critérios da presente revisão integrativa, 2015.....	70
Artigo 2	– O Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.....	84
Tabela 1	Perfil de execução do Módulo Educacional Central dos cursos ofertados nos <i>campi</i> participantes da pesquisa, 2015.....	90
Artigo 3	– Segurança Alimentar e Nutricional e Bem-Estar Subjetivo de mulheres em vulnerabilidade social.....	102
Tabela 1	Caracterização e Medida de Associação das variáveis demográficas e socioeconômicas pesquisadas ao início e após a conclusão do curso do Programa Mulheres Mil, 2015.....	110
Tabela 2	Apresentação do diagnóstico de Segurança Alimentar das participantes do Programa Mulheres Mil, 2015.....	111

Tabela	3	Apresentação da relação entre renda e situação de Segurança Alimentar ao início e após a conclusão do curso do no Programa Mulheres Mil, 2015.....	111
Tabela	4	Perfil de renda das participantes do Programa Mulheres Mil, segundo a situação de Segurança Alimentar ao início e após a conclusão do curso, 2015.....	112
Tabela	5	Medida de tendência central e variância dos fatores do Bem-Estar Social das participantes do Programa Mulheres Mil, 2015.....	112
Tabela	6	Descritiva das principais mudanças declaradas pelas participantes após o curso do Programa Mulheres Mil, 2015.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro	1	Panorama brasileiro das principais políticas e programas públicos e seus respectivos atores categorizados de acordo com os níveis de exigibilidade do Estado quanto ao Direito Humano à Alimentação Adequada.....	28
Quadro	2	Perfil de projetos desenvolvidos ao longo da execução do Projeto Mulheres Mil nas regiões Norte e Nordeste no período de 2007 a 2010.....	38
Quadro	3	Distribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia participantes da pesquisa e os respectivos cursos ofertados, por região geográfica, no período de 2013 a 2014.....	51
Quadro	4	Perfil das variáveis demográficas e socioeconômicas investigadas durante o início e após a conclusão dos cursos pesquisados, durante 2013 e 2014.....	54
Quadro	5	Descrição dos blocos de perguntas aplicadas aos gestores do Programa Mulheres Mil, 2015.....	57
Artigo 1 - Segurança Alimentar e Nutricional, Gênero e Educação: uma abordagem integrativa.....			65
Quadro	1	Perfil dos critérios de inclusão de publicações científicas sobre os temas “Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero” e “Segurança Alimentar e Educação”, no período de 2004 a 2014.....	68
Quadro	2	Descrição das publicações selecionadas de acordo com periódico e ano de publicação - pesquisa integrativa, 2004 a 2014.....	71
Quadro	3	Síntese da análise de conteúdo das principais considerações sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero, nas publicações selecionadas nas bases Scielo® e Science Direct®, no período de 2004 a 2014.....	73
Quadro	4	Síntese das categorias emergidas da análise de conteúdo da temática Segurança Alimentar e Nutricional e Educação, nas publicações selecionadas das bases Scielo® e Science Direct®, no período de 2004 a 2014.....	76
Artigo 2 – O Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.....			84
Quadro	01	Descrição dos blocos de perguntas aplicadas aos gestores do Programa Mulheres Mil, 2015.....	89

Artigo 3 – Segurança Alimentar e Nutricional e Bem-Estar Subjetivo de mulheres em vulnerabilidade social.....	102
Quadro 1 Classificação de acordo com as dimensões da SAN das frases com palavras de maior frequência acumulada, segundo relato das principais mudanças vivenciadas pelas participantes do Programa Mulheres Mil, 2015.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Artigo 2 – O Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.....		84
Gráfico 1	Percentual de indicações da oferta de temas transversais no módulo educacional central entre as cinco regiões geográficas analisadas que executam o Programa Mulheres Mil, 2015.....	91
Gráfico 2	Percentual do cumprimento dos objetivos considerados para execução do Programa Mulheres Mil, de acordo com os gestores, 2015.....	94
Gráfico 3	Percentual de contribuição do Programa Mulheres Mil quanto aos níveis de exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada apontado pelos gestores, 2015.....	95

LISTA DE SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira de Nutrição e Direitos Humanos
ACESSUAS/TRABALHO	Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho
AE-PR	Assessoria Especial da Presidência da República
BES	Bem-Estar Subjetivo
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEFET-MG	Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-RJ	Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar domiciliar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança alimentar e Nutricional
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDRA	Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

OXFAM	<i>Oxford Committee for Famine Relief</i>
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Programa Brasil Sem Miséria
PFZ	Programa Fome Zero
PlanSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMVS	Programa Meios de Vida Sustentáveis
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança
PNE	Plano Nacional de Educação
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
REAF	Rede Especializada sobre Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SETEC/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISTEC	Sistema de Informação da Educação Profissional
SPM	Secretaria de Política para as Mulheres
SPSS	<i>Program Statistical Package for Science</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Resumo

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, semelhante a outras condições sociais, apresenta uma relação de gênero, que influencia negativamente as chances de existência de insegurança alimentar moderada nos domicílios chefiados por mulheres, quando comparados aos chefiados por homens. O objetivo desta pesquisa foi analisar de que maneira a qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade pode contribuir para a SAN. Para tanto, avaliou-se as matrizes curriculares de 30 cursos ofertados, a opinião de 19 gestores e de 384 participantes do Programa Mulheres Mil em 19 *campi* da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A amostra semi probabilística considerou a distribuição normal para o critério de cálculo de tamanho amostral, com erro l de 8% e nível de confiança de 95%. Investigou-se inicialmente à abordagem dos temas “SAN e gênero” e “SAN e educação” na última década. Também se pesquisou aspectos econômicos e sócio demográficos, o Bem-Estar Subjetivo e a insegurança alimentar das participantes do Programa Mulheres Mil. Verificou-se que as publicações selecionadas ratificam os avanços brasileiros da SAN na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e que, apesar da maior vulnerabilidade feminina à insegurança alimentar, é inegável a contribuição das mulheres na promoção de SAN. Constatou-se potencialidades entre as características do Programa e a SAN, sob as perspectivas do empoderamento¹ e/ou apoderamento² das mulheres, do acesso à renda e à educação, da intersetorialidade e da promoção e proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada. Quanto a investigação das participantes, observou-se que, apesar de não haver alteração no estado de Bem-Estar Subjetivo e na insegurança alimentar das participantes, constataram-se diferenças significativas em relação à renda, especialmente entre aquelas em situação de insegurança alimentar, variando de 20,5% para 46% o número de participantes componentes da faixa de renda superior a um salário mínimo. 75,8% das mulheres se motivaram a continuar os estudos. Também se constatou relação entre as principais mudanças vivenciadas pelas participantes e as dimensões da SAN (acesso, utilização biológica e estabilidade). Conclui-se, portanto que a qualificação profissional investigada apresenta potencialidades de contribuição para a SAN. Diante disso, a proposta da presente pesquisa visa contribuir para o avanço nas limitações observadas, assim como para a práxis de uma educação emancipadora que possibilitará melhoria das condições de acesso, utilização biológica dos alimentos e estabilidade da SAN. Sendo assim, esta pesquisa objetiva que se compreenda que a educação e a alimentação adequada são direitos humanos fundamentais para o Bem-estar e que as cidadãs devem ser empoderadas e apoderar-se do que lhes é devido.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade Social e Educação.

WOMEN PROFESSIONAL QUALIFICATION AND FOOD AND NUTRITION SECURITY

Abstract

In Brazil, Food and Nutrition Security, similar to other social conditions, presents a gender relation that influences negatively the chances of moderate food insecurity in residences headed by women, in comparison to those headed by men. The aim of this research is analyzing in which ways professional qualification of women in vulnerability can contribute to Food and Nutrition Security. For this purpose, the curricular matrices of 30 offered courses, the opinion of 19 managers and 384 participants of *Mulheres Mil* Program were rated in 19 *campi* of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. The semi-probabilistic sample considers normal distribution for the sample size criterion, with error 1 of 8% and a confidence level of 95%. Initially, there was an investigation on the issues “Food and Nutrition Security and gender” and “Food and Nutrition Security and education” and their approach in the last decade. A research on economic and socio-demographic aspects, Subjective Well-Being and the *Mulheres Mil* participants food insecurity was made as well. It was verified that the selected publications ratified Brazilian advances of Food and Nutrition Security in the perspective of Human Right to Adequate Food and, in spite of the major female vulnerability to food insecurity, the contributions and promotions of women to Food and Nutrition Security are undeniable. Results found indicate potentialities between the characteristics of the Program and Food and Nutrition Safety, under the perspective of empowering women, getting access to income and education, the intersectoriality and the promotion and protection of Human Right to Adequate Food. As for the investigation of participants, it was observed that, even though there is no alteration in Food Security and Subjective Well-Being situations and the participants food insecurity, significant differences were noticed, varying from 20.5% to 46% the number of participants whose income was superior to the minimum wage. It was verified that 75.8% of women motivated themselves to continue studying. The relation between the main changes and food and nutrition security dimensions (access, biological use and stability) was evidenced as well. It is concluded that the professional qualification investigated is a potential foment to Food and Nutrition Security. The purpose presented in this research is to contribute to the advance of the noticed limitations, such as the praxis of an emancipatory education that will enable the improvement of access conditions, the biological use of food and food and nutrition security stability. It is expected that education and adequate food will be strengthened to pursue fundamental human rights and well-being (social and subjective), and female citizens should be empowered in order to get what is due to them.

Keywords: Food and Nutrition Security, Social Vulnerability and Education.

1 INTRODUÇÃO

1.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DETERMINANTES SOCIAIS

O regime latino ou mediterrâneo de Bem-Estar Social considerado como um subtipo do modelo “conservador-corporativo” ou mesmo como um tipo particular de Bem-Estar (Ferrera, 2005), segundo Frazoni (2008), é marcado por grande sobrecarga da família na proteção social. Este autor destaca também, que mesmo em países de maior proteção do Estado, como é o caso do Brasil e do Uruguai, 51,5% das mulheres dedicam seu tempo integral ao trabalho doméstico não remunerado, contribuindo para a desigualdade de gênero.

A definição de Valente (2002) acerca da Segurança Alimentar e Nutricional permite a associação do Bem-Estar Social às políticas de alimentação e nutrição ao considerar a “Segurança Alimentar e Nutricional - SAN para todos os cidadãos como um dever do Estado e uma responsabilidade da sociedade” (Valente, 2002, p.40).

A associação entre o Bem-Estar Social e o direito à alimentação na perspectiva alimentar e nutricional contribui para a definição de direitos essenciais como saúde e educação para além do estabelecimento de uma política de SAN, mas também para a configuração de outros mecanismos de proteção social com o objetivo de garantir a qualidade de vida plena e contínua (Frozi, 2004).

Hoffmann (2008), ao analisar os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2004), em todas as regiões brasileiras, observou que o estado de insegurança alimentar domiciliar era crítico naqueles domicílios que, entre outros fatores, apresentavam baixos rendimentos, tinham mulheres como responsáveis pela família e quando os responsáveis apresentavam baixa escolaridade.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança – PNDS (2006) reafirmaram o cenário apontado por Hoffman, demonstrando que a presença da insegurança alimentar domiciliar, independente do grau de gravidade, associava-se à responsabilidade de uma mulher ou alguém de baixa escolaridade (Berquó; Garcia; Lago, 2009).

A análise sobre o impacto da renda na segurança alimentar e nos graus de insegurança alimentar nos domicílios mostraram que as desigualdades regionais permanecem em todas as

faixas de rendimento e apontam para outras condições negativas, potencialmente geradoras de maior vulnerabilidade (Brasil, 2010a).

Corroborando com esses achados, Marin-Leon et al. (2011) encontraram nos domicílios com renda per capita de até um salário mínimo uma maior prevalência de insegurança alimentar e a presença de outras características como: localização em áreas metropolitanas, pessoa de referência do sexo feminino de cor negra com tempo de estudo inferior a cinco anos e mais de seis moradores por domicílio (Marin-Leon et al., 2011).

Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa, (2012) investigaram 4.525 famílias no município de Toledo-PR. O cenário de vulnerabilidade social associado ao fato de 75% das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda apresentarem insegurança alimentar, apontam para a necessidade de intensificação de políticas de SAN que prezem pela redução da desigualdade, pelo resgate dos valores éticos, de equidade, cidadania, solidariedade e respeito à cultura. As pesquisadoras também ressaltaram a importância da intensificação de políticas públicas estruturantes, tais como as políticas de promoção da igualdade de gênero, de geração de emprego, de acesso a terra e de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo.

A comparação entre as ações de alimentação e nutrição acerca do tema Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e em Portugal, revela que em nosso país, a abordagem de SAN relaciona-se diretamente com a perspectiva de realização do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA e com a promoção de saúde, enquanto em Portugal o conceito aproxima-se mais da indústria de alimentos e da produção da segurança desses (Vieira, 2013a).

Costa e Bógus (2012) indicam que a noção de Direito Humano à Alimentação, no caso dos movimentos sociais, emergiu reforçando antigas lutas, como é o caso da reforma agrária. Para as autoras, outro ponto de destaque refere-se ao direito à diversidade, e neste contexto, à diversidade ética, geracional, racial, cultural e de gênero, sendo de grande importância a elaboração de pesquisas e metodologias específicas e da inserção desta temática na formulação de políticas públicas.

Infelizmente os resultados encontrados no Brasil também se reproduzem em outros países. Estudo realizado por Floro e Swain (2014) em 14 comunidades (situadas predominantemente em favelas) na Bolívia, Equador, Filipinas e Tailândia, observou como se dá a relação da escolha da ocupação de homens e mulheres autônomas e a vulnerabilidade à insegurança alimentar de suas famílias. Para isso, os autores consideraram também as possíveis influências das relações de gênero socialmente (e domesticamente) estabelecidas

sobre a escolha ocupacional. Os resultados indicam que as mulheres tendem a se envolver com empreendimentos da área de alimentos e fornecem alguma evidência de que as mulheres independentes tendem a empregar estratégia adaptativa para melhorar o acesso aos alimentos. Diante desses achados, os autores sugerem que as relações entre renda, gênero, emprego e segurança alimentar sejam mais exploradas em outros estudos.

Nessa mesma direção, domicílios de áreas rurais do Quênia, cuja pessoa de referência é a mulher, também possuem maior probabilidade de apresentarem insegurança alimentar e nutricional, sendo uma de suas causas, o menor acesso a recursos financeiros. Por outro lado, níveis maiores de escolaridade e extensão maior de terras revelaram maior probabilidade de segurança alimentar, mesmo em domicílios chefiados por mulheres. Além das características apresentadas, constatou-se a interferência de fatores culturais e sociais ligados às relações de gênero, sendo de grande valia, segundo o autor, o desenvolvimento de novas pesquisas que investiguem a persistência da desigualdade de gênero e seus efeitos na SAN (Kassie; Nidiritu; Stage, 2014).

Além da interferência de vários fatores (econômicos, culturais, sociais, entre outros) na situação de segurança alimentar destacam-se também aqueles relacionados à saúde física e mental dos indivíduos. Carter et al. (2011) ao investigarem essas possíveis relações na Nova Zelândia, concluíram que o sofrimento psicológico frente à insegurança alimentar é ligeiramente maior em mulheres do que em homens. Porém, os autores indicam que mais pesquisas devem ser realizadas para compreensão dessa evidência, assim como destacam que políticas públicas voltadas à segurança alimentar podem contribuir para a saúde física e mental dos cidadãos.

Kiptot, Franzel e Degrand (2014) identificaram as contribuições das mulheres na agroecologia e analisaram em que medida elas podem contribuir para a redução da insegurança alimentar na África. Diante dos resultados, realizaram algumas recomendações diretamente relacionadas à igualdade de gênero, como por exemplo: o desenvolvimento de técnicas de processamento adequadas às mulheres; promoção do acesso das mulheres às instituições de crédito e a realização de treinamentos para divulgação de conhecimentos e técnicas de maneira equitativa entre homens e mulheres.

Siliprandi já destacava em 2004, que o papel das mulheres costuma ser o de guardiã do bem-estar dos demais membros da família e que na perspectiva de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, se faz necessária à melhoria do acesso à educação e às informações nutricionais e de saúde (Siliprandi, 2004).

Mesmo diante de alguns avanços na redução da desigualdade de gênero no Brasil e no mundo, ainda existem demandas históricas a serem superadas, como o acesso das mulheres aos recursos produtivos, as relações sexuais do trabalho e a valorização da mulher. A título de exemplificação dessas demandas, encontram-se o enfrentamento da questão do trabalho doméstico; a garantia do acesso a políticas públicas de crédito, água, terra, emprego; a equidade de renda; a garantia dos direitos reprodutivos de homens e mulheres; a eliminação de todas as formas de discriminação; a promoção de padrões que estigmatizam a imagem da mulher; a valorização do trabalho não remunerado das mulheres nas contas nacionais (ratificando a contribuição das mulheres para a economia); a promoção e o aumento da participação das mulheres em todas as políticas, programas e projetos de promoção do desenvolvimento e o aumento do acesso das mulheres a informações, como condição de melhoria da participação (Siliprandi, 2013).

O enfrentamento das desigualdades, inclusive a de gênero, pressupõe o empoderamento. Entretanto, é importante lembrar que apesar de ser um dos passos fundamentais, não é suficiente para a garantia da transformação social (Shor; Freire, 1986). Para Freire (1986), o processo de empoderamento representa além de uma ação individual, uma ação política das classes dominadas em busca de sua liberdade, na qual a educação representa importante estratégia de luta.

Desde 2011, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica executa o Programa Nacional Mulheres Mil, que segundo seus documentos oficiais, por meio de sua metodologia própria, denominada de Acesso, Permanência e Êxito, objetiva ofertar formação profissional e tecnológica articulada à elevação de escolaridade de mulheres em vulnerabilidade social no país (Brasil, 2011a).

Segundo Pacheco (2011), a estrutura multicampi da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

A partir das inquietações da autora, decorrentes e derivadas da sua prática profissional, e objetivando compreender quais as possíveis contribuições da educação profissional e tecnológica, sob a perspectiva de um programa com recorte de gênero feminino, para a segurança alimentar e nutricional no país, o presente estudo foi estruturado.

Contextualizada como uma abordagem intersetorial em relação à Segurança Alimentar e Nutricional, formulou-se a seguinte pergunta norteadora:

De que maneira a qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade social pode contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional?

Para tanto, foram articulados os objetivos considerados pelos gestores para execução do Programa avaliados sob a perspectiva da SAN, os níveis de exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA, a situação de Segurança Alimentar domiciliar e Bem-Estar Subjetivo das participantes. Embasados num referencial amplamente consolidado e em instrumentos testados e validados, buscou-se responder a pergunta norteadora do presente estudo.

Nesse sentido, o presente trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos e na presente introdução. O Capítulo 1 trata da revisão de literatura, onde são discutidos os temas fome e os determinantes sociais; Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil; o Direito Humano à Alimentação Adequada, a soberania alimentar e as relações de gênero; contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; o Programa Mulheres Mil e o Bem-Estar Subjetivo. No Capítulo 2 são discutidos os objetivos de estudo e o modelo teórico proposto. No Capítulo 3 está descrito o método adotado para a pesquisa. Por fim, o Capítulo 4 traz os resultados desta pesquisa na forma de três artigos estruturados.

2 CAPÍTULO 1 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FOME E OS DETERMINANTES SOCIAIS

No Brasil, a luta contra a fome é abrilhantada pela participação marcante do grande pensador Josué de Castro que, influenciado pela geografia Lablachiana¹, associou a dimensão fisiológica da nutrição humana e as características da organização social do país, relacionando a fome ao processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a fome se configura como a expressão da relação entre o biológico e o social (Magalhães, 1997).

Castro (1933) propôs a sistematização nas noções básicas que a fisiologia (à época) dispunha para a compreensão do problema alimentar e ressaltou que nos chamados “governos científicos”, este problema recebeu atenção especial, mesmo em civilizações antagônicas como Estados Unidos e União Soviética.

Na década de 1940, Josué de Castro apontava como básica a compressão da fome como um processo intimamente relacionado ao perfil histórico de consolidação das estruturas econômicas, políticas e sociais do país. A partir da década de 1950, passou a explorar a articulação entre a fome e os principais determinantes do subdesenvolvimento (Magalhães, 1997).

A criação de organismos internacionais dedicados à questão alimentar, ao longo dos anos 40, como é o caso da Food and Agriculture Organization - FAO (1945) e da Organização Mundial da Saúde – OMS (1948), integraram um contexto de inclusão progressiva dos temas pobreza e fome nas preocupações de outros organismos internacionais com atuação de âmbito mais geral, inclusive o Banco Mundial (Maluf; Reis, 2013).

Em 1953, a FAO durante a sua VII Sessão de sua Conferência, realizou a primeira referência sobre o conceito de segurança alimentar associado à assistência alimentar. Nessa época, a assistência alimentar realizada por meio de excedentes de alimentos, era compreendida como um componente da segurança alimentar (Lehaman, 1996).

Na década de 1970, pesquisadores como Allan Berg também exploravam as dimensões sociais e econômicas da desnutrição em países em desenvolvimento e investigavam as relações entre a nutrição e o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a desnutrição deveria ser compreendida como preocupação prioritária da política de

¹ Vidal de La Blache - geógrafo francês que nos anos 1920 investigou a fome. Para La Blache, havia uma interação mútua entre as condições físicas e o homem (Taranto, 1982).

desenvolvimento, exigindo mobilização e esforço de vários colaboradores, instituições, disciplinas e setores (Hakim; Solimano, 1989).

A relevância da compreensão sistêmica foi ratificada por Berg (1973) ao afirmar que a abordagem da desnutrição deveria basicamente considerar que se tratava já naquela época, de um problema cujas soluções envolviam o sistema econômico como um todo. Para Levinson (1974, p. 2), “os problemas de equidade inerentes aos padrões de desenvolvimento (orientados pelo investimento) se refletem em desnutrição disseminada”.

Nesta mesma direção, Mellor (1973) acreditava que para uma confrontação séria da desnutrição, os países deveriam reavaliar seus modelos de desenvolvimento econômico centralizando suas ações na produção de alimentos e geração de empregos, aumentando a renda dos menos favorecidos.

A partir da década de 1970, destaca-se a contradição entre os avanços trazidos pela modernização no campo (e o considerável aumento na produção agrícola) e cenário dos índices de miséria e fome no país, relata Silva (1996) ao analisar o resgate do tema “Fome” no contexto das relações sociais produzidas pelo capitalismo. A autora dedicou-se à história do Vale do Jequitinhonha, região nacionalmente conhecida pelos seus elevados índices de pobreza.

Diante do entendimento de que as possibilidades de redução da pobreza e os objetivos de crescimento econômico envolveriam opções divergentes, o Banco Mundial tornou-se o principal disseminador da adoção do critério do atendimento das necessidades básicas da população, a partir dos anos 1970 (Maluf, 2011).

Tobelem (1974) em sua obra “Josué de Castro e a descoberta da Fome” apresentou três abordagens acerca da compreensão deste autor quanto ao fenômeno da fome, sendo elas: a médica - associada à ausência de nutrientes essenciais, as “fomes ocultas” e as consequências físicas das carências dos diferentes grupos de alimentos; a sociológica - apresentava o rompimento do “tabu da fome” que se explicava por razões de ordem econômica e a geográfica - que permitia a distinção das diferentes dificuldades geográficas que os homens podem encontrar para solucionar o problema da fome. Sendo que nesta última, Castro analisava o contraste entre a riqueza natural de algumas regiões, coexistindo com a pobreza de seus habitantes.

Nessa época, as intervenções que apresentavam destaque na literatura incluíam: educação nutricional, novos alimentos e esquemas de fortalecimento, programas de alimentação para crianças, melhoria nos serviços de saúde e saneamento, aumento na

produtividade agrícola e melhoria nos sistemas de comercialização de alimentos (Berg; Call; Levinson, 1973).

Em 1974, foi realizada a Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas. Segundo Jonsson (1989), o resultado mais importante desse evento foi no deslocamento do tema fome da área técnica para a área social e política.

Ljungqvist, Mgaza e Jonsson, em 1979, desenvolveram uma análise da fome em diferentes níveis: Sintomas ou sinais - manifestações diretas da fome observáveis na sociedade; Causas imediatas - remetem à ingestão insuficiente de nutrientes e à doença; Causas mediatas - resultado do acesso desigual a recursos, serviços (entre outros) e, Causas básicas – mobilização e distribuição dos recursos potenciais de uma dada sociedade.

Valente (1989) enriqueceu o esquema proposto por Jonsson (1981) sobre os diferentes níveis da fome e pontuou que de acordo com a classe social, existia um conjunto distinto de causas mediatas e imediatas, determinadas por sua inserção na organização social de produção. A partir dessa proposta, se poderiam explicar as eventuais modificações ou a manutenção das causas citadas nas diferentes classes sociais. O esquema adaptado por Valente pode ser visualizado na Figura 01.

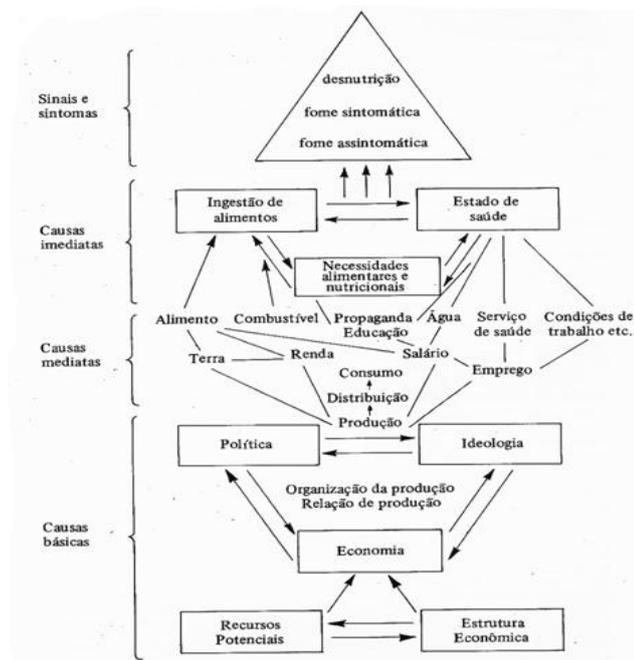


Figura 01 – Diferentes níveis de causas da fome
Fonte: Jonsson (1981) modificado por Valente (1989)

A partir do esquema proposto, Valente (1989) esclarece, por exemplo, que no caso das classes detentoras dos meios de produção, o equilíbrio entre a ingestão de alimentos e as necessidades nutricionais apenas se direcionava a níveis de fome/desnutrição em casos de

doenças graves. Já a classe trabalhadora, que não detém os meios de produção, apresenta um equilíbrio de extrema vulnerabilidade em relação à ingestão de nutrientes e às necessidades nutricionais.

Para Feliciello e Garcia (1996), as sociedades capitalistas ocidentais, nas quais a garantia das condições de vida (alimentação, saúde, educação, habitação, etc) está genuinamente relacionada ao acesso ao trabalho e à renda, a miséria resulta do desemprego e, da falta ou inadequação da distribuição da renda. Os autores apontaram para o enfretamento das causas relacionadas à miséria, a necessidade de articulação entre a tecnologia e a construção de ações de construção da cidadania. Caso contrário, a via tecnológica tornar-se-ia apenas uma estratégia conservadora no enfretamento da miséria e suas causas.

Galeazzi (1996) analisando as manifestações dos problemas alimentares, ressaltou a relevância hierárquica dos problemas estruturais de acesso alimentar diante dos demais. Para a autora, o acesso aos alimentos deveria estar fortemente relacionado à oferta de alimentos de maneira tal que os cidadãos obtenham uma disponibilidade agregada nacional que seja:

- a) Suficiente – atendendo às demandas efetivas e potenciais (relativa aos excluídos do mercado);
- b) Estável – buscando neutralizar as flutuações cíclicas;
- c) Autônoma – apresentando autossuficiência nacional dos produtos considerados básicos no país;
- d) Sustentável – garantindo o uso em longo prazo dos recursos naturais e,
- e) Equitativa – possibilitando o acesso universal ao mínimo nutricional do ponto de vista qualitativo e quantitativo (Galleazi, 1996, p. 139).

Maluf (2000) reforçava que a questão alimentar relacionava-se aos processos de desenvolvimento econômico por motivos de ordem ética, econômica, política, bem como pela influência no padrão de equidade social de uma sociedade. Sendo o desenvolvimento econômico compreendido como um processo sustentável de melhoria de vida de uma sociedade que define os fins e os meios de alcançá-lo.

Nesse sentido, a desigualdade de renda se caracteriza como um dos principais problemas entre os brasileiros, comprometendo o acesso à alimentação. A dificuldade de acesso aos alimentos, por um contingente significativo de nossa população, sempre foi considerada a barreira principal para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Embora a condição de segurança alimentar abranja muitos outros aspectos, é fato que a falta de renda para a aquisição dos alimentos adequados e em quantidade suficiente mostra-se como o fator

principal da insegurança alimentar. Isto se dá em função de que a economia brasileira é altamente monetarizada e as alternativas para os mais pobres (que não podem comprar seus alimentos e nem conseguem produzi-los) são bastante escassas e por isto passam sempre por intervenções do estado (Brasil, 2010a).

Cabe destacar que em 2004, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL já indicava que o aumento da renda das famílias em maior vulnerabilidade não se traduzia automaticamente em diminuição da desnutrição, sendo mister ponderar também as condições de moradia, acesso à água potável, sistema de esgotamento sanitário e serviços de saúde, o conhecimento de normas de higiene e na manipulação dos alimentos e hábitos alimentares (CEPAL, 2004).

Enfim, todos esses determinantes apontam para a necessidade de um sistema de proteção social que inclua a população mais vulnerável e que as estratégias devem sempre ser pautadas nos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: INTERSETORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A evolução do conceito de segurança alimentar em nosso país é inseparável da trajetória da luta da sociedade brasileira contra a fome, democratização e também da busca pela construção de um país com equidade e justiça econômica e social. A partir da década de 1980 ocorreu a retomada dessa luta frente ao cenário da reorganização do sindicalismo, do movimento sanitarista e da sociedade civil, após quase vinte anos de regime ditatorial (Valente, 2002).

Em 1985, início da Nova República no Brasil, a segurança alimentar apresentou-se como uma política contra a fome, contida no documento intitulado “Segurança Alimentar: proposta de uma política contra a fome”, elaborado por técnicos convidados pelo Ministério da Agricultura. Apesar de não produzir resultados práticos, o documento descrevia as diretrizes de uma política de segurança alimentar e a proposta de instituir um conselho nacional de segurança alimentar, a ser presidido pelo presidente da República, interministerial e ligado à Secretaria do Planejamento (Maluf, 2011).

Nos anos 1980, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar elementos como a qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural, assim como questões ligadas à

equidade, justiça e relações éticas entre as gerações. A questão do direito à alimentação se insere então no contexto do direito à vida, à dignidade e da satisfação das outras necessidades básicas do ser humano (Sen, 1981).

A década de 1990 representa um marco referencial para a SAN no Brasil. Em 1991, o governo paralelo, por meio do partido dos trabalhadores elaborou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (Silva et al.,1991) que foi apresentada ao presidente à época, sendo reapresentada em 1993, ao novo presidente eleito (Crusius, 1993).

Também nos anos 1990, a intensa construção coletiva e compartilhada entre organizações sociais e governo reitera a relevância da soberania alimentar para alcance da SAN. A concepção de SAN foi então incorporada por dois importantes agentes da Segurança Alimentar e Nutricional no país: o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança alimentar e Nutricional - FBSSAN (CONSEA, 2006; 2007).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi criado em 1993, composto por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil, em sua maioria indicados pelo Movimento pela Ética na Política, com o objetivo de coordenar a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria sob a égide dos princípios da solidariedade, parceria e descentralização (Crusius, 1993).

O CONSEA, em maio de 1994, em parceria com a Ação da Cidadania convocou a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, reunindo mais de dois mil delegados de todo o país, sendo a maior parte composta por representantes da sociedade civil. O relatório final apresentou a preocupação dos participantes com a concentração de renda e de terra como um dos principais determinantes da fome e miséria no Brasil (CONSEA, 1994).

De acordo com os documentos, o evento supracitado discutiu questões relacionadas a uma política nacional de SAN, definiu diretrizes, incluindo três eixos e suas respectivas prioridades, sendo eles:

- a) Eixo I – Reduzir o custo dos alimentos e o seu peso no orçamento familiar.
 - Ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso no orçamento familiar;
 - Orientar o desenvolvimento para a geração de empregos e a distribuição de renda e,
 - Aumentar a disponibilidade de alimentos.
- b) Eixo II – Assegurar saúde, alimentação e nutrição a grupos populacionais determinados.

- Combater a desnutrição e reduzir a mortalidade materno-infantil;
- Proteger a saúde e o estado nutricional do grupo materno-infantil;
- Fortalecer o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;
- Ampliar o Programa de Alimentação Escolar e,
- Proteger outros grupos específicos.

c) Eixo III – Assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando as práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

- Garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e,
- Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis (CONSEA, 1994).

Para Valente (2002), a experiência do CONSEA nesse período apresentou dois aspectos de grande relevância, sendo eles: o reconhecimento da centralidade do enfrentamento da fome e da miséria como pauta da agenda política brasileira e também pela efetiva parceria entre governo e sociedade civil no enfrentamento desses problemas.

Maluf (2011) ao discorrer sobre a extinção do CONSEA, ao final de 1994, apontou como causas principais: a novidade do tema; o caráter transitório do governo (à época); a resistência dos controladores da política econômica e a frágil atuação da maioria dos conselheiros tanto do governo como da sociedade civil.

A partir da extinção do CONSEA, o governo da época criou o Conselho do Comunidade Solidária, que apesar da inspiração na mobilização da sociedade civil brasileira no combate à fome e à miséria, apresentou um equívoco quanto à questão alimentar, pois segundo Maluf e Reis (2013) representou um retrocesso na abordagem do tema e a retirada da agenda política na época.

Somente após a reorganização do Programa Comunidade Solidária, em junho de 1996, foi reintroduzida a temática da Segurança Alimentar na pauta de discussões. Em outubro desse mesmo ano, por meio da interlocução política com a sociedade civil e atores governamentais, estabeleceu-se uma série de consensos, ações e encaminhamentos para enfrentamento dos problemas relacionados à segurança alimentar (IPEA, 1996).

Ao longo do processo nacional de preparação para a Cúpula Mundial de Alimentação, que ocorreu no ano de 1996, se configurou entre o governo brasileiro e a sociedade civil o debate mais efetivo do impacto das políticas públicas na realização do direito humano à alimentação (BRASIL, 1996a). A partir de uma comissão tripartite (representantes do

governo, iniciativa privada e sociedade civil), foi elaborado o Relatório brasileiro para a Cúpula que, apesar de pouca repercussão prática, apresentou ao final um ampliado conceito de Segurança Alimentar. Sendo que essa foi a definição utilizada como referência inicial para a versão aprovada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ocorrida em 2004 e adotada pelo CONSEA (Brasil, 1996a; Maluf, 2011).

O documento brasileiro encaminhado para a Cúpula Mundial de Alimentação apresentou a seguinte proposta de conceituação para segurança alimentar:

“[...] significa garantir a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana” (Brasil, 1996a, p. 23).

Em 1998, o Brasil vivenciou outro marco na trajetória da mobilização social pela segurança alimentar e nutricional, a criação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN, que contou com a representação de uma centena de entidades de todas as regiões geográficas do país. O FBSSAN, desde a sua criação, vem cumprindo papel de relevante mobilização, na formulação e na organização da participação brasileira em fóruns internacionais, assim como na disseminação de fóruns e CONSEAs estaduais (Maluf; Reis, 2013).

Diante do desafio da intersetorialidade, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN tem se empenhado na construção de suas ações que promovam o diálogo entre diversas áreas, entre elas: saúde, meio ambiente, nutrição, direitos humanos, reforma agrária, agroecologia, agricultura familiar, gênero, economia solidária e educação popular (Brasil, 2014a).

Nessa perspectiva integradora, o FBSSAN considera como marcante a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nas vitórias alcançadas pelo Brasil na luta pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e pela Soberania Alimentar nos últimos 15 anos. Frente a esse entendimento, a coordenação do Fórum publicou em 2014 uma carta aberta à sociedade brasileira e aos candidatos eleitorais do referido ano que representava um chamamento à consideração desses atores para as questões ligadas à garantia do DHAA, entre elas: o fortalecimento da agricultura familiar, o direito à terra e à reforma agrária, agroecologia, entre outros (Instituto Pólis, 2014).

Outra experiência beneficiária da trajetória da mobilização brasileira para a SAN, em especial no enfoque de institucionalidade, foi o Projeto Fome Zero lançado em 2001 pelo Instituto Cidadania e base do Programa Fome Zero – PFZ. (Maluf, 2011).

O Fome Zero, mundialmente conhecido, teve como objetivo propor uma política de SAN pautada na possibilidade da erradicação da fome por meio da convergência de ações emergenciais e estruturais com vistas ao desenvolvimento e à geração de emprego (Instituto Cidadania, 2001).

Em entrevista, Walter Belik, em 2003, explicou que o PFZ, com uma abrangência de 60 ações apresentava três principais eixos de atuação, sendo eles: a) Políticas Estruturais, voltadas para o combate às causas da fome e da pobreza; b) Políticas Emergenciais, para o enfrentamento de situações de insegurança alimentar de segmentos específicos da sociedade que têm insuficiência de renda e, c) Políticas Locais, administradas pelos Estados e Municípios, em conjunto com a sociedade civil organizada (Belik, 2003).

Para Frei Betto (2004), o PFZ representou uma política de inserção social, na qual o mais relevante não era a distribuição de alimentos, e sim a geração de renda, trabalho, o resgate da autoestima e a cidadania.

Na obra “Segurança Alimentar e Cidadania”, Galeazzi (1996) pontua que cidadania é representada pelas variadas condições sociais consideradas ideais para o Bem-Estar Social do cidadão e deve ser compreendida como:

“A possibilidade real de acesso deste cidadão à educação escolar; condições mínimas de saúde pública, como água tratada, sistema sanitário e coleta de lixo; local adequado de moradia, dentro de padrões internacionais mínimos; acesso a local de trabalho e educação, através de transporte satisfatório e seguro; rede hospitalar e assistência médica e odontológica dentro da média considerada razoável pela OMS” (Galeazzi, 1996, p. 134).

Para sua consecução, como relata Takagi, Silva e Grossi (2007), o PFZ obedece alguns dos princípios básicos convergentes à concepção de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional como parte de uma política de proteção social de maior amplitude. Os autores destacam que essa prioridade dada pelo Brasil vem estimulando outros países na implantação de políticas frente aos compromissos e aos incentivos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) nas campanhas de redução da fome (Cúpula Mundial da Alimentação) e da pobreza (Objetivos do Milênio).

No Resumo Executivo elaborado pelo CONSEA, em 2010, em relação a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil e seus

indicadores, destacou-se o Programa Bolsa Família - PBF como responsável pelo maior impacto, entre os programas de transferência de renda no país. O número de beneficiários correspondia a 12,7 milhões de famílias e aproximadamente 50 milhões de pessoas. Segundo o resumo, pesquisa realizada em 2008 demonstrou que as famílias atendidas, utilizam o recurso financeiro em alimentação prioritariamente (87%), chegando a 91% na Região Nordeste (Brasil, 2010a).

Entretanto, Takagi e Belik (2007) ponderam que a criação do Programa Bolsa Família-PBF, representando a fusão da área de assistência social e de segurança alimentar representou riscos de invisibilidade para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional e combate à fome. Os autores destacam os elementos que contribuíram para esse risco, como: mudança da perspectiva de um instrumento de acesso à alimentação (cartão alimentação) que passa a ser um programa de renda mínima condicionada ao combate à pobreza e desmonte dos comitês gestores do PFZ no semiárido.

No ano de 2011, diante da prioridade do compromisso de superar a extrema pobreza, o governo federal elaborou o Plano Brasil Sem Miséria, que diferentemente do PFZ foi concebido, internamente, pelo governo e, posteriormente, discutido com a sociedade por meio de uma rodada de oito diálogos entre governo e Movimento do campo, Movimentos urbanos, Redes e organizações não governamentais, Conselhos de Políticas, Centrais Sindicais, Comunidades religiosas, Rede de Educação Cidadã e Setor empresarial. Entre as propostas elencadas, destacam-se: a necessidade de empoderamento² das organizações sociais, de forma a efetivarem o controle social na ponta; a relevância de uma mobilização social ampla para a erradicação da extrema pobreza; e também a questão da qualificação e estruturação dos assentamentos e da regulação fundiária (Menezes; Martins, 2013).

De acordo com o Programa Brasil Sem Miséria - PBSM, instituído pelo Decreto nº 7.492, de junho de 2011, são seus objetivos: elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza, ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos, e propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva (Brasil, 2011b).

De acordo com Colin, Gonelli e Moreno (2014), o PBSM apresenta como principal estratégia, a intersetorialidade, tanto que o referido programa envolveu 22 ministérios e

² Empoderamento: “Conscientização; criação; socialização do poder entre os cidadãos; conquista da condição e da capacidade de participação; inclusão social e exercício da cidadania”.
<http://www.dicionarioinformal.com.br/empoderamento/>

articulou parcerias com estados, municípios e também vem desde a sua criação buscando interagir com bancos públicos, setor privado e terceiro setor. Os autores destacam que o PBSM, buscando superar as intervenções anteriores, elaborou estratégias para redução da baixa escolaridade e qualificação profissional, considerando a fragilidade de inserção no mercado de trabalho e ao mesmo tempo fortalecer a proteção social ao implantar ações que superem as dificuldades de acesso à água, à energia elétrica, à saúde e moradia.

O tratamento multidimensional da pobreza proposto pelo PBSM, especialmente em atenção às condições de inserção no mundo do trabalho e à educação, abordou, desde a sua criação, mais explicitamente, a justiça social às classes menos favorecidas. Em comparação às estratégias do PFZ, o Programa Brasil Sem Miséria, apesar da proposta, aparentemente mais robusta, não contou com uma participação efetiva da sociedade civil (Paes-Sousa; Vaitsman, 2014), o que certamente é um retrocesso.

A reconhecida relevância da participação da sociedade civil em relação às políticas públicas foi reforçada na lei nº 11.346, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Para tanto, projetou-se que o poder público em conjunto com a sociedade civil organizadas formulariam e implementariam políticas, planos, programas e ações com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada. Para a participação no SISAN, cabe ao CONSEA e à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN estabelecer os princípios e diretrizes da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006).

A CAISAN, instituída pelo Decreto nº 6.273 de 23 de novembro de 2007, apresenta como uma das responsabilidades técnicas a elaboração, a partir das diretrizes demandadas pelo CONSEA, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PlanSAN, além de coordenar a execução da Política e do Plano e articular as políticas e os planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal (BRASIL, 2007).

O desafio do PlanNSAN, quanto à erradicação da extrema pobreza e da insegurança alimentar e nutricional moderada e grave, diante da vulnerabilidade das famílias chefiadas por mulheres (IBGE, 2014) reforça a necessidade da garantia da continuidade e do aperfeiçoamento das políticas que ampliem as condições de acesso à alimentação. Essa abordagem é contemplada pelos objetivos da PNSAN, dos quais destacamos:

Identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil e, articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o Direito Humano à Alimentação Adequada,

observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade (Brasil, 2010c).

A associação existente entre SAN e educação é posta em evidência por meio de vários estudos, como exemplo, a análise realizada pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo. Tal pesquisa, realizada no Nordeste do Brasil, teve por objetivo descobrir as causas do declínio acelerado da desnutrição nas crianças com cinco anos ou menos entre 1986 e 2006. Os resultados mostraram que melhorias na escolaridade materna eram um dos principais fatores que contribuíram para esta mudança (Lima et al., 2010).

Segundo a lei de criação do SISAN, a SAN apresenta as seguintes áreas de abrangência:

- Ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;
- Conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos;
- Promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
- Garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;
- Produção de conhecimento e acesso à informação e,
- Implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País (Brasil, 2006).

Ao analisar o processo de construção coletiva e institucionalização da SAN no Brasil, em especial a formalização do SISAN, ressalta-se que as políticas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional tiveram como princípios o Direito Humano à Alimentação Adequada e a soberania alimentar, conforme reafirmado pelo CONSEA e FBSSAN em seus documentos e publicações (CONSEA, 2006; 2007).

Todo esse percurso aponta para a necessidade de se colocar em foco o gênero como um dos fatores mais importantes na concepção de programas para superação da fome e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

2.3 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, SOBERANIA ALIMENTAR E RELAÇÕES DE GÊNERO

A evolução conceitual de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil aproxima-se da abordagem do DHAA. Para que uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional esteja em coerência com os direitos humanos, esta deve incorporar os princípios e ações essenciais para a garantia da promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (Valente et al., 2007).

Para a promoção do direito à alimentação, associado à erradicação da fome, da pobreza e da miséria, Valente et al., (2007) indicam que se faz necessário o atendimento de condições tais como: A retomada da mobilização nacional contra fome e miséria (contando com o envolvimento amplo dos setores da sociedade e dos três poderes e redefinição do modelo de desenvolvimento, por meio do rompimento da subordinação do social ao econômico); da realização da reforma tributária; da reforma agrária com ampliação das medidas de amparo à agricultura familiar; da definição da saúde como eixo estrutural fundamental e prioridade máxima e, do estabelecimento de um plano de erradicação da pobreza a partir de uma agenda básica e da participação social (Valente, 2007).

A partir de um trabalho integrado de um grupo intergovernamental da FAO e da participação ativa de organizações internacionais, organizações não governamentais - ONGs e representantes da sociedade civil, foram elaboradas as 19 diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do DHAA, tendo como principal objetivo orientar na prática todas as nações no tocante às ações necessárias para a realização mencionada, de acordo com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional nacional (ABRANDH, 2009).

Diante do escopo da presente pesquisa, entre as 19 diretrizes do documento, destacamos a 8ª diretriz – Acesso aos recursos e bens: que prevê a proteção do Estado dos grupos mais vulneráveis, incluindo as mulheres, que devem ter acesso a oportunidades e a recursos econômicos e também produtivos, como crédito, terra, água e tecnologias apropriadas, e a 11ª diretriz - Educação e conscientização – descreve entre as obrigações do

Estado a de realizar ações de apoio para o desenvolvimento dos recursos humanos nas áreas de saúde, educação e programas de alfabetização, promoção nos programas escolares, à educação sobre direitos humanos (incluindo DHAA). Também a disseminação de informação aos cidadãos com objetivo de fortalecer a sua capacidade de participar nas decisões sobre as políticas relacionadas à alimentação e contestar as decisões que ameacem seus direitos, a promoção da conscientização sobre a importância dos direitos humanos e por último, dotar a sociedade civil dos meios necessários para que participe da aplicação das diretrizes voluntárias, mediante, por exemplo, capacitação (ABRANDH, 2009).

O relatório técnico da Ação Brasileira de Nutrição e Direitos Humanos - ABRANDH, apresentou uma lista das principais políticas públicas federais vigentes sob a perspectiva do DHAA de acordo com os seus níveis de exigibilidade (ABRANDH, 2009). Destaca-se no Quadro 1 a amplitude de participação dos diferentes ministérios e respectivas ações e programas que se relacionam com DHAA.

Quadro 1 – Panorama brasileiro das principais políticas e programas públicos e seus respectivos atores categorizados de acordo com os níveis de exigibilidade do Estado quanto ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Nome da Política/ Programa	Promoção	Respeito	Proteção	Provimento
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	X			
Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA	X			
Reforma Agrária	X			
Regularização Fundiária de Terras Indígenas	X	X		
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CONAB				
Garantia de Preços Mínimos/ Formação de Estoques	X			
Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT	X			
Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA	X			
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE				
Programa de Agrobiodiversidade	X		X	
Carteira Indígena	X			
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA				
Pesca e Aquicultura	X			
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Previdência Social				X
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO				
Política de reajuste do salário mínimo	X			
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT	X			X
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				
Comunidades Tradicionais	X			

Regularização das Terras Quilombolas	X	X		
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME				
Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA	X			
Bolsa Família				X
Benefício de Prestação Continuada				X
Distribuição de Alimentos a Grupos Específicos				X
Restaurantes Populares				X
Cozinhas Comunitárias				X
Bancos de Alimentos				X
Cisternas	X			
Acesso à água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo	X			
MINISTÉRIO DA SAÚDE				
Suplementação de Ferro				X
Suplementação de Vitamina A				X
Promoção de Hábitos de Vida e Alimentação Saudável para Prevenção da Obesidade e das Doenças Crônicas Não Transmissíveis	X			
Saúde da Família	X			
Agentes Comunitários de Saúde	X			
Cobertura Vacinal no Primeiro Ano de Vida	X			
Saneamento (Fundação Nacional de Saúde)	X			
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	X			X
Combate ao analfabetismo	X	X		
Política de Educação Básica	X	X		

Fonte: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ALCH, 2009.

Considerando os programas e/ou ações dos dez ministérios descritos no Quadro 1, observa-se que, aproximadamente, 72% (n= 23), dos programas acima se relacionam com a Promoção do DHAA; 34,5% (n= 11) com o Provimento; 12,5% (n=4) com o Respeito e 3% (n=1) com a Proteção. O Ministério da Saúde concentra a maior parte (05) dos programas e/ou ações ligadas à Promoção do DHAA. No caso do Provimento, observa-se que seis, dos 11 programas relacionados a este nível de exigibilidade, estão sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em relação ao Respeito, 50%, ou seja, dois dos quatro programas são desenvolvidos pelo Ministério da Educação. E, por último, e em menor representatividade, encontra-se o Programa de Agrobiodiversidade, sob o comando do Ministério do Meio Ambiente, representando o cumprimento do nível de exigibilidade da Proteção (ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ALCH, 2009).

A relevância da participação ativa dos Ministérios da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social convergem ao destaque realizado por Vieira et al. (2013a) em

relação aos três setores de grande importância ligados ao governo federal nas ações de alimentação e nutrição no Brasil.

Em 2010, a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 64, que incluiu entre os direitos sociais dos cidadãos a alimentação, ao lado da educação e da saúde (entre outros), suscitou-se uma ampla revisão da ação do Estado relacionada às políticas de SAN. Ressalta-se que essa emenda representou o resultado de uma ampla mobilização social que reafirmou que esforços coletivos devem ser empenhados no sentido da superação da insegurança alimentar no país (Leão; Recine, 2011).

As políticas públicas brasileiras que contribuem para a promoção do DHAA no Brasil são categorizadas entre: as que ampliam a disponibilidade do acesso aos alimentos, (política agrária, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda, entre outras); as que são dirigidas para a inclusão social e grupos socialmente vulneráveis (assistência social, transferência de renda, restaurantes populares, etc.) e, as universais (para a promoção do desenvolvimento das pessoas, saúde, educação, meio ambiente, promoção de alimentação saudável, etc.) (Leão; Recine, 2011).

Quanto à utilização de benefícios governamentais do tipo transferência de renda, destaca-se que a utilização intrafamiliar dos recursos dependerá de quem os controla no âmbito da família e das diferentes necessidades vivenciadas. Nas situações nas quais a mulher é a receptora preferencial dos recursos, pressupõe-se que há um maior direcionamento dos gastos com a alimentação e com as crianças. Entretanto, deve-se considerar que esta dinâmica pode variar de acordo com as relações de gênero que se estabelecem em cada contexto familiar (Leão; Recine, 2011).

Nesse sentido, de acordo com a realidade da família, a transferência de renda pode aumentar os conflitos em relação às regras de alocação intrafamiliar, naqueles contextos em que as relações de gênero são injustas (Burlandy, 2007).

O monitoramento realizado pelo Grupo Técnico do CONSEA acerca dos indicadores sobre a evolução da realização progressiva do DHAA no País, bem como da promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional ofereceu subsídios para a construção de uma agenda propositiva para os próximos anos no campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Entre os desafios históricos encontrados, observa-se a desigualdade de gênero com um óbice à plena realização do Direito Humano à Alimentação adequada (Brasil, 2010a).

Menezes (2001) na publicação “Food sovereignty: a vital requirement for food security in the context of globalization”, destaca que a noção de soberania alimentar, disseminada principalmente pelos movimentos sociais, a partir da década de 1990 representa

uma abordagem promissora diante dos desafios impostos pela SAN e os possíveis conflitos existentes no interior dos países. O autor ressalta também que a principal motivação dessa publicação foi a perda da capacidade dos Estados Nacionais elaborarem suas políticas agrícolas e alimentares frente o processo de internacionalização da economia.

Durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana, em 2001, foi estabelecido o seguinte conceito de soberania alimentar:

[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a toda população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, **nos quais a mulher desempenha um papel fundamental** [...]. A Soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos³ (grifo nosso).

Relatório relativo à educação elaborado pela Cúpula do Milênio, realizada no ano 2000, destaca que, em todas as partes do mundo, níveis mais elevados de escolaridade estão associados com o empoderamento das mulheres. Mulheres com níveis educacionais mais elevados geralmente têm mais capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e a de suas famílias. Os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública de seus países (Barroso, 2004).

Compreendendo que gênero é um tema estruturante, o Oxford Committee for Famine Relief – OXFAM - contratou uma consultoria para abordar as questões relacionadas a gênero no “Programa Meios de Vida Sustentáveis” - PMVS, no período de 2003 a 2007, sendo a maioria das organizações participantes situadas na região do semi-árido do Nordeste brasileiro em meio rural. Partindo do desafio de contribuir para o crescimento da igualdade de gênero, com o empoderamento e o aumento da participação das mulheres, desenvolveu-se uma proposta metodológica para inserção do tema no programa supracitado. Foram realizadas visitas a dez organizações para realização de diagnóstico e posterior elaboração de relatório técnico e visitas para trabalhar os temas citados. Como resultados positivos, a equipe apontou mudanças na composição das equipes técnicas das organizações, equilibrando a participação de gênero por meio da contratação de mulheres para algumas das equipes mencionadas, e

³ Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar Havana, Cuba, 07/09/2001. Pelo Direito dos Povos a Produzir, Alimentar-se e Exercer sua Soberania Alimentar

maior abertura para tratar da temática “gênero” durante os eventos realizados, entre outros (Branco, 2009). Programas como este, que incorporam as discussões de gênero e empoderamento de mulheres são, de fato, um avanço mormente no nordeste brasileiro, onde a situação das mulheres é de maior vulnerabilidade.

A desigualdade de gênero sempre representou uma das marcas da economia rural, na qual os homens se ocupam de atividades que geram emprego e renda e as mulheres, de atividades voltadas para o autoconsumo da família, com baixo grau de obtenção de renda. Entretanto, observa-se que, a partir de 2003, ações de visibilidade da agricultura familiar e na relação gênero e agroecologia, com especial atenção para a representação do trabalho das mulheres no manejo sustentável e na conservação da biodiversidade (Butto, 2010).

Considerando os avanços brasileiros a partir de 2003 no sentido do reconhecimento das agricultoras como sujeitas de direitos e da implantação de políticas de incentivo a sua autonomia, Siliprandi (2012) descreve uma experiência nas políticas de erradicação da pobreza centrada no empoderamento das mulheres rurais. Trata-se de um grupo de mulheres que trabalhavam, há mais de dez anos, em assentamentos da reforma agrária e em comunidades rurais com produção agroecológica. Após a superação de obstáculos, como a dificuldade de obtenção de financiamento e de assistência técnica, os depoimentos revelaram que a organização coletiva das mulheres foi de fundamental importância, favorecendo as atividades de formação e de capacitação e melhoria na autoestima e na capacidade de resistir às diversidades. As mulheres desse grupo são lideranças respeitadas em suas comunidades e participam ativamente de fóruns sobre saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento rural.

A Rede Especializada sobre Agricultura Familiar - REAF no Mercosul, formada por representantes de órgãos federais, vinculados ao desenvolvimento rural e da sociedade civil, representa uma experiência e dentre suas prioridades está a promoção dos direitos da mulher no mundo do trabalho. Em análise dos diferentes arranjos institucionais existentes, observou-se que apesar da existência de diálogo entre movimentos sociais e organizações de mulheres rurais, ainda são poucos os programas e políticas dirigidas a esse grupo de mulheres, sendo raras as estruturas governamentais específicas (Butto; Hora, 2012).

Como bem destacam Brito e Costa (2015), no Brasil, a segurança alimentar, à semelhança de outras condições sociais apresenta uma relação de gênero, que influencia negativamente as chances de existência de insegurança alimentar moderada nos domicílios chefiados por mulheres, quando comparados aos chefiados por homens. Além disso, como mostrado nos estudos citados (Barroso, 2004; Branco, 2009; Burlandy, 2007; Butto, 2010;

Menezes, 2001; Recine; Leão, 2011; Siliprandi, 2012; Valente et al., 2007; Vieira et al., 2013a), as mulheres carecem de ações que as tornem autônomas e empoderadas na medida em que seu papel como protetora da família está posto.

2.4 CONTEXTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A origem da educação profissional no Brasil representa uma resposta aos desafios de ordem econômica e política durante o governo de Nilo Peçanha, entre 1909 e 1910, que criou 19 escolas de aprendizes artífices em cada unidade da federação, exceto Distrito Federal, à época no Rio de Janeiro, e Rio Grande do Sul (Cunha, 2000). A finalidade dessas escolas era formar operários e contra-mestres, por meio do ensino prático agregado a conhecimentos técnicos mais necessários à unidade da federação na qual a escola funcionasse (Manfredi, 2002).

De acordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/1996), a Educação Profissional e Tecnológica – EPT - brasileira frente aos objetivos da educação nacional está integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, ciência e tecnologia. A EPT pode abranger cursos de: Formação Inicial e Continuada (ou qualificação profissional), Educação Profissional de nível médio e, Educação Profissional de graduação e pós-graduação. Na mesma lei, está prevista também a articulação da educação profissional e a Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 1996b).

A partir do Decreto 2.208 de 1997, estabelece-se um dos princípios norteadores de uma política de Educação Profissional integrada à Educação Básica. Esse tipo de oferta visa o atendimento às demandas de qualificação e requalificação da população adulta de baixa escolaridade. Posteriormente, em 2004, o Decreto 5.154, prevê a articulação entre educação, emprego, ciência e tecnologia e também a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada por meio da elaboração de itinerários formativos, sendo mais uma vez ratificada a importância da articulação entre a educação profissional e a Educação de Jovens e Adultos - EJA (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005).

Frigotto (2007) defende, ao analisar a relação entre a Educação Profissional e a Educação Básica, a proposta de que a partir da garantia de uma Educação Básica fundamentada nos princípios politécnicos ou da tecnologia universal, a Educação Profissional

apresentará outra qualidade, representando de fato, a possibilidade de avanços nas forças produtivas e também no processo de emancipação da classe trabalhadora.

É nesse cenário que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é instituída a partir de 2008, vinculada ao Ministério da Educação e composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e, o Colégio Pedro II (Brasil, 2008a).

A proposta dos Institutos Federais, segundo Silva (2009), compreende a Educação Profissional enquanto ferramenta de transformação e enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e agregar maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana. Nesse sentido, a Rede Federal deve ser pensada segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. Os Institutos Federais devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos, informalmente, em suas vivências, conjugando-os com aqueles presentes nos currículos formais.

De acordo com os documentos oficiais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, baseados na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas. Estas exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008a).

A distribuição das unidades componentes da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia brasileira pode ser visualizada na Figura 2.



Figura 2- Mapa nacional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasil, 2012

Fonte: Brasil (2009).

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos IFs, além das declarações contidas na missão dessas instituições, representam o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões por meio da identificação de problemas e, posterior criação de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (Pacheco, 2011).

Em 2011, o Ministério da Educação – MEC lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – Pronatec, que apresenta os seguintes objetivos:

- a) Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- b) Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

- c) Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- d) Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e da qualificação profissional;
- e) Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e,
- f) Estimular a articulação entre a política de Educação Profissional e Tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (Brasil, 2011c).

Segundo informações acerca da execução do PRONATEC, tem-se que no período de seu lançamento até final de 2014, foram ofertadas mais de oito milhões de vagas, dos quais 2,3 milhões referem-se a cursos técnicos e 5,8 milhões em cursos de Formação Inicial e Continuada. Para tanto, foram realizados investimentos para o fortalecimento das redes de Educação Profissional e Tecnológica para oferta de novas vagas e realização da expansão da Rede Federal (Gallindo; Feres; Schroeder, 2015).

Apesar dos avanços apontados, Lima (2012) demonstrou preocupação quanto aos interesses da formação profissional proposta pelo Pronatec. Para o autor, a expansão da Rede Federal está baseada em elementos vulneráveis tanto do ponto de vista estrutural como pedagógico e alerta para o possível atendimento aos interesses hegemônicos por parte da EPT brasileira.

Entre os desafios da EPT no país está o atendimento às metas 10 e 11 do Plano Nacional de Educação vigente. A décima meta prevê que as matrículas da EPT de nível médio sejam triplicadas, a décima primeira estabeleceu um cumprimento mínimo de 25% das matrículas na Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional. Para tanto, o Plano Nacional de Educação - PNE apontou estratégias para o alcance das metas citadas e entre estes, destacamos:

[...] 10.6) estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes

públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional [...] (Brasil, 2014b).

Esse projeto educacional vem sendo concretizado na forma de vários programas e um deles tem, exatamente, o recorte de gênero cujo objeto são mulheres em condições de vulnerabilidade – Mulheres Mil.

2.5 O PROGRAMA MULHERES MIL

Desenvolvido a partir de uma Cooperação Internacional Brasil-Canadá, em 2007, o Projeto Mulheres Mil tinha àquela época, por objetivo principal “promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte do Brasil com intuito de melhorar o potencial de mão de obra, suas vidas e de suas famílias e comunidades”. Para tanto, envolveu a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses que apresentavam experiências bem sucedidas no desenvolvimento de sistema efetivo de acesso e capacitação de grupos marginalizados ou não tradicionais. A proposta daquele projeto atendia aos objetivos do “Knowledge Exchange for Equity Promotion”/Intercâmbio de conhecimento para a Promoção da Equidade (MEC/ACCC, 2006).

O projeto com duração prevista até 2010 tinha a meta de qualificar profissionalmente mais de 1.000 mulheres nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) das regiões Nordeste e Norte. Nesse período, desenvolveu atividades em diferentes estados brasileiros, como pode ser visualizado no Quadro 2 (Brasil, 2008b).

Quadro 2 - Perfil de projetos desenvolvidos ao longo da execução do Projeto Mulheres Mil nas regiões Norte e Nordeste no período de 2007 a 2010

Região geográfica	Estado	Projeto
Nordeste	Maranhão	Alimento da Inclusão Social
	Rio Grande do Norte	Casa da Tilápia
	Pernambuco	Culinária Solidária
	Paraíba	Desenvolvimento Comunitário
	Sergipe	Do lixo a cidadania/ Pescando cidadania
	Ceará	Mulheres de Fortaleza
	Alagoas	O doce saber do ser
	Bahia	Um tour em novos horizontes
	Piauí	Vestindo cidadania
Norte	Amazonas	Transformação, Cidadania e Renda
	Tocantins	Cidadania pela arte
	Roraima	Inclusão com educação

Fonte: Brasil, 2008a.

Em apoio à execução do projeto foram envolvidas diversas instituições e órgãos governamentais como o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária - MDRA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI, a Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a Assessoria Especial da Presidência da República - AE-PR (MEC/ACCC, 2006). Mostrando como pressuposto a tão amplamente discutida e apoiada integração entre diversos setores do governo.

Para o desenvolvimento do Projeto Mulheres Mil, considerou-se o contexto brasileiro da época, apresentado no trabalho do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que consolidou informações acerca da situação do nível de escolaridade das mulheres brasileiras (Tatau et al., 2006). Entre os resultados apresentados, observa-se que a população residente por sexo era em sua maioria feminina, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – População brasileira residente classificada por sexo, segundo região geográfica – Brasil, 2003

Região	Total	Quantidade de mulheres	%	Quantidade de homens	%
Norte	10.407.609	5.257.916	50,5	5.149.693	48,8
Nordeste	49.479.029	25.233.331	51	24.245.698	49,5
Sudeste	75.616.581	39.007.514	51,5	36.609.067	49
Sul	26.094.256	13.343.034	51,1	12.751.222	48,5
Centro Oeste	12.368.577	6.266.448	50,6	6.102.129	48,9
Brasil	173.966.052	89.108.243	51,2	84.857.809	49,4

Fonte: Tatau *et al.*, 2006.

Em relação ao contexto educacional, o INEP descreveu um incremento na participação no Ensino Médio e na Educação Superior em 2003. Entretanto, os autores da pesquisa inferiram que estes resultados relacionavam-se com uma característica geracional, uma vez que entre as mulheres mais velhas, os homens permanecem mais tempo na escola. Em relação aos índices de analfabetismo, as regiões Nordeste (21,3%) e Norte (10,3%) apresentavam os maiores índices entre a população feminina, sendo que na região Nordeste ultrapassava o índice nacional que era de 11,4% (Tatau et al., 2006).

Também se observou (nesse mesmo estudo) que ao longo dos anos avaliados na pesquisa supracitada, houve um incremento de 45,7% de mulheres como pessoas de referência de seus domicílios. A distribuição de pessoas do sexo feminino que eram as referências de suas famílias está descrita na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil de distribuição regional de pessoas do sexo feminino que eram referências de suas famílias, no período de 1996 a 2003.

Região	1996	2003	Variação (%)
Norte	514.221	946.556	84,1
Nordeste	3.015.628	4.102.524	36,0
Sudeste	4.761.045	7.013.332	47,3
Sul	1.489.807	2.215.596	48,7
Centro Oeste	708.100	1.006.347	42,1
Brasil	10.488.801	15.284.355	45,7

Fonte: Tatau *et al.*, 2006.

Analisando o contexto feminino da época, bem como a relevância do acesso às oportunidades educacionais, seja pelo impacto na renda ou pela emancipação e inclusão social e política, os governos brasileiro e canadense concluíram que a execução do projeto representaria importantes avanços para as mulheres brasileiras (MEC/ACCC, 2006).

Em 2011, o Ministério da Educação instituiu nacionalmente o Programa Mulheres Mil como uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, tendo como diretrizes: Acesso à educação, redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres, promover a inclusão social, defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher (Brasil, 2011a).

O programa também integra as ações previstas no III Plano de Políticas para as Mulheres (2013-2105), na temática igualdade de gênero e autonomia econômica, compondo a Linha da ação 1.1, que trata da promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de

rendimentos e fomento à ascensão social e à permanência em cargos de direção (Brasil, 2013a).

De acordo com o preâmbulo do programa, a opção pelo recorte de gênero ocorreu diante do crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País (Brasil, 2011d).

Os documentos oficiais do Programa indicam que a metodologia própria de Acesso, Permanência e Êxito, propõe uma formação cidadã, contemplando a transversalidade de temas que tratam, entre outros assuntos, da elevação da autoestima, saúde, direitos, inclusão digital e cooperativismo. Para essa formação, as unidades de ensino, independentemente da qualificação profissional escolhida, executam o Módulo Educacional Central com o objetivo de aplicar os conhecimentos à luz da realidade do cotidiano das comunidades atendidas (Brasil, 2014c).

Quanto à composição institucional do Programa, tem-se como coordenadora a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação-SETEC/MEC e como instituições parceiras, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF e instituições ofertantes dos cursos: Instituições Públicas dos Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal; Entidades Privadas Nacionais de Serviço Social e de Aprendizagem e Formação Profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S) e entidades privadas sem fins lucrativos, sendo as últimas de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica (Brasil, 2011d). Mostrando, certamente, a amplitude esperada do programa e sua importância como política pública.

A partir de 2014 o Programa passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, por intermédio da Bolsa Formação Trabalhador, resultado da parceria entre os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os cursos da modalidade PRONATEC - Mulheres Mil são ofertados pelos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir da demanda articulada à Rede Sócio Assistencial dos municípios, tendo como público alvo as mulheres, a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em

processo de cadastramento no CadÚnico⁴, em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo PRONATEC/Brasil Sem Miséria (Brasil, 2014).

Como forma de qualificar o PRONATEC, o MDS realizou a pesquisa intitulada “Inclusão produtiva e assistência social: desafios da implementação, a partir das experiências recentes do Pronatec/Brasil Sem Miséria e do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO. Tal pesquisa indicou que a metodologia da modalidade do Pronatec - Mulheres Mil pode representar um importante instrumento a ser adaptado e utilizado com o programa ACESSUAS/TRABALHO. Os resultados sugerem que essa estratégia poderia potencializar os resultados do programa, assim como auxiliar na promoção da integração entre públicos tradicionalmente excluídos do mercado de trabalho. Entende-se que a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, pela característica de articulação de ações de formação e inclusão somadas às suas estratégia de busca e acompanhamento, podem inspirar reformulações no PRONATEC com um todo (Amâncio, 2015). Cabe destacar que a modalidade PRONATEC Mulheres Mil é a única que apresenta metodologia consolidada (Brasil, 2014c).

Considerando as potencialidades metodológicas do Programa Mulheres Mil no atendimento às mulheres em vulnerabilidade social no Brasil, o Ministério da Educação recebeu em 2015 demandas de adaptação da metodologia de Acesso, Permanência e Êxito por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura – para a oferta de cursos para pescadoras e aquicultoras; do Ministério da Justiça – em atendimento às mulheres em situação de privação de liberdade e, do Ministério do Meio Ambiente para atender ao público de catadores (SETEC/MMA/PR, 2015).

Frente aos desafios do Plano Nacional de Educação e aos Objetivos do Milênio, atualmente as Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI propuseram uma estratégia de articulação de suas atividades para a alfabetização e a elevação de escolaridade para as egressas do PRONATEC - Mulheres Mil. A estratégia prevê ações articuladas entre o Programa Brasil Alfabetizado - PBA, a Educação de Jovens e Adultos - EJA tanto para

⁴ CadÚnico: O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>.

estados da federação, quanto para os municípios e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/SECADI, 2015).

Segundo algumas narrativas orais das egressas do Projeto Mulheres Mil, o acesso à formação educacional e profissional contribuiu para mudanças nas suas vidas em diversos aspectos, desde a inserção de egressas no mundo do trabalho, nas relações familiares, até a melhoria do desempenho dos seus filhos na escola, visto que elas passaram a auxiliá-los e incentivá-los nos estudos. Além disso, segundo relato, elas conquistaram respeito dos seus cônjuges e companheiros, reduzindo a violência doméstica, assim como assumiram o papel de multiplicadoras de conhecimentos nas suas comunidades (MEC, 2011).

Portanto, existe, atualmente no país, uma estratégia cujo objetivo é melhorar as condições de vida das mulheres vulneráveis. Essa estratégia, por ser recente, não passou por avaliação institucional sistemática ou de qualquer outro tipo, carecendo, portanto, de estudos que reflitam acerca das metodologias adotadas e suas repercussões sobre a vida dessas mulheres e seus familiares. Nesse sentido, analisar modelos complexos que incluam além de indicadores de contexto, os indicadores pessoais de percepção sobre sua vida é certamente uma forma de qualificar mulheres.

2.6 O BEM-ESTAR SUBJETIVO

De acordo com Paz, Neiva e Dessen (2012) jamais se falou tanto em saúde, bem-estar, direitos, justiça social, trabalho decente e dignidade humana. Essas discussões refletem a preocupação da humanidade com o equilíbrio entre o ambiente e o homem. Esse equilíbrio vem sendo buscado de diversas formas. Entretanto, o objeto final é sempre a felicidade das pessoas.

Analisando-se da perspectiva sociopolítica, uma das formas de se assegurar o bem-estar é o de direitos, que aborda de que forma os direitos humanos vêm sendo tratados e de que forma isso pode contribuir para a promoção do bem-estar. Trata-se, portanto, da integração de normas e princípios de direitos humanos, transformando-os em ações concretas como políticas e processos de desenvolvimento (PNUD, 2014).

O Bem-Estar traz em seu bojo, elementos de subjetividade, de condições objetivas do ambiente físico e de relacionamento. Essa composição nos reporta, novamente, ao contexto do direito e da reciprocidade (Paz; Neiva; Dessen, 2012). Nesse sentido, destaca-se a importância

de análises que coloquem um olhar acerca da perspectiva feminina, de mulheres em vulnerabilidade social, com o objetivo de construir políticas públicas referendadas nessas opiniões.

O bem-estar e a saúde têm levado a uma grande produção de estudos e pesquisas a respeito do tema. No entanto, a imprecisão conceitual tem sido predominante, mostrando que não há distinção entre os termos bem-estar, saúde e qualidade de vida. As diversas áreas que abordam o conceito também revelam interesses diferentes ao tratarem do tema. Por exemplo, as ciências da saúde enfatizam o bem-estar físico, seus sinais e sintomas. Os economistas se preocupam com o bem-estar da população por meio de fornecimento de bens e serviços e os psicólogos enfocam a satisfação de aspirações e expectativas individuais como forma de assegurar o bem-estar (Akutsu; Paz, 2011).

Neste trabalho, o Bem-Estar é abordado do ponto de vista da psicologia, na medida em que este trabalho investiga o bem-estar de mulheres em vulnerabilidade social.

De acordo com Albuquerque e Tróccoli (2004), duas correntes podem ser destacadas na área: a do Bem-Estar Psicológico e a do Bem-Estar Subjetivo - BES, e a principal diferença entre eles está na concepção de felicidade adotada.

A abordagem psicológica adota a visão eudamônica⁵ de bem-estar e está centrada na experiência de expressividade pessoal e de auto-realização. O afeto e a satisfação com a vida têm sido utilizados como indicadores de Bem-Estar Psicológico (Bendassolli; Borges-Andrade, 2015; Paz; Neiva; Dessen, 2012).

O BES, por sua vez, trabalha com a concepção hedônica⁶ de que o bem-estar compreende a experiência de prazer versus desprazer, que decorre de julgamentos individuais acerca dos elementos positivos e negativos da vida, ou seja, é a ocorrência de afetos positivos frequentes, rara experiência emocional negativa e a satisfação com a vida como um todo (Bendassolli; Borges-Andrade, 2015; Paz; Neiva; Dessen, 2012).

Siqueira e Padovam (2008) referem que os pesquisadores preocupados em compreender o processo que sustenta a felicidade, analisam a satisfação e a própria felicidade. Destacam também, o caráter multifacetado desses processos e que esses são acessados por meio de avaliações emocionais e cognitivas do cotidiano desses indivíduos.

⁵ Bem-estar eudamônico se refere ao funcionamento das potencialidades humanas ou de auto-realização (Silva; Borges; Barbosa, 2015, p. 131).

⁶ Bem-estar hedônico aborda o estado subjetivo de prazer ou felicidade (Silva; Borges; Barbosa, 2015, p.131).

Os estudiosos consideram que o BES é formado por três componentes: A satisfação com a vida (avaliação ampla acerca da sua própria vida); afetos positivos; e afetos negativos (Barros; Moreira, 2014; Rapkin; Fischer, 1992).

Na década de 1960, foi disseminado por pesquisadores renomados como Andrews e Withey (1976) e Campbell, Convergence e Rodgers (1976) que o entendimento de que mesmo que as pessoas vivam em ambientes objetivamente definidos, elas respondem às suas experiências subjetivas.

Para Diener, Suh, Lucas e Smith (1999) e De Neve e Cooper (1998) a falta de consenso sobre o conceito e a composição do Bem-Estar Subjetivo dificultou desde a sua concepção à sua mensuração. Entretanto, Bradburn (1969) e Campbell, Convergence e Rodgers (1976) já indicavam nos estudos iniciais, os fatores positivos e negativos e a satisfação com a vida como componentes do BES.

Adota-se neste estudo o pressuposto de que o BES compõe uma área de pesquisa dedicada a compreensão da avaliação dos indivíduos quanto à satisfação com as suas vidas e que um nível de Bem-Estar Subjetivo adequado ocorre, a partir de uma elevada frequência de experiências positivas e baixas frequências de experiências negativas (Diener; Suh; Oishi, 1977).

No Brasil, diversos pesquisadores também se dedicaram à compreensão do BES e ao desenvolvimento de instrumentos de medida como Siqueira, Martins e Moura (1999) e Albuquerque e Tróccoli (2004). Sendo que os últimos autores desenvolveram e validaram uma escala com 62 itens, sendo 21 aspectos positivos, 26 negativos e 15 itens relacionados à satisfação com a vida. Os primeiros 47 itens apresentam um índice de precisão de 0,95 e os itens ligados à satisfação com a vida, um alfa de Cronbach de 0,90 mostrando a precisão do instrumento. Tal instrumento foi validado em uma amostra com 795 policiais do Distrito Federal, 74% (n=588) do sexo masculino e a maioria (56,5%; n= 449) com nível de escolaridade superior incompleto.

Furtado et al. (2012) com o objetivo de avaliar o BES em 40 participantes do Programa Mulheres Mil, aplicaram, em três etapas, diferentes instrumentos (Questionário de Saúde Geral, Escala de Autoestima de Rosenberg (1965), Escala Hospitalar de Ansiedade e depressão (Zigmond; Snaith, 1983), Escala de Afetos Positivos e Negativos e de Satisfação com a Vida (Diener; Emmons, 1984; Pavot; Diner, 1993, respectivamente). Os resultados indicaram que as participantes melhoraram, significativamente, os níveis de saúde geral. Os autores conjecturaram a influência da linguagem sobre os resultados não significativos na comparação dos três momentos de aplicação dos instrumentos. Cabe ressaltar que Furtado et

al. (2012) não referem realização de ajustes de linguagem dos instrumentos adotados à população do estudo.

Os indivíduos privados de acesso à alimentação adequada, frequentemente apresentam alterações do seu estado de saúde física em comparação com os indivíduos em segurança alimentar. Além da saúde, a insegurança alimentar também compromete o bem-estar dos indivíduos (Stuff et al., 2004; Temple, 2008; Vozoris; Tarasuk, 2003).

Mesmo diante das discordâncias teóricas, relacionadas à conceituação do Bem-Estar Subjetivo, existe segundo Anguas (1997), Martinez e Garcia (1994) um consenso quanto às dimensões do BES e por isto, os pesquisadores vêm obtendo resultados positivos em suas pesquisas (Albuquerque; Tróccoli, 2004; Rapkin; Fischer, 1992; Siqueira; Martins; Moura, 1999).

Destaca-se, portanto, a importância da mensuração do BES como forma de verificar mudanças na percepção do bem-estar de mulheres em vulnerabilidade sócia participantes do Programa Mulheres Mil.

3 CAPÍTULO 2 OBJETIVOS E MODELO TEÓRICO

3.1 OBJETIVOS DE PESQUISA

A questão norteadora da presente pesquisa baseia-se na compreensão da interação entre a Educação Profissional e Tecnológica e a Segurança Alimentar e Nutricional e o Bem-Estar Subjetivo gerado a partir da melhoria das condições de vida das mulheres, partindo da análise de um Programa nacional com recorte de gênero feminino, que apresenta foco na geração de renda e elevação da autoestima de suas participantes. Frente aos elementos apresentados, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa:

“De que maneira a qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade social pode contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional?”

Diante da característica multifatorial (Burlandy, 2009) da Segurança Alimentar e Nutricional, buscou-se analisar os aspectos relacionados à formação, ao Bem-Estar Subjetivo e a insegurança alimentar domiciliar das estudantes do Programa.

A partir das reflexões mencionadas, definiu-se enquanto objetivo geral: Analisar de que maneira a qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade social pode contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional. Para tanto, foram formulados também os seguintes objetivos específicos de pesquisa:

1. Realizar um levantamento bibliográfico acerca da abordagem integrada dos temas “Segurança Alimentar e Gênero” e “Segurança Alimentar e Educação”;
2. Caracterizar o perfil demográfico e o socioeconômico das participantes do Programa;
3. Apresentar a perspectiva dos gestores quanto às convergências entre os objetivos do programa e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
4. Apresentar o diagnóstico do estado de insegurança alimentar domiciliar das participantes ao início e após a conclusão do Programa;
5. Determinar o perfil de Bem-Estar Subjetivo das participantes no início e após a conclusão do Programa e,
6. Analisar as principais mudanças vivenciadas pelas participantes após a participação no Programa.

3.2 MODELO TEÓRICO

A partir do entendimento de que mulheres com níveis educacionais mais altos apresentam menor vulnerabilidade à insegurança alimentar, e que a políticas de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas às mulheres têm efeitos positivos sobre a SAN, investigou-se a potencialidade de um programa de qualificação profissional com recorte de gênero feminino em afetar essa relação.

Diante do exposto, buscou-se analisar as características relacionadas às dimensões citadas anteriormente, estando elas esquematizadas na Figura 3.

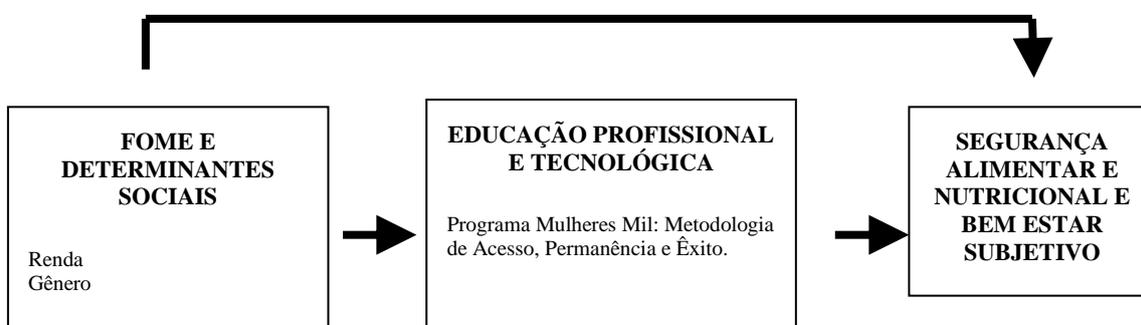


Figura 3 – Modelo teórico da pesquisa

O modelo proposto tem por objetivo analisar em que medida as relações de gênero associadas a aspectos como escolaridade e renda, como determinantes da SAN, apresentam mudanças a partir da participação em um programa de Educação Profissional e Tecnológica para o atendimento de mulheres em vulnerabilidade social.

A análise da interação entre as dimensões apresentadas pautou-se na exposição das principais características em destaque, e também das diferentes perspectivas de gestores e estudantes (e egressas), conforme descrito anteriormente.

4 CAPÍTULO 3: MÉTODO

Este capítulo descreve o desenho do estudo e as estratégias metodológicas adotadas para o alcance dos objetivos propostos. Para compreensão desses, apresentaremos a seguir, a estrutura de tópicos da pesquisa: 1) estratégia de pesquisa, 2) amostra, 3) instrumentos, 4) trabalho de campo e 5) tratamento e análise de dados.

4.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O presente estudo longitudinal de intervenção foi apresentado ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – UnB e aprovado por este Comitê, conforme parecer substanciado nº 219.949, de fevereiro de 2013 (Anexo 1). A partir da aprovação pelo comitê citado, realizaram-se as etapas de análise semântica da escala de Bem-Estar Subjetivo, análise de juízes do instrumento de avaliação do programa e piloto para verificação e ajustes de aplicação.

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa integrativa sobre os temas Segurança Alimentar, Educação e Gênero com o objetivo de visualizar (a partir de critérios estabelecidos pelas autoras) a abordagem desses temas em duas reconhecidas bases de dados científicos. A partir do cenário encontrado foi possível avaliar categorias mais comuns de abordagens desses temas nas línguas portuguesa e inglesa. O detalhamento e os resultados encontrados estão descritos no primeiro artigo do capítulo de resultados, com o título “Segurança Alimentar e Nutricional, Gênero e Educação: uma abordagem integrativa”.

Para a investigação do objeto em estudo foram consideradas três dimensões, sendo elas: a) questionário aplicado (via Google Docs®) aos gestores locais do Programa Mulheres Mil dos campi participantes; b) as informações relacionadas ao conteúdo programático (ou matrizes curriculares) dos cursos ministrados e c) questionários aplicados (autopreenchimento e entrevistas) às estudantes e posteriormente, após intervenção, egressas do Programa Mulheres Mil.

4.2 AMOSTRA

A partir da assinatura do Termo de Concordância (Apêndice 1) por parte da Coordenação Geral de Relações Institucionais e Projetos Especiais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, iniciou-se o processo de adesão ao presente estudo. Para tanto, foram mobilizados os gestores dos 37 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que iriam executar o Programa Mulheres Mil no ano de 2013.

4.2.1 Amostra de campi

A amostra teve como parâmetro de participação regional a divisão proporcional de campi da Rede Federal em nível nacional, de acordo com o Sistema de Informação da Educação Profissional – SISTEC. Desse modo, as unidades participantes foram amostradas, considerando-se a proporcionalidade por região geográfica, conforme apresentado na Tabela 3.

A amostra semi probabilística considerou a distribuição normal para o critério de cálculo de tamanho amostral, com erro amostral de 8%, nível de confiança de 95% e distribuição de resposta de 50%, e assim, a quantidade mínima a ser amostrado seriam 15 campi, distribuídos proporcionalmente, ao “n” total de instituições nas regiões brasileiras, que pode ser visualizada na Tabela 4.

Tabela 3 – Distribuição geográfica do Programa Mulheres Mil no Brasil até janeiro de 2013

Região	Unidade da Federação	Quantidade de <i>Campi</i>
Região Norte	Pará	08
	Acre	03
	Amapá	02
	Amazonas	07
	Rondônia	05
	Roraima	03
	Tocantins	05
Total Norte		33
Região Nordeste	Alagoas	07
	Ceará	08
	Maranhão	15
	Paraíba	09
	Pernambuco	13
	Piauí	10
	Rio Grande do Norte	10
	Sergipe	06
	Bahia	17
Total Nordeste		95
Região Centro Oeste	Distrito Federal	05
	Goiás	13
	Mato Grosso	06
	Mato Grosso do Sul	04
Total Centro-Oeste		28
Região Sudeste	São Paulo	07
	Rio de Janeiro	13
	Espírito Santo	08
	Minas Gerais	14
Total Sudeste		42
Região Sul	Rio Grande do Sul	16
	Santa Catarina	19
Total Sul	Paraná	09
		44
Total Brasil		242

Fonte: SISTEC, 2013.

Tabela 4 – Perfil de representatividade da amostra em comparação à distribuição regional do Programa Mulheres Mil no Brasil até janeiro de 2013

Região	Número de <i>campi</i> que executam o programa	%	Número de <i>campi</i> participantes da pesquisa	%
Região Norte	33	13,5	04	21
Região Nordeste	95	39,5	07	37
Região Centro Oeste	28	11,5	03	16
Região Sudeste	42	17,5	02	10
Região Sul	44	18	03	16
Total Brasil	242	100	19	100

Fonte: SISTEC, 2013.

A presente amostra foi composta por 12 Institutos Federais, representados por 19 campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nos quais foram ofertados cursos de diferentes áreas de qualificação profissional, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia participantes da pesquisa e os respectivos cursos ofertados, por região geográfica, no período de 2013 a 2014

Região	UF	Institutos Federais	Campus da Rede Federal	Cursos ofertados
Norte	TO PA RR	IFTO	Araguatins	Padeira, horticultora, agente de gestão de resíduos sólidos
		IFTO	Palmas	Cuidador de idosos e auxiliar administrativo
		IFPA	Belém	Massagista
		IFRR	Boa Vista	Auxiliar de cozinha
Nordeste	CE	IFCE	Iguatu	Panificação e confeitaria, salgadeira e corte e costura
		IFCE	Quixelô	Panificação e confeitaria
		IFAL	Maceió	Auxiliar de cozinha
	AL	IFAL	Arapiraca	Confeccionador de bijouterias
		IFAL	Satuba	Fuxico
	BA	IFBA	Jacobina	Beneficiamento de Alimentos à base do Licuri
	PB	IFPB	Cabedelo	Auxiliar de cozinha
Centro Oeste	GO	IFGOIANO	Ceres	Auxiliar de cozinha
		IFG	Inhumas	Fabricação de Conservas Vegetais
	DF	IFB	Brasília	Atendimento ao cliente
Sudeste	RJ	IFRJ	Realengo	Balconista de farmácia
	ES	IFES	Vitória	Gestão e relacionamento com o cliente
Sul	SC	IFSC	Florianópolis	Padeira
		IFSC	Lages	Gestão doméstica e saúde da família, zeladoria, informática básica e mídias sociais
		IFC	Videira	Pintura em tecido

Fonte: SISTEC, 2013.

4.2.2 Amostra de gestores

À medida que os gestores institucionais manifestavam interesse na participação da pesquisa, assinavam o Termo de Concordância da Instituição (Apêndice 2) e realizava-se um sorteio do (s) campus (i) do referido Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para aplicação dos instrumentos. Cabe destacar que foi considerado o ciclo de matrícula, uma vez que os cursos tiveram o término até, no máximo, junho de 2014.

Uma vez selecionado, o gestor local do campus recebia por e-mail o questionário via Google Docs®. Também foram solicitadas as matrizes curriculares dos cursos ofertados às turmas de entrevistadas, pois de acordo com as diretrizes metodológicas do Programa Mulheres Mil todos os cursos ofertados, independente da área da qualificação profissional, deveriam contemplar o Módulo Educacional Central, no qual está prevista a transversalidade de temas relacionados à cidadania, saúde, empreendedorismo, entre outros temas.

Considerando a convergência desses temas com a SAN, foi realizada uma análise de frequência simples e proporção das disciplinas das matrizes curriculares, recebidas dos campi participantes.

Após análise das matrizes curriculares, observou-se a ausência de padronização quanto à proporção da carga horária total e a do curso carga horária do módulo educacional central.

4.2.3 Amostra de participantes

Diante do universo de campi que aderiram a presente pesquisa, realizou-se contato com os gestores para que fosse indicada a quantidade de estudantes de cada turma do referido ano. A partir dessa informação, foram enviados os questionários a serem aplicados com as estudantes, no intuito de oportunizar a participação de todas as interessadas. Ao total foram enviados 1.459 questionários e recebidos 659 durante a primeira etapa da pesquisa (Tabela 5).

Tabela 5 – Perfil de representatividade da amostra de estudantes em relação ao número de matriculadas nos cursos do Programa Mulheres Mil nos *campi* participantes, 2015

Região geográfica	Número de questionários enviados	Número de participantes da 1ª etapa da pesquisa
Região Norte	397	146
Região Nordeste	466	263
Região Centro Oeste	271	112
Região Sudeste	120	47
Região Sul	205	91
Total	1.459	659

Para a composição da amostra final, realizou-se o pareamento das informações da primeira e da segunda etapa, compondo um banco final com 384 respondentes das duas etapas, tendo como base as respostas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar domiciliar. Esta amostra final atendeu ao critério de uma amostra semi probabilística com nível de confiança de 95%, apresentando 8% de erro amostral.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos foram escolhidos a partir de revisão de literatura, assim como dos ajustes necessários, após a realização da análise de juízes, semântica e aplicação do projeto piloto que serão apresentados no item 3.4, denominado Trabalho de Campo.

Considerando os aspectos apresentados no modelo teórico proposto, foram aplicados e elaborados instrumentos que se aproximassem, ao máximo, do objeto do estudo, assim como do perfil das participantes da pesquisa. Os instrumentos e suas respectivas variáveis serão descritos individualmente a seguir, sendo estas divididas em: Características demográficas e socioeconômicas, Bem-Estar Subjetivo, Segurança alimentar domiciliar e as Principais mudanças (após a participação do curso) que se relacionam com SAN.

Os instrumentos (perfil sócio demográfico, Escalas Brasileira de Insegurança Alimentar domiciliar e Bem-Estar Subjetivo) foram agrupados e transformados em um folheto de respostas em duas versões que se diferenciam entre si pela sequência em que se apresentavam as questões, contendo ambos, exatamente, as mesmas questões.

4.3.1 Variáveis demográficas e socioeconômicas

Para caracterização demográfica e socioeconômica das participantes da presente pesquisa, foram investigadas, ao início e após a conclusão do curso, variáveis relacionadas à renda, escolaridade, entre outras (Quadro 4). A partir da coleta de informações em relação ao período inicial do curso e após a conclusão, realizou-se uma análise descritiva dos resultados.

Quadro 4 – Perfil das variáveis demográficas e socioeconômicas investigadas durante o início e após a conclusão dos cursos pesquisados, durante 2013 e 2014

Variáveis investigadas
Idade*
Estado civil*
Escolaridade*
Principal fonte de renda do domicílio
Faixa de renda mensal da família
Número de dependentes da renda mensal
Valor gasto com alimentação
Localização da residência (urbana/rural)

*Investigadas apenas na primeira etapa.

4.3.2 Bem Estar Subjetivo

A presente pesquisa investigou o BES com a Escala de Bem-Estar Subjetivo proposta por Albuquerque e Tróccoli (2004) no início e após a conclusão do curso. Tal escala foi adaptada, após a realização de análise semântica, em duas etapas e Piloto da pesquisa. A escala final contém 24 itens, sendo dez fatores positivos e dez negativos e quatro sentenças em relação à satisfação com a vida (Apêndice 3).

Para classificação dos fatores supracitados, utilizou-se uma escala Likert de sete pontos variando de: 1=Nada; 2=Muito pouco; 3=Pouco; 4=Mais ou menos; 5=Bastante; 6=Muito a 7=Extremamente.

Em relação ao terceiro componente do BES, a “satisfação com a vida”, optou-se pela retirada de uma frase após análise semântica e piloto do estudo. Obteve-se um instrumento final com quatro sentenças.

Para classificação da Escala de Satisfação com a Vida, utilizou-se também uma escala Likert de sete pontos, com a seguinte variação: 1=Discordo totalmente; 2=Discordo;

3=Discordo um pouco; 4=Nem concordo, nem discordo; 5=Concordo um pouco; 6=Concordo e 7=Concordo totalmente.

4.3.3 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar domiciliar

Para o diagnóstico da situação de insegurança alimentar, foi utilizada a “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar domiciliar – EBIA”, instrumento validado no país, no período de 2003 a 2004, a partir do trabalho integrado de pesquisadores de cinco universidades brasileiras. Os pesquisadores envolvidos partiram da escala, originalmente desenvolvida na Universidade de Cornell (Seggal-Corrêa, 2007). Para a validação da versão brasileira, foram realizados estudos qualitativos e quantitativos nos estados e respectivos municípios das universidades participantes: São Paulo (Campinas), Distrito Federal (Brasília), Paraíba (João Pessoa), Amazônia (Manaus) e Mato Grosso (Cuiabá) (Perez-Escamilla et al., 2004; Segall-Corrêa et al., 2004).

A versão americana apresentava 18 frases, escritas no formato de afirmações. No Brasil, optou-se pela redução para 15 frases estruturadas no formato de perguntas diretas. Após a adaptação do instrumento, observou-se que a escala apresentava grandes consistências interna e externa, além de ser de fácil aplicação e baixo custo (Segall-Corrêa, 2007). Essa característica foi ratificada a partir da aplicação de sofisticados procedimentos analíticos (Hackett e Melgar-Quinonez, 2008; Melgar-Quinonez e Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa, 2007; Perez-Escamilla et al., 2004; Segall-Corrêa et al., 2004; Segall-Corrêa et al., 2007, 2009).

Durante o processo de validação da versão brasileira, observou-se tanto na população urbana quanto na rural um Alfa de Cronbach variando entre 0,87 a 0,95, demonstrando alta validade interna (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Posteriormente a este processo, a EBIA foi utilizada em diversas investigações em âmbito municipal e federal no período de 2003 a 2009, entre elas destacam-se as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio – PNADs (2004 e 2009) e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança – PNDS (2006). No âmbito acadêmico, entre os anos de 2003 a 2009, foram realizadas cerca de seis teses, 15 dissertações e seis pesquisas em diversas universidades que trataram da investigação da Segurança Alimentar utilizando este instrumento (Segall-Corrêa; Leon, 2009).

Após a utilização da EBIA em vários estudos, foi proposta a supressão da pergunta dez e após testes estatísticos (Análise de Rasch) validou-se a EBIA com 14 itens (BRASIL, 2014d). Na presente pesquisa aplicou-se a versão com 14 itens. A aplicação foi realizada em até dois meses após o início das aulas e no mínimo após dois meses após a conclusão do curso. A escala aplicada pode ser visualizada no Anexo 2.

Em virtude de o presente estudo focar a condição da segurança/insegurança alimentar como característica de vulnerabilidade social e seus determinantes sociais (escolaridade, renda, etc), optou-se por considerar a presença ou a ausência de Segurança Alimentar e não os diferentes níveis (leve, moderada ou grave). Nesse sentido, uma resposta positiva à EBIA foi considerada suficiente para a observação de insegurança alimentar.

4.3.4 Variáveis relacionadas às mudanças vivenciadas após a participação no Programa

Com o objetivo de investigar as principais mudanças relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (renda, escolaridade, relação familiar) vivenciadas pelas participantes da pesquisa ao longo do Programa, durante a segunda etapa da pesquisa, foram realizadas três perguntas (Apêndice 4).

Foram aferidos os resultados indicativos de mudança e, por fim, o questionamento sobre a principal mudança vivenciada pelas participantes foi representado numa nuvem de palavras, evidenciando de maneira mais destacada os contextos em que essas palavras aparecem no discurso das entrevistadas.

4.3.5 Avaliação do Programa Mulheres Mil na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional

Para o cumprimento do presente objetivo foi aplicado questionário semiestruturado aos gestores locais do Programa Mulheres Mil nos 19 campi, da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

O objetivo do questionário foi identificar a aproximação do Programa Mulheres Mil como política pública, dos princípios da SAN, sendo que sua elaboração está alinhada ao proposto pelo roteiro de análise de Políticas e Programas Públicos de Segurança Alimentar e

Nutricional sob a perspectiva dos Direitos Humanos, do CONSEA, e também das diretrizes (e características principais) do Programa Mulheres Mil.

Para tanto, as perguntas foram agrupadas em três blocos: 1) identificação e caracterização do programa para verificar os temas transversais e as estratégias relacionadas ao empoderamento e apoderamento das participantes; 2) objetivos e rede de parceria considerados pelos gestores para a execução do programa e 3) percepção dos gestores acerca da relação entre o Programa Mulheres Mil e SAN (Quadro 5).

Quadro 5 - Descrição dos blocos de perguntas aplicadas aos gestores do Programa Mulheres Mil, 2015

Blocos	Informações coletadas	Diretrizes de análise
1	1.1. Forma de identificação das cidadãs interessadas nos cursos; 1.2. Estratégias de atendimento aos grupos de mulheres em maior vulnerabilidade; 1.3. Critérios de inclusão no programa; 1.4. Nome dos municípios; 1.5. Nome dos cursos e, 1.6. Temas transversais abordados no módulo educacional central.	Empoderamento e Apoderamento das participantes
2	2.1. Objetivos considerados pelos gestores para execução do programa e, 2.2. Rede de parcerias.	Intersetorialidade
3	3.1. Percepção dos gestores quanto à aproximação das características do programa quanto à abrangência da SAN, e também dos níveis de exigibilidade do DHAA e, 3.2. Menção ou inclusão do tema SAN no curso.	Áreas de abrangência da SAN Níveis de exigibilidade

4.4 TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo da presente pesquisa envolveu diferentes etapas e dimensões de coleta de dados. Para tanto, inicialmente realizou-se a análise dos instrumentos a serem aplicados, sendo conduzida uma análise de juízes para o instrumento de gestores e uma análise semântica da escala de Bem Estar Subjetivo com as estudantes. A partir da análise dos instrumentos, optou-se pela validação destes por meio do projeto piloto.

4.4.1 Análise de juízes

Posteriormente à elaboração dos instrumentos, selecionaram-se seis especialistas na execução do Programa Mulheres Mil, que receberam os convites e a apresentação da pesquisa, via correio eletrônico. Para tanto, foi considerado o seguinte critério: experiência

mínima de dois anos na gestão nacional/local do Programa Mulheres Mil. Também foi convidado o idealizador do programa.

Dos seis convidados, quatro realizaram as análises e enviaram suas contribuições técnicas as quais, diante da concordância de 90%, foram incorporadas ao instrumento final que foi aplicado aos gestores locais do Programa Mulheres Mil nos campi participantes da pesquisa.

4.4.2 Análise semântica

Considerando a especificidade do público atendido pelo Programa pesquisado, assim como a relevância da investigação em relação à autoestima das estudantes, optou-se pela realização da análise semântica dos fatores positivos e negativos da Escala de Bem Estar Subjetivo utilizada. Esta análise foi realizada em três etapas em um campus selecionado a partir da possibilidade de contato com as estudantes para tal procedimento e, posteriormente, descartada da amostra.

Para participação, foram sorteadas aleatoriamente estudantes com diferentes níveis de escolaridade: Fundamental incompleto, Fundamental completo e Médio completo. Após a apresentação dos objetivos da atividade, todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Formaram-se então três grupos correspondentes aos níveis de escolaridade. O roteiro utilizado para a realização da análise semântica, encontra-se descrito no Apêndice 5.

A partir da realização das etapas descritas anteriormente, obteve-se uma escala com 55 itens, em virtude da inclusão de dez palavras sugeridas na primeira etapa e a exclusão de duas palavras (consideradas incompreensíveis). No total foram sugeridas 14 palavras, entretanto quatro destas foram citadas pelos grupos como sinônimo das palavras apresentadas na escala original e, portanto, não foram acrescentadas.

Diante da diversidade de palavras apontadas pelos grupos, foram selecionadas as que apresentaram maior frequência entre os sinônimos indicados para compor a escala final com objetivo de auxiliar na compreensão das emoções representadas.

Considerando a viabilidade de aplicação da escala obtida, uma vez que outros instrumentos seriam utilizados durante a pesquisa, ponderou-se o tamanho da escala final. Para julgamento da adequação do instrumento final com o objetivo de mensurar o BES,

pesquisou-se a utilização de instrumentos semelhantes ao público investigado e encontrou-se a pesquisa realizada por Furtado e colaboradores, no ano de 2012.

4.4.3 Projeto piloto

Com o intuito de validar a estratégia de aplicação da pesquisa com gestores e estudantes do Programa, contatou-se um dos campi da Rede Federal e realizou-se o Projeto Piloto.

Enviou-se aos gestores por email o instrumento de coleta de dados, cujo objetivo era avaliar o Programa Mulheres Mil na perspectiva da SAN. Solicitou-se ao gestor que, a partir de suas impressões, fossem avaliadas as possíveis dificuldades de compreensão do instrumento, que neste caso foram ausentes.

No caso das estudantes, com o intuito de aplicar os questionários durante a aula de informática, realizou-se a articulação com o professor responsável pelas turmas para verificar a possibilidade de aplicação dos questionários na forma acima descrita. No dia da aplicação, a equipe da pesquisa explicou os procedimentos da pesquisa e realizou a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em virtude da não disponibilidade de e-mail de todas as participantes, inicialmente realizou-se a criação de uma conta de e-mail para que em um segundo momento fossem enviados os questionários. As participantes tiveram a opção de preencher em casa ou durante a aula de informática.

Os questionários foram encaminhados no dia anterior à aplicação, via e-mail, a cada uma das estudantes que entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Durante a aula, as estudantes foram auxiliadas pelos bolsistas e professores a finalizar o processo de preenchimento online do formulário.

O Projeto Piloto mostrou a dificuldade das estudantes em manusear o computador como ferramenta para utilização da plataforma Google Docs®, o que demandou um tempo excessivo para o processo de preenchimento do questionário.

Observou-se ainda a dificuldade de compreensão do significado de algumas palavras da Escala de Bem-Estar Subjetivo, tais como “engajada”, “produtiva”, “estimulada” entre outras, e por isso, sugeriu-se a adição de uma opção “não sei o significado”. Outra dificuldade encontrada foi a de compreensão das perguntas da Escala Brasileira de

Insegurança Alimentar domiciliar - EBIA, em relação às quais as respondentes se declararam confusas.

Diante das observações realizadas, optou-se pelo ajuste da Escala de Bem-Estar Subjetivo e também pelo envio, via correios, dos questionários das participantes para a primeira etapa, possibilitando aos bolsistas/professores a explicação necessária ao preenchimento sem apoio da ferramenta de informática. A EBIA foi mantida, adotando-se a estratégia de explicação do conteúdo das perguntas.

4.4.4 Primeira etapa

A partir do contato com os gestores institucionais e da manifestação do interesse em participar da presente pesquisa, enviou-se para os participantes gestores, o Termo de Concordância Institucional (Apêndice 2). Posteriormente ao recebimento das respostas, realizou-se o envio de orientações iniciais quanto à execução da pesquisa, por meio de um fluxograma das atividades a serem realizadas. Nesse momento, os gestores indicavam as opções de campi para o sorteio da amostra.

O sorteio dos campi foi conduzido pela utilização do Excel® na versão 2010 e diante dos resultados, procedeu-se com o envio do Termo de Concordância Institucional; das orientações para participação na pesquisa e também foram solicitadas informações como: e-mail, telefone, período de realização do curso e indicação da melhor estratégia de mobilização das participantes nas diferentes etapas da pesquisa.

Em contato com os gestores locais participantes, providenciou-se o envio dos links para acesso aos questionários disponibilizados na plataforma Google Docs®, com respectivas orientações para preenchimento. Ressalta-se que, considerando a possível influência da posição dos itens a serem julgados, conforme descrito pelo modelo de desdobramento da Teoria de Resposta ao Item (Araujo, 2009), as questões foram, aleatoriamente distribuídas, sempre, mantendo o mesmo número e conteúdo.

A partir do preenchimento dos questionários enviados aos gestores, iniciou-se o planejamento da aplicação do instrumento destinado as estudantes do Programa. Para tanto, os gestores deveriam indicar: o endereço para o recebimento do material; o período de aulas e o quantitativo de estudantes por turma. Os questionários foram enviados já com envelopes selados para o retorno das respostas à pesquisadora.

4.4.5 Segunda etapa

À medida que os questionários respondidos chegavam, estabeleceu-se um cronograma para aplicação da segunda etapa da pesquisa, bem como o debate com os gestores participantes sobre a melhor maneira de realizá-la, ou seja, se a reaplicação seria via questionário impresso, ou por entrevista (a ser conduzida por equipe treinada pela pesquisadora). Frente às dificuldades vivenciadas em alguns campi para localização e reaplicação do questionário, a maioria dos gestores optou pela entrevista via contato telefônico.

Foram selecionados alunos de graduação da Universidade de Brasília para a aplicação das entrevistas. Esta seleção ocorreu após conversa e troca de informações sobre o Programa Mulheres Mil, em especial o debate sobre o documentário de 2011 “Eu tenho um sonho, Mulheres Mil” do cineasta Helvécio Ratton. Esse documentário apresenta as principais características metodológicas do Programa e por meio do depoimento de várias estudantes foi possível aos entrevistadores, vislumbrar o perfil das futuras entrevistadas.

4.4.6 Análise das matrizes curriculares

Com o objetivo de obter informações quanto às características do processo formativo oferecido as participantes do Programa Mulheres Mil, foram solicitadas aos gestores, via correio eletrônico, as matrizes curriculares dos cursos participantes da pesquisa.

O propósito dessa análise foi verificar de que maneira a característica comum a todos os cursos do Programa Mulheres Mil, ou seja, a execução do Módulo Educacional Central é realizada nos diferentes campi e nas diferentes regiões brasileiras.

Através da análise documental realizou-se uma análise de frequência em relação aos percentuais das cargas horárias das disciplinas do referido módulo.

4.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS BANCOS DE DADOS

4.5.1 Análise qualitativa

Para análise dos resultados de natureza qualitativa das estudantes e dos gestores, elaborou-se um banco de dados no programa Nvivo®, versão 10. Posteriormente, foram criadas as categorias e codificações para identificação de segmentos dos textos e sua associação às categorias de pesquisa.

As respostas das estudantes relacionadas às principais mudanças vivenciadas após a participação no Programa foram consolidadas inicialmente por um tratamento orientado pela “Frequência de Palavras”, sendo as palavras agrupadas de acordo com suas frequências de citação durante as entrevistas. Para a coleta de dados para este tratamento, limitou-se a consolidação das 25 palavras mais frequentes que tivessem a extensão mínima de cinco caracteres.

Para o tratamento das palavras apresentadas e obtenção do banco final para análise, identificaram-se os sinônimos e retiraram-se as palavras “mudança”, “descreva”, “vida”, “Programa Mulheres Mil”, “participar” e “proporcionou” por serem constituintes da pergunta, uma vez que estas teriam naturalmente elevadas frequências, o que produziria viés no resultado final. Foram aferidos os resultados indicativos de mudança e, por fim, representados numa nuvem de palavras, evidenciando de maneira mais destacada os contextos em que essas palavras aparecem no discurso das participantes.

Tendo Bardin (2003) como referência, a Análise de Conteúdo, na presente pesquisa, abrangeu as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de respostas, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas respostas (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas), bem como as conclusões a partir da temática de investigação adotada.

As deduções mencionadas acima foram realizadas à luz das dimensões da SAN, ou seja, acesso, disponibilidade, utilização biológica dos alimentos e estabilidade da SAN. A partir da análise das frases de cada participante, realizou-se o enquadramento de sentidos (e suas convergências) com as dimensões da SAN com o objetivo de visualizar de que maneira as principais mudanças relacionaram-se com as dimensões da SAN.

4.5.2 Análise quantitativa

Para análise dos dados de natureza quantitativa, foram verificados os requisitos necessários para minimizar a possibilidade de erros nas decisões estatísticas, sendo realizadas

conferências sistemáticas entre os dados lançados e os dados coletados nos instrumentos originais da pesquisa.

Os dados de natureza quantitativa foram introduzidos em um banco específico para esta pesquisa, elaborado no Programa Statistical Package for Science - SPSS® na versão 22.0, no qual também foram processadas as análises. Após a criação do formulário de entrada dos dados, foi realizada a checagem dos mesmos por meio da análise de distribuição de frequência, comparando-se os valores de cada variável no banco de dados do SPSS® com aqueles possíveis de ocorrência, evitando-se a ocorrência de erros na digitação.

Considerando as duas escalas utilizadas, foram obtidos valores de confiabilidade por meio do Alfa de Cronbach dos instrumentos aplicados. A Tabela 6 apresenta a comparação entre os alfas obtidos durante o projeto piloto e a coleta final.

Tabela 6 – Perfil de confiabilidade das Escalas de Insegurança Alimentar domiciliar e de Bem-Estar Subjetivo aplicadas às egressas do Programa Mulheres Mil, 2015

Escalas	Alfas de Cronbach
Escala Brasileira de Insegurança Alimentar Domiciliar	0,909
Escala de Bem Estar Subjetivo	0,710

Os dados foram descritos em termos de frequências relativas e medidas resumo como a média e o desvio padrão. Para as análises de associação, o teste estatístico utilizado foi o qui-quadrado de Pearson. Os pressupostos da normalidade foram checados, via teste de Shapiro-Wilk. Os testes estatísticos utilizados foram t de Student para comparar os dois momentos de avaliação e Kruskal-Wallis para apurar a análise de variância, tendo Bonferroni como Post-hoc. O nível de significância adotado foi de 5%.

5 CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados desta pesquisa, na forma de três artigos independentes. O primeiro artigo intitulado: “Segurança Alimentar e Nutricional, Gênero e Educação: uma abordagem integrativa” apresenta uma revisão bibliográfica de duas bases de dados (Scielo® e Science Direct®) durante a última década em relação à abordagem dos temas “SAN e educação” e “SAN e gênero” de maneira integrada. O objetivo deste artigo foi o embasamento atualizado em relação à abordagem mencionada dos assuntos mencionados e, desta forma, uma contextualização das referidas temáticas em complementação à discussão dos resultados.

O segundo artigo, com o título: “O Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil”, trata-se da análise dos resultados do questionário aplicado aos gestores do Programa Mulheres Mil e também das matrizes curriculares dos cursos ofertados as participantes da presente pesquisa.

O terceiro e último artigo, denominado: “Segurança Alimentar e Nutricional e Bem Estar Subjetivo de mulheres em vulnerabilidade social” descreverá as principais mudanças vivenciadas pelas participantes do Programa após a conclusão dos cursos pesquisados.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA

Resumo

Diante do número crescente de publicações científicas na área da nutrição, em especial sobre Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, torna-se fundamental o desenvolvimento de métodos para a realização de pesquisa bibliográfica baseada em evidências. Frente à constatação do papel das mulheres para a SAN, bem como da interferência dos fatores socioeconômicos, entre eles a educação, a presente pesquisa apresenta uma revisão integrativa desses assuntos. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa que apresenta publicações científicas das bases de dados Science Direct® e Scielo®, do período de 2004 a 2014 sobre os temas “SAN e gênero” e “SAN e educação” (em línguas portuguesa e inglesa) com vistas à identificação da abordagem dos referidos temas. Selecionaram-se publicações segundo os princípios da investigação integrativa tendo como critérios de inclusão: citação das palavras chave nos títulos dos artigos, médias dos fatores de impacto do período de 2004 a 2013 e o ano das publicações. Posteriormente, realizou-se a categorização dos principais temas emergentes nas publicações selecionadas. Procedeu-se com a análise dos conteúdos publicados, vislumbrando suas convergências ou divergências entre outros dados nacionais e/ou internacionais. Conclui-se que as publicações selecionadas ratificaram os avanços brasileiros da SAN na perspectiva da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e que apesar da maior vulnerabilidade feminina (e das famílias chefiadas por elas) à insegurança alimentar, são inegáveis as contribuições das mulheres na promoção de SAN, seja no Brasil, Nova Zelândia, África, Bolívia, Equador, Filipinas, Índia e Tailândia. Destaca-se a recomendação da relevância do desenvolvimento de outras pesquisas na temática “SAN e Educação” sob a ótica de processos educativos emancipatórios, além da educação nutricional tradicional relacionada à promoção de hábitos saudáveis. Também se identificou a importância de estudos brasileiros que relacionem “SAN e gênero”, especialmente com objetivo de auxiliar na promoção da equidade dessas relações, potencializando assim a atuação feminina para SAN.

Palavras chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Educação e Gênero.

Food and nutrition security, gender and education: an integrative approach

Abstract

Taking a view on the increasing number of scientific publications on nutritional area, especially about food and nutrition security, it becomes essential to develop methods for the accomplishment of bibliographical research based on evidence. Facing women role for food and nutrition security, as well as the interference of socioeconomic elements, such as education, this current research presents an integrative review of these issues. It is a bibliographical integrative review which presents scientific publications of Science Direct® and Scielo® databases, from 2004 to 2014, about “food and nutrition security and gender” and “food and nutrition security and education” themes (in Portuguese and English languages), regarding the identification of the approach of the mentioned ones. The selected publications follow the principles of integrative investigation taking into account the following criteria: keyword quotes on the title of the articles, the average rate of impact factors considering the period from 2004 to 2013 and the publication year. Subsequently, the main emerged themes on the selected publications were categorized. The following procedure was the analysis of the published contents, considering their convergences or divergences between other national and/or international data. It is concluded that the selected publications ratified the Brazilian advances of food and nutrition security in the perspective of the realization of Human Right to Adequate Food, in spite of the major feminine vulnerability (and the families headed by them) to food insecurity. The female contribution on the food and nutrition security promotion is undeniable, either in Brazil, or in New Zealand, Africa, Bolivia, Ecuador, Philippines, India and Thailand. It also highlights the relevance of the development of other researches on the “food and nutrition security and Education” issue on the perspective of educational and emancipatory processes, and traditional nutritional education related to the promotion of healthy habits as well. The importance of Brazilian studies that relate “food and nutrition security and gender” was also identified, especially with the objective of helping the promotion of equity in these relations, increasing female roles for food and nutrition security.

Keywords: Food and Nutrition Security, Education and Gender.

INTRODUÇÃO

No Brasil, concebe-se a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem o comprometimento de acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Quisumbing e Meizen-Dick, pesquisadoras do *International Food Policy Research Institute*, em 2001, na obra *Empowering Women To Achieve Food Security* já apontavam para a necessidade de que houvesse alterações nas relações de gênero como condição ao desenvolvimento rural sustentável, no qual está inserida a garantia da segurança alimentar. Na obra referenciada também se destaca que o aumento da escolarização das mulheres é um “ingrediente-chave” para o empoderamento¹⁷ e que, para além das evidências do impacto da educação das mulheres na educação infantil e nutrição, também é importante para as próprias mulheres.

Em 2004, Siliprandi, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA da Unicamp apresentou reflexões quanto à relevância da elaboração de políticas que valorizem as experiências das mulheres no campo da alimentação, sem reforçar as desigualdades de gêneros existentes. Também destaca que se faz necessária a melhoria do acesso à educação e às informações nutricionais e de saúde.

Para Branco (2013) as políticas públicas teriam avanços consideráveis se promovessem a articulação com os movimentos das mulheres para a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional no país.

Frente ao papel das mulheres quanto a SAN, bem como a interferência dos fatores socioeconômicos, entre eles a educação, a presente pesquisa apresenta uma abordagem integrativa desses assuntos a partir da contextualização da abordagem da SAN, educação e gênero.

Considerando o número crescente de publicações científicas na área da nutrição, em especial sobre Segurança Alimentar e Nutricional, torna-se emergente a utilização de metodologias para a realização de pesquisa bibliográfica baseada em evidências.

¹ Empoderamento: “Conscientização; criação; socialização do poder entre os cidadãos; conquista da condição e da capacidade de participação; inclusão social e exercício da cidadania”. <http://www.dicionarioinformal.com.br/empoderamento/>

Entre as metodologias de revisão bibliográfica, a revisão integrativa representa atualmente ampla abordagem metodológica (Souza, 2010), uma vez que permite a inclusão de estudos com desenhos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado (Whittemore, 2005).

METODOLOGIA

Como estratégia de busca foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases de dados Scielo[®] e Science Direct[®] no período de 2004 a 2014. A estratégia utilizada para a busca foi o uso das palavras chaves: “Segurança Alimentar e Nutricional e gênero” e “Segurança Alimentar e Nutricional e educação” e o seu equivalente na língua inglesa.

Quanto aos critérios de inclusão, estabeleceram-se, a partir da experiência das autoras, que seriam incluídos artigos publicados que apresentassem os seguintes critérios em ordem crescente de prioridade, segundo o Quadro 01.

Quadro 01 – Perfil dos critérios de inclusão de publicações científicas sobre os temas “Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero” e “Segurança Alimentar e Educação”, no período de 2004 a 2014

Item	Descrição	Justificativa	Pontuação
1) Palavra chave no título	Artigos que apresentem pelo menos uma das palavras chave da pesquisa.	Em análise das relações existentes entre gênero, segurança alimentar e nutricional e educação serão selecionados artigos que apresentem no título pelo menos uma das palavras chave da pesquisa, bem como entre as suas indicações.	Apresentação da palavra chave no título: 1 ponto. Máximo de 2 pontos.
2) Ano de publicação	Artigos publicados a partir do ano 2004.	Considerou-se o período de uma década tendo como base o ano da publicação de referência para contextualização da pesquisa, valorizando as publicações recentemente publicadas.	2004 até 2006: 1 ponto; 2007 até 2009: 2 pontos 2010 até 2012: 3 pontos >2013: 4 pontos Máximo de 4 pontos.
3) Fator de impacto*	Padronização da qualidade dos artigos por meio da análise do número de citações das publicações selecionadas.	Considerando que, enquanto indicador bibliométrico, Fator de impacto (FI) é um bom recurso técnico de avaliação científica, utilizou-se a média do mesmo, no período de 2004 a 2013 (em função de sua disponibilidade) para seleção dos artigos para compor a presente pesquisa. Para publicações internacionais, utilizou-se “Impact per Publication” (IPP).	Para a ponderação das médias dos fatores de impacto, consideraram-se os seguintes valores: Publicações sem FI ou IPP - 0 0,2 até 1,1 – 4 ponto 1,2 até 2,3 – 6 pontos >2,4 - 8 pontos Máximo de 8 pontos.

* Para análise desse indicador foram consultados os seguintes sítios eletrônicos: <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=28> <http://www.journalmetrics.com/values.php>.

Foram excluídas das análises as publicações que obtiveram notas inferiores a oito.

A partir do somatório das pontuações, obteve-se um total de 13 pontos possíveis.

Posteriormente, utilizou-se da análise de conteúdo, segundo Bardin (2003), para consolidação das principais considerações dos artigos selecionados em categorias comuns as respectivas abordagens.

Cabe destacar que, no caso do presente estudo, tendo como objetivo observar a abordagem utilizada nas publicações, não se adotou como critério de seleção o tipo de desenho epidemiológico.

RESULTADOS

Foram incluídas 24 publicações, sendo que destas, 66,5% (n=16) estavam disponibilizadas na Scielo®, conforme descrito na Tabela 01.

Tabela 01 – Número de publicações científicas encontradas de acordo com as palavras chave, 2015

Palavras chave	Scielo®	Science Direct®
Segurança alimentar e gênero	3	5
Segurança alimentar e educação	13	3
Total	16	8

Considerando os critérios estabelecidos na metodologia da presente pesquisa, foram selecionadas 13 das 24 publicações encontradas, sendo que dessas, 54% (n=07) referem-se às palavras chave “Segurança Alimentar e Nutricional e Educação”.

A média das pontuações obtidas pelas publicações selecionadas foi de 10 pontos com desvio padrão foi de 2,05. A Tabela 2 apresenta a pontuação obtida pelas publicações selecionadas.

Tabela 2 – Pontuação final das publicações científicas selecionadas a partir dos critérios da presente revisão integrativa, 2015

TÍTULO DO ARTIGO	PALAVRA CHAVE	ANO DA PUBLICAÇÃO	PONTUAÇÃO DA MÉDIA DA DÉCADA DO FI*	TOTAL
Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero & Food Security and Gender				
1.Gender, agroforestry and food security in Africa	2	4	8	14,0
2.The association of food security with psychological distress in New Zealand and any gender differences	2	3	8	13,0
3.What Determines Gender Inequality in Household Food Security in Kenya? Application of Exogenous Switching Treatment Regression	2	4	6	12,0
4.Food Security, Gender, and Occupational Choice among Urban Low-Income Households.	2	4	6	12,0
5.Land rights, gender equality and household food security: Exploring the conceptual links in the case of India.	2	1	6	9,0
6.Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor da pele autorreferida e condição socioeconômica.	1	3	4	8,0
Segurança Alimentar e Nutricional e Educação & Food Security and Education				
7.Hunger at Home: A Higher Education Service Learning Course of Appraisal and Action in Community Food Security.	2	3	6	11,0
8.Ações de alimentação e nutrição e sua interface com segurança alimentar e nutricional: uma comparação entre Brasil e Portugal.	1	4	4	9,0
9.Conversas sobre formar fazer a nutrição: as vivências e percursos da Liga de Segurança Alimentar e Nutricional	1	4	4	9,0
10.Atuação profissional no âmbito da segurança alimentar e nutricional na perspectiva de coordenadores de cursos de graduação em Nutrição	1	4	4	9,0
11.Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	1	3	4	8,0
12.(In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará.	1	3	4	8,0
13.A framework for revitalization of rural education and training systems in sub-Saharan Africa: Strengthening the human resource base for food security and sustainable livelihoods	2	2	4	8,0

Foram selecionadas para análise de conteúdo, seis publicações do primeiro tema e, sete do segundo, totalizando 13 publicações científicas com suas pontuações apresentadas no Quadro 02.

Quadro 02 – Descrição das publicações selecionadas de acordo com periódico e ano de publicação - pesquisa integrativa, 2004 a 2014

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E GÊNERO & FOOD SECURITY AND GENDER		
Item	Título do artigo	Informações do periódico
01	Gender, agroforestry and food security in Africa.	Current Opinion in Environmental Sustainability. 2014. v 6
02	The association of food security with psychological distress in New Zealand and any gender differences.	Social Science & Medicine. 2011. v 72
03	What Determines Gender Inequality in Household Food Security in Kenya? Application of Exogenous Switching Treatment Regression.	World Development. 2014. v 56
04	Food Security, Gender, and Occupational Choice among Urban Low-Income Households.	World development. 2013. v 42
05	Land rights, gender equality and household food security: Exploring the conceptual links in the case of India.	Food Policy. 2006. v 31
06	Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor da pele autorreferida e condição socioeconômica.	Revista Brasileira de Epidemiologia. 2011. v 14 (3)
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E EDUCAÇÃO & FOOD SECURITY AND EDUCATION		
07	Hunger at Home: A Higher Education Service Learning Course of Appraisal and Action in Community Food Security.	Journal of Nutrition Education and Behavior. 2011. v 43
08	Ações de alimentação e nutrição e sua interface com segurança alimentar e nutricional: uma comparação entre Brasil e Portugal.	Saúde e Sociedade. 2013. v 22.
09	Conversas sobre <i>formar</i> fazer a nutrição: as vivências e percursos da Liga de Segurança Alimentar e Nutricional.	Interface Comunicação Saúde Educação. 2014. v 18 (48)
10	Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	Saúde e Sociedade. 2012. v 21.
11	(In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará.	ACTA Paulista de Enfermagem. 2012. v 25 (1)
12	Atuação profissional no âmbito da segurança alimentar e nutricional na perspectiva de coordenadores de cursos de graduação em Nutrição.	Interface Comunicação Saúde Educação. 2013. v 17 (44)
13	A framework for revitalisation of rural education and training systems in sub-Saharan Africa: Strengthening the human resource base for food security and sustainable livelihoods.	International Journal of Educational Development. 2007. v 27.

Frente às publicações selecionadas, nota-se a diversidade das áreas de conhecimento, abrangendo as áreas de saúde, educação, comunicação, epidemiologia e desenvolvimento sustentável.

Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero

Quanto ao perfil de periódicos selecionados das temáticas supracitadas, também se percebe a publicação em três diferentes áreas: epidemiologia, desenvolvimento sustentável e interdisciplinar (representada pela revista “*Social Science and Medicine*”). Cabe ressaltar que 83,5% (n=5) das publicações foram escritas em língua inglesa.

As categorias estabelecidas em função das principais considerações da busca integrada entre “Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero” foram: 1) Vulnerabilidade à insegurança alimentar e 2) Contribuições para a SAN. Cada uma das categorias foi representada por três diferentes publicações.

O Quadro 3 descreve a síntese das principais considerações de cada categoria.

Quadro 03 – Síntese da análise de conteúdo das principais considerações sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero, nas publicações selecionadas nas bases Scielo® e Science Direct®, no período de 2004 a 2014

Categorias	Títulos dos artigos	Sinopses	Principais considerações
Vulnerabilidade à insegurança alimentar	<i>Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor da pele autorreferida e condição socioeconômica.</i>	Foram analisados os resultados da Pesquisa Nacional por Domicílios (2004) em relação à insegurança alimentar associados à posse de bens de consumo e outras condições socioeconômicas e demográficas.	A pesquisa evidenciou a maior vulnerabilidade à insegurança alimentar dos domicílios com menor renda per capita e chefiados por mulheres de cor negra.
	<i>What Determines Gender Inequality in Household Food Security in Kenya? Application of Exogenous Switching Treatment Regression</i>	A pesquisa apresenta os principais aspectos relacionados à maior vulnerabilidade dos domicílios cuja referência é uma mulher.domicílio.	Entre os motivos encontrados, as autoras destacam o menor acesso a recursos financeiros por parte das mulheres e também a interferência de fatores culturais e sociais ligados às relações de gênero. Frente a esse resultado, sugerem-se mais estudos para que sejam compreendidos os impactos da desigualdade de gênero e a SAN dos domicílios.
	<i>Land rights, gender equality and household food security: Exploring the conceptual links in the case of India</i>	A autora analisa as implicações das relações de gênero no acesso à terra e, conseqüentemente na segurança alimentar. Ela também ressalta que a responsabilidade da produção agrícola tem recaído às mulheres de modo crescente.	Mesmo diante de avanços nos direitos ao acesso a terra, as mulheres ainda permanecem excluídas dos processos de tomada de decisões. A autora conclui também que a concentração de responsabilidades nas mulheres, pode diminuir o envolvimento masculino em relação à segurança alimentar. Para avanços nesse sentido, é necessária a integração de outras estratégias, tais como: o fortalecimento dos direitos, o incremento da participação feminina nos processos decisórios, melhoria nas questões ligadas a divisão sexual do trabalho.

Contribuições das mulheres para a segurança alimentar	<i>The association of food security with psychological distress in New Zealand and any gender differences</i>	Trata-se da investigação com recorte de gênero do nível de sofrimento psicológico vivenciado por responsáveis pelos domicílios tendo todas as variáveis socioeconômicas controladas.	Os resultados encontrados sugerem uma ligeira diferença entre homens e mulheres, sendo maior o nível de sofrimento psicológico nas mulheres. Os autores destacam que esses resultados reforçam a importância de pesquisas dos fatores associados à insegurança alimentar frente aos impactos físicos e também mentais vivenciados pelos indivíduos.
	<i>Gender, agroforestry and food security in Africa</i>	A pesquisa ressaltou a intensa participação das mulheres nos sistemas agroflorestais e como elas podem contribuir para a redução da SAN.	Considerando a potencialidade da atuação das mulheres frente à segurança alimentar, a autora realiza recomendações relacionada a igualdade de gênero, como por exemplo, acesso ao crédito, divulgação de conhecimentos e técnicas de maneira equitativa.
	<i>Food Security, Gender, and Occupational Choice among Urban Low-Income Households.</i>	Os autores analisaram as possíveis influências das relações de gênero na escolha da ocupação profissional em um contexto de insegurança alimentar de residentes de favelas da Bolívia, Equador, Filipinas e Tailândia.	Ao final do estudo, os resultados evidenciaram que as mulheres autônomas de famílias vulneráveis tendem a empregar estratégias adaptativas para melhorar o acesso aos alimentos. Indica-se a relevância de mais pesquisas que investiguem as relações entre renda, gênero, emprego e SAN.

Segurança Alimentar e Nutricional e Educação

Quanto ao perfil de periódicos selecionados dessa temática, nota-se a publicação em quatro áreas distintas: nutrição, enfermagem, saúde coletiva, interdisciplinar (representada pela revista “Interface Comunicação Saúde Educação” e pelo “*Journal of Nutrition Education and Behavior*”).

A partir dos principais resultados e discussões apresentados nas publicações selecionadas, emergiram da análise semântica as seguintes categorias: 1) Formação Profissional; 2) Perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada; 3) Situação de Segurança Alimentar. Sendo que cada categoria apresentou, quatro, duas e uma publicação, respectivamente. A descrição da síntese das principais considerações pode ser visualizada no Quadro 04.

Quadro 04 – Síntese das categorias emergidas da análise de conteúdo da temática Segurança Alimentar e Nutricional e Educação, nas publicações selecionadas das bases Scielo® e Science Direct®, no período de 2004 a 2014

Categorias	Títulos dos artigos	Sinopses	Principais considerações
Perspectiva de DHAA	<i>Ações de alimentação e nutrição e sua interface com segurança alimentar e nutricional: uma comparação entre Brasil e Portugal.</i>	As autoras indicam que as diferenças entre os países relacionam-se com suas características políticas, históricas e econômicas, sendo que no Brasil há uma discussão de SAN relacionada à promoção do DHAA.	Ressaltam a relevância da intersetorialidade, em destaque para o investimento em estratégias de caráter educativo com vistas à autonomia e a emancipação dos indivíduos para estabilidade da SAN.
	<i>Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</i>	A publicação apresenta a categorização dos significados e apropriações da noção de SAN: aproximação entre campos temáticos; articulação intersetorial; objetivo estratégico de desenvolvimento; direito humano à alimentação e demanda por processo educativo.	Diante de uma abordagem sistêmica, as autoras reforçam a importância de uma formação para uma visão mais cidadã dos alimentos e da alimentação, por meio de uma prática dialógica entre as diretrizes e princípios envolvidos.
Formação profissional	<i>Conversas sobre formar fazer a nutrição: as vivências e percursos da Liga de Segurança Alimentar e Nutricional.</i>	Compreendendo a multidimensionalidade da SAN, as autoras debatem a formação do profissional nutricionista na perspectiva de um processo em construção que deve unir novos conhecimentos teórico e prático.	Os resultados indicam que a formação deve ir além dos encontros intersetoriais vislumbrando caminhos que promovam o diálogo fluido e de natureza social.
	<i>Atuação profissional no âmbito da segurança alimentar e nutricional na perspectiva de coordenadores de cursos de graduação em Nutrição.</i>	As autoras ao analisarem facilitadores e barreiras para a atuação do nutricionista em SAN identificaram que a formação profissional ainda é considerada mais direcionada às competências técnicas em detrimento das humanísticas, sendo fragmentada e desarticulada quanto às atividades teóricas e práticas.	Diante do contexto evidenciado, constatou-se a relevância da politização dos nutricionistas para uma visão crítica e amplificada das diferentes áreas e setores que se relacionam com a alimentação e nutrição.
	<i>Hunger at Home: A Higher Education Service Learning Course of Appraisal and Action in Community Food Security.</i>	Trata-se da apresentação de uma possibilidade de vivência dos alunos de cursos superiores (em disciplinas como nutrição, sociologia, etc) que em parcerias com organizações comunitárias debatem sobre fome, e suas causas, bem como das políticas públicas locais e nacionais.	Durante a análise da execução do curso percebeu-se o engajamento dos alunos (sobre as causas da fome) e a continuidade da articulação entre parceiros e a universidade nas ações de segurança alimentar.
	<i>A framework for revitalisation of rural education and training systems in sub-Saharan Africa: Strengthening the human resource base for food security and sustainable livelihoods.</i>	Considerando a relevância da educação, bem como da agricultura familiar e suas contribuições diante da vulnerabilidade das comunidades africanas da África Subsaariana, os autores apontam o fortalecimento da educação rural como uma estratégia importante para a melhoria da segurança alimentar dessas comunidades. Para tanto, apresentam dez passos fundamentais que podem ser executados a baixos custos e pouca dependência de gestão externa.	Conclui-se que mesmo diante da potencialidade da educação rural para a segurança alimentar das comunidades e para a promoção do desenvolvimento sustentável dessas regiões, se fazem necessárias também ações em nível macro, como por exemplo, acesso das comunidades pobres a terra, recursos naturais e também melhoria nos níveis de equidade e justiça.

<p>Situação de segurança alimentar</p>	<p><i>(In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará.</i></p>	<p>Realizou-se uma pesquisa descritiva com os seguintes objetivos: detectar a prevalência da (in) segurança alimentar entre as famílias residentes na zona rural de Maranguape e verificar a associação entre as variáveis socioeconômicas e o grau de (in) segurança alimentar.</p>	<p>O estudo constatou a associação estatisticamente significativa entre a escolaridade do responsável, o número de moradores, renda familiar mensal e o estado de segurança alimentar. Conclui-se que a partir da compreensão dessas associações é possível potencializar a ação dos educadores sem saúde para melhoria na qualidade de vida.</p>
--	---	--	---

DISCUSSÃO

Partindo do entendimento de que a intersectorialidade é uma das condições para a promoção da SAN, diante de sua natureza multidimensional (Burlandy, 2009), avalia-se positivamente a diversidade de periódicos representada na seleção da presente revisão integrativa.

A análise desse cenário aponta para características distintas entre as temáticas, como por exemplo, o fato da temática “SAN e Gênero” apresentar 83,5 % (n= 5) de publicações na língua inglesa, o que remete à invisibilidade do gênero no Brasil e a mulher na perspectiva do papel de provedora de sua família, em especial as questões ligadas a SAN. No Brasil, embora desde 2004, pesquisadores como Siliprandi (2004; 2007; 2009; 2011; 2012; 2013) já destacassem a relevância do papel feminino para a SAN, ainda são escassas as publicações em periódicos brasileiros que apresentem esse tema, sendo mais comuns as pesquisas que ressaltam a vulnerabilidade feminina como a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD (IBGE, 2014), publicações técnicas ligadas a Núcleos de Pesquisa (Siliprandi, 2012; 2013; Siliprandi; Cintrão, 2011) ou livros (Siliprandi, 2013; Branco, 2013).

Cabe ressaltar que os trabalhos citados não foram selecionados para esta revisão em virtude de terem sido publicados em revistas com baixos ou sem FI/IPP, ou ainda que as publicações não contemplassem o critério de terem sido publicadas em periódicos indexados. Destaca-se que todo sistema de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil estão ancorados nesta mesma lógica.

No final dos anos 1980, no Brasil, é que se inicia (ainda timidamente) a utilização do termo gênero, já no ocidente as referências ao feminismo, como movimento social organizado, datam do século XIX (Louro, 2014). Estando, nesse sentido, com cem anos de atraso na abordagem da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

As discussões nas publicações em língua inglesa remetem às questões ligadas ao papel feminino para Segurança Alimentar e Nutricional (Floro, 2013; Kipot; Franzel; Degrand, 2014); papel feminino e *stress* psicológico (Carter *et al.*, 2011) e os efeitos das desigualdades de gênero (Kassie; Nidiritu; Stage, 2014; Rao, 2006).

Segundo Branco (2013), a partir dos anos 1980, quando a Organização das Nações Unidas - ONU revisou as estratégias de gênero, foram adotados os conceitos de equidade e sustentabilidade. A partir desse movimento ocorreu uma incorporação da concepção “gênero e desenvolvimento” pelos setores técnicos e acadêmicos. Essa revisão

representou uma tentativa de destacar a situação das mulheres em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Interessante notar que tais publicações em língua inglesa refletem a hegemonia desta língua nos trabalhos científicos e não, como seria de se esperar, a realização de pesquisas na Europa e Estados Unidos. O fato de todas as pesquisas terem sido realizadas em Estados onde a desigualdade de gênero é amplamente conhecida, é emblemático.

Quanto à temática “SAN e educação” os estudos em sua maioria (71,5%, n=5), foram escritos em Língua portuguesa com foco na formação/atuação de profissionais, de diversas áreas. Tal formação/atuação contemplou a análise da percepção e práticas profissionais, a formação para cidadania e as práticas educativas dialógicas emancipatórias de indivíduos. Cabe ressaltar que, embora o nível educacional seja um dos indicadores mais associados a Segurança Alimentar e Nutricional (Facchini *et al.*, 2014; Godoy *et al.*, 2014; Panigassi *et al.*, 2008; Salles-Costa *et al.*, 2008; Santos *et al.*, 2010; Vieira, 2010; Yang *et al.*, 2015), essa variável tem sido contemplada nos estudos como variável independente, o que deixou diversos estudos acerca da situação de alimentação e nutrição e de estado nutricional fora da presente revisão.

O único estudo que contemplou o nível educacional como associada a SAN foi realizado em uma população local do nordeste brasileiro justamente analisando a situação de insegurança alimentar e sua relação com as variáveis demográficas e socioeconômicas. Aires *et al.* (2012) destacam nas conclusões a necessidade de potencializar as ações dos educadores em saúde como forma de melhorar a qualidade de vida.

Quando analisamos o conjunto desses artigos acerca da “SAN e educação” verifica-se, ao contrário da temática anteriormente apresentada, a maioria (75%; n=6) trata da realidade brasileira. Os demais refletem acerca da importância da educação (dialética) como ferramenta para SAN. Interessante notar que embora tenham a mesma abordagem, os artigos descrevem realidades totalmente díspares (E.U.A e África Sub-saariana).

Em relação aos critérios de inclusão dos trabalhos adotados, estes se mostraram adequados. No entanto, podem ser aprimorados adotando-se o FI/IPP dos últimos três anos. Além disso, a discussão seria ampliada com a inclusão de bases de dados mais afeitas a trabalhos na área das ciências humanas como psicologia, antropologia, sociologia etc. e a inclusão da língua espanhola.

As publicações selecionadas quanto à temática “SAN e educação” e veiculados em periódicos da área de saúde (nutrição, enfermagem, medicina e saúde coletiva). Desse modo, o cenário encontrado converge para as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e

Nutrição (PNAN), especialmente a nona diretriz, intitulada “cooperação e articulação para a SAN” que aponta:

“A garantia de SAN para a população, assim como a garantia do direito à saúde, não depende exclusivamente do setor saúde, mas este tem o papel essencial no processo de articulação intersetorial” (Brasil, 2012).

As categorias que emergiram da análise de conteúdo na temática “SAN e Gênero” estão fortemente ligadas à vulnerabilidade feminina e ao comprometimento da mulher com SAN, tanto emocional quanto de emprego de estratégias adaptativas para obtenção do alimento. Tal vulnerabilidade associa-se ao menor acesso aos recursos financeiros e fatores ligados a cultura, mormente, ligados às questões sociais e religiosas. Mesmo em países que avançaram no acesso aos recursos (terra) ainda assim, as mulheres permanecem excluídas dos processos decisórios, como é o caso da Índia.

No Brasil, as mulheres avançaram no acesso à educação sem, entretanto ser suficiente para garantir melhores postos de trabalho ou remuneração equitativa para elas (IPEA, 2006; IBGE, 2010). Entretanto, é inegável o avanço das mulheres que chegam aos dias atuais, no Brasil, alçando cargos políticos importantes, como a Presidência da República.

Todos os artigos, independente da população estudada (Nova Zelândia, África, Bolívia, Equador, Filipinas, Tailândia ou Índia), relatam a fragilidade feminina, diante dos determinantes da insegurança alimentar, comprometendo o acesso aos alimentos e aos processos decisórios indicando um ciclo vicioso perverso, que só pode ser interrompido por intervenção do Estado via políticas públicas (Nadú; Simão; Fonseca, 2013; Quisumbing; Smith, 2007; Siliprandi; Cintrão, 2011; Bellows *et al.*, 2011).

No caso da temática “SAN e Educação”, nota-se que metade dos periódicos agrupados na categoria “formação profissional”, abordam a formação do nutricionista indicando a demanda de mais diálogo entre a teoria e a prática – práxis e politização, e articulação entre diferentes setores. A superação de tais deficiências, evidentemente, traria para o palco das discussões a *práxis* dos profissionais, sua visão política e de que maneira se relaciona com SAN (Schneider; Neves, 2014; Vieira; Uchikava; Cervato-Mancuso, 2013b). Importante notar a percepção dos autores sobre a importância do conceito adotado de SAN na inclusão de grupos vulneráveis, o papel da politização dos grupos formadores de opinião e de execução de políticas públicas, como os nutricionistas.

Em segundo lugar no número de publicações de “SAN e Educação” a categoria “Perspectiva de DHAA” que destaca a importância da intersetorialidade para consecução e

estabilidade da SAN. Em Portugal, segundo os autores, o que se discute é o direito humano à alimentação adequada e sim, a segurança do ponto de vista do alimento seguro (não contaminação). Mesmo diante do avanço do Brasil nas discussões do tema, os autores relatam diferentes apropriações de SAN entre atores importantes do processo, como os conselheiros do CONSEA. Refletem ainda a necessidade de uma educação emancipatória para maiores avanços do conceito de SAN.

Já a categoria “situação de segurança alimentar” evidenciou o impacto de variáveis como escolaridade e renda, indicando maior vulnerabilidade nos casos em que essas variáveis se referiam a chefes de família do sexo feminino (Aires *et al.*, 2012). Esses achados são encontrados em outros estudos, como citado anteriormente (Facchini *et al.*, 2014; Godoy *et al.*, 2014; Panigassi *et al.*, 2008; Salles-Costa *et al.*, 2008; Santos, Gigante e Domingues, 2010; Vieira, 2010; Yang, 2015) e corroborado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2014) sobre Segurança Alimentar e Nutricional, no Brasil (quanto menor é o nível de escolaridade dos moradores, maior prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, o mesmo acontece quando o sexo da pessoa de referência do domicílio é feminino).

Cabe ressaltar que em todos os casos fica evidente, seja nos resultados dos levantamentos empíricos, seja nas conclusões dos autores, que são necessárias ações que se reflitam no fortalecimento dos direitos e igualdade de gênero para garantir a SAN no Brasil ou em outras partes do mundo e que essas ações passam, necessariamente, pela educação.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados encontrados pela presente pesquisa evidenciou-se a forte relação entre gênero, segurança alimentar e educação, sendo indiscutível a simbiose entre mulheres e a segurança alimentar e nutricional. Essa relação engloba aspectos desde a sua maior vulnerabilidade até o desenvolvimento de estratégias para a garantia da SAN.

Considerando os avanços no campo da alimentação e nutrição quanto às questões de segurança alimentar e nutricional, percebeu-se que a área está em pleno desenvolvimento inclusive das abordagens. Entretanto, a abordagem de “SAN e Educação” ainda não apresenta informações do ponto de vista de processos emancipatórios, seja ligada ao conhecimento dos direitos ou a oportunidade de acesso à qualificação e, conseqüentemente, melhoria nas condições de renda.

Frente a esse contexto, espera-se que mais pesquisas sejam realizadas para análise da atuação das mulheres em relação a SAN, para além da representação do papel doméstico (tradicionalmente instituído) e sim enquanto titulares de direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, J. S. dos; MARTINS, M. C.; JOVENTINO, E. S.; XIMENES L. B. (In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n 1, p. 102-108. 2012.

BRANCO, T. A. Gênero, Segurança alimentar e Agroecologia no semi-árido nordestino. As experiências do Programa Meios de Vida Sustentáveis. Ouricuri: Caatinga, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.346, de 15 de junho de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acessado em jul de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Brasília, 2012.

BURLANDY L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.851-860. 2009.

CARTER, K. N.; KRUSE, K.; BLAKELY, T.; COLLINGS, S. The association of food security with psychological distress in New Zealand and any gender differences. **Social Science & Medicine**, v. 72, n. 9, p. 1463-147, May. 2011.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; WESTPHAL, M. F.; ARAKI, E. L.; BÓGUS, C. M. School feeding programs' role in forming eating habits. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 3, Sept. 2013.

COSTA, A. A.; BÓGUS, C. M. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, n.1, p.103-114, 2012.

FLORO, M. S.; SWAIN, R. B. Food Security, Gender, and Occupational Choice among Urban Low-Income Households. *World Development*, v. 42, pp. 89–99. 2013.

KASSIE, M.; NIDIRITU, S. W.; STAGE, J. What Determines Gender Inequality in Household Food Insecurity in Kenya? Application of Exogenous Switching Treatment Regression. **World Development**, v. 56, p. 153-171, April. 2014.

KIPTOT, E.; FRANZEL, S.; DEGRAND, A. Gender, agroforestry and food security in Africa. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 6, p. 104-109, February. 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e nutricional. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARIN-LEON, L.; FRANCISCO, P. M. S. B.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PANIGASSI, G. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 14, n. 3, Sept. 2011

QUISUMBING, A. R.; MEINZEN-DICK, R. Empowering women to achieve food security. Washington: International Food Policy Research Institute. 2001.

RAO, N. Land rights, gender equality and household food security: Exploring the conceptual links in the case of India. **Food Policy**, v. 31, n. 2, p.180-193, april. 2006.

ROSS, N. J. Hunger at Home: A Higher Education Service Learning Course of Appraisal and Action in Community Food Security. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 43, n.1, p. 71-72, Jan–Fev. 2011.

SCHNEIDER, O. M. F.; NEVES, A. S. dos. Conversas sobre “formar-fazer” a nutrição: as vivências e percursos da Liga de Segurança Alimentar e Nutricional. *Interface*, Botucatu, v. 18, n. 48, 2014.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. **Cadernos de debates**, Campinas, SP, v. XI, p. 38-57, Dez. 2004.

SILIPRANDI, E. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de política para as Mulheres. **Edição especial da revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, 112p.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. . Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, v. 8, n. 1, p.102-6. 2010.

VIEIRA, V. L.; UTIKAVA, N.; CERVATO-MANCUSO, A. M. Atuação profissional no âmbito da segurança alimentar e nutricional na perspectiva de coordenadores de cursos de graduação em Nutrição. *Interface (Botucatu)*, Botucatu. v. 17, n. 44, Mar. 2013.

WALLACE, I. A framework for revitalization of rural education and training systems in sub-Saharan Africa: Strengthening the human resource base for food security and sustainable livelihoods. **International Journal of Educational Development**, v. 27, n. 5, p. 581-590, September. 2007.

WHITTEMORE, R.; Knafl, K. The integrative review: update methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n.5, p.546-53. 2005.

O PROGRAMA MULHERES MIL E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Resumo

A partir do entendimento de que mulheres com níveis educacionais mais altos geralmente têm mais capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e a de suas famílias, a presente pesquisa se propôs a analisar o Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional a partir do entendimento de seus gestores locais. O Programa está inserido no Plano Brasil sem Miséria e objetiva intensificar o processo de desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. O objetivo geral da presente pesquisa é identificar a aproximação entre o Programa Mulheres Mil e alguns princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tais como intersetorialidade, cidadania e os níveis de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Para tanto, aplicou-se a 19 gestores em onze estados brasileiros e distrito federal, um questionário semiestruturado, elaborado à luz do roteiro de análise de políticas e programas públicos de SAN, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de 2009. Os resultados encontrados indicam potencialidades entre as características do Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional, sob a perspectiva do empoderamento¹ e/ou apoderamento² das mulheres, acesso à renda e a educação, a intersetorialidade, à promoção e a proteção das cidadãs contra ações que violem o DHAA. Diante dos resultados encontrados, recomenda-se o estabelecimento e fortalecimento de ações integradas entre a rede executora do programa e as instituições envolvidas com a SAN do país, como o CONSEA, visando maior amplitude dos resultados, especialmente pela relevância da vertente emancipatória identificada.

Palavras chave: Programa Mulheres Mil, Segurança Alimentar e Nutricional e Intersetorialidade.

¹ Empoderamento: “Conscientização; criação; socialização do poder entre os cidadãos; conquista da condição e da capacidade de participação; inclusão social e exercício da cidadania”.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/empoderamento/>

² Apoderamento: Ação ou efeito de apoderar, tomar posse. <http://www.dicio.com.br/apoderamento/>

The “Mulheres Mil” Program and Food and Nutrition Security in Brazil

Abstract

With the view that women with higher educational levels usually are more able to enhance their own and their families' life quality, the current research proposes the analysis of the *Mulheres Mil* Program – Education, Citizenship and Sustainable Development on the perspective of Food and Nutrition Security and the understanding of their local managers. The Program is inserted in *Brasil sem Miséria* Plan and aims to intensify the process of regional and institutional development for the enhancement of the access of women with social vulnerability to education and the employment world. The general objective of this research is to identify the approximation between *Mulheres Mil* Program and some principles of Food and Nutrition Security, such as intersectoriality, citizenship and the levels of eligibility of human right to adequate food (DHAA). Therefore, a questionnaire was sent to 19 managers in eleven Brazilian states and Distrito Federal that was elaborated according to the analysis guide of politics and public programs of food and nutrition security, of 2009 National Council of Food and Nutrition Security (CONSEA). The results found indicate potentialities between the characteristics of *Mulheres Mil* Program and Food and Nutrition Security, under the perspective of women empowerment¹⁰, access to income and education, to intersectoriality, to the promotion and protection of citizens against actions that violate the DHAA. As a result, it is recommended to establish and strengthen integrated actions between the executors of the program and the institutions involved with food and nutrition security of the country, such as CONSEA, seeking for major amplitude of the results, especially for the relevance of the identified emancipatory field.

Keywords: *Mulheres Mil* Program, Food and Nutrition Security and Intersectoriality.

10 Empower: “to give power to (someone); to give official authority or legal power to (someone)”.
<http://www.merriam-webster.com/dictionary/empower>

INTRODUÇÃO

Tendo como pano de fundo o tema saúde vinculado à nutrição, o papel das mulheres é culturalmente compreendido como sendo o de guardiã do bem-estar dos demais membros da família. As mulheres são vistas como fundamentais nos processos de combate às carências alimentares, por sua condição tanto de gestantes como de “alimentadoras” das crianças e das famílias (Quisumbing, 2007; Siliprandi, 2004).

Hoffman (2008) ao analisar os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2004, em todas as regiões brasileiras, observou que o estado de insegurança alimentar domiciliar era crítico naqueles domicílios que, entre outros fatores, apresentavam principalmente baixos rendimentos per capita, e tinham mulheres como responsáveis pela família e quando os responsáveis apresentavam baixa escolaridade.

Um dos fundamentos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira é sua natureza intersetorial, perpassando pelas áreas de saúde, educação, produção e abastecimento. Desse modo, representa um papel fundamental no planejamento da ação do Estado, pressupondo uma política de desenvolvimento, com geração de emprego e renda (Takagi; Belik, 2007).

A distribuição de insegurança alimentar entre as categorias de escolaridade indica que quanto maior a escolaridade do (a) chefe da família mais distante fica o domicílio da insegurança alimentar, seja ela leve, moderada ou grave (Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa, 2012), confirmando a educação como indicador *proxy* para diversas variáveis ligadas a condições de saúde e socioeconômicas. Resultados semelhantes foram encontrados por Aires *et al.* (2012) ao pesquisarem a (in) segurança de 200 familiares de pré-escolares em uma área rural do Ceará.

Quisumbing e Meizen-Dick (2001), do *International Food Policy – Research Institute*, já apontavam para a necessidade de mudanças nas relações de gênero, como condição para o desenvolvimento rural sustentável, do qual faz parte a garantia de segurança alimentar.

Para Siliprandi (2013), para que políticas públicas direcionadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN apresentem eficácia, devem ser pautadas em princípios como: equidade, intersetorialidade, sustentabilidade, descentralização e participação social.

No Brasil, considera-se a alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal.

Diante de tal conceito, o Estado deve adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a SAN da população. A SAN abrange:

“a ampliação das condições de acesso aos alimentos, a geração de emprego e redistribuição da renda; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação; a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis; a produção de conhecimento e o acesso à informação e, a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos” (BRASIL, 2006).

Entre os deveres do poder público estão: proteger, promover, respeitar e prover tal direito (BRASIL, 2006). O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional acrescenta a esses deveres, que as políticas públicas sejam pautadas no princípio do apoderamento dos titulares (BRASIL, 2009).

No Brasil o número de mulheres que chefiam domicílios passou de 22,2 para 38,8% entre 2000 e 2013 (IPEA, 2015) chegando a 57,3 milhões de domicílios sob o comando feminino. De acordo com o IBGE (2010), o rendimento médio real mensal de todas as fontes, das mulheres de 10 anos ou mais de idade correspondia a 65% da renda dos homens. Em 2010, subiu para 68% (IBGE, 2010), o que revela o avanço das mulheres, mas ainda longe de alcançar a igualdade.

As discussões acerca da segurança alimentar devem incluir as questões de gênero, pois as mulheres são tradicionalmente responsáveis pela distribuição, preparo e cuidados dos alimentos na família e a estrutura patriarcal da sociedade produz desvantagens nas condições nutricionais de mulheres e meninas (Brito; Costa, 2015). Assim, cabe a indagação posta por Lavor quanto a incorporação da perspectiva da autonomia das mulheres na discussão sobre direitos básicos entre eles, o acesso á alimentação adequada (Lavor, 2012).

Os efeitos da educação no empoderamento das mulheres se manifestam de formas variadas. Entre eles o aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública (BRASIL, 2009).

No Brasil, desde 2011, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica executa o Programa Mulheres Mil, único programa de qualificação profissional de abrangência nacional, que integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2011a).

A opção pelo recorte de gênero dá-se pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel de protagonista na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias. Entre tantas responsabilidades as de ordem financeira, cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família (BRASIL, 2011b).

De acordo com o Guia do Programa Mulheres Mil, sua metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, propõem uma formação cidadã por meio da transversalidade de temas que tratam entre outros assuntos da elevação da autoestima, saúde, direitos, inclusão digital e cooperativismo. Para essa formação, as unidades de ensino, independentemente da qualificação profissional escolhida, executam o Módulo Educacional Central com o objetivo de aplicação de conhecimentos à luz da realidade do cotidiano das comunidades atendidas (BRASIL, 2011c).

Cabe destacar que o próprio documento central do programa refere que o sistema de “Acesso” caracteriza-se pela interlocução com as comunidades com o objetivo de proporcionar o diálogo que resulte na inclusão das cidadãs ao processo formativo de interesse. Já o sistema de “Permanência e Êxito” é pautado em um processo sistêmico por meio de ações multidisciplinares com o objetivo de atender as estudantes naquelas necessidades que seriam um empecilho para que permanecessem estudando e, posteriormente, apoiando-as na busca por melhores oportunidades de concretizar a cidadania. Para tanto, tem como um de seus objetivos viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para a inclusão das egressas no mundo do trabalho (BRASIL, 2011c).

Diante da maior vulnerabilidade à insegurança alimentar dos domicílios cuja responsabilidade é de uma mulher (IBGE, 2014), considerando os aspectos sócio econômicos relacionados a esta condição, em especial a educação, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o Programa Mulheres Mil quanto aos seguintes elementos da Segurança Alimentar e Nutricional: 1) empoderamento e apoderamento das participantes; 2) intersetorialidade e 3) áreas de abrangência (da SAN) e níveis de exigibilidade do DHAA (promoção, proteção, provimento e respeito).

MÉTODOS

Este estudo é de natureza transversal exploratória, cujo referencial teórico se ancora na descrição analítica do Programa Mulheres Mil. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário semiestruturado aos gestores locais do programa, em 19 *campi* da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de 12 unidades federativas brasileiras, sendo

estas: Tocantins, Pará e Roraima (Região Norte); Ceará, Alagoas, Bahia e Paraíba (Região Nordeste); Goiás e Distrito Federal (Região Centro Oeste), Espírito Santo e Rio de Janeiro (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul). Os *campi* ofertaram diferentes quantidades de cursos, totalizando uma amostra final de 30 cursos analisados dos 19 *campi*, de 11 estados brasileiros e do Distrito Federal.

Para a coleta de dados foi utilizado o questionário adaptado do roteiro de análise de Políticas e Programas Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional sob a perspectiva dos Direitos Humanos, elaborado pela Comissão Permanente de DHAA, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (2009).

A coleta de dados foi realizada a partir da disponibilização do instrumento via correio eletrônico para acesso à plataforma Google Docs® para todos os gestores participantes. As perguntas foram agrupadas em três blocos: 1) identificação e caracterização do programa para verificar os temas transversais e as estratégias relacionadas ao empoderamento e apoderamento das participantes; 2) objetivos e rede de parceria considerada pelos gestores para a execução do programa e 3) percepção dos gestores acerca da relação entre o Programa Mulheres Mil e SAN. O detalhamento de cada bloco pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição dos blocos de perguntas aplicadas aos gestores do Programa Mulheres Mil, 2015

Blocos	Informações coletadas	Diretrizes de análise
1	1.1. Forma de identificação das cidadãs interessadas nos cursos; 1.2. Estratégias de atendimento aos grupos de mulheres em maior vulnerabilidade; 1.3. Critérios de inclusão no programa; 1.4. Nome dos municípios; 1.5. Nome dos cursos e, 1.6. Temas transversais abordados no módulo educacional central.	Empoderamento e Apoderamento das participantes
2	2.1. Objetivos considerados pelos gestores para execução do programa e, 2.2. Rede de parcerias.	Intersetorialidade
3	3.1. Percepção dos gestores quanto à aproximação das características do programa quanto à abrangência da SAN, e também dos níveis de exigibilidade do DHAA e, 3.2. Menção ou inclusão do tema SAN no curso.	Áreas de abrangência da SAN Níveis de exigibilidade

Para análise dos dados foi utilizada uma planilha no programa Excel®, versão 2013. Os resultados foram analisados pelos cálculos de frequência e porcentagem entre as respostas e o número total de participantes.

RESULTADOS

Em relação ao empoderamento e apoderamento das participantes do programa, inicialmente, foram analisadas as características de acesso das cidadãs ao programa, sendo neste momento, compreendidas como aquelas apresentadas nos itens 1.1 a 1.3, do Quadro 01. Quanto à identificação do público de mulheres a ser atendido pelo programa, os gestores indicaram que na maioria dos *campi* é realizada por meio de reuniões (44,5%; n=12), seguida pelas visitas domiciliares e inscrição no CadÚnico³¹¹ (22%, n=6 cada) e, por último, 11,5% (n=3) articulação com grupos específicos (associações, cooperativas, etc) de mulheres identificadas pela instituição.

Foi indicada por nove gestores (47,5%) a realização de estratégias específicas de atendimento daquelas estudantes em maior estado de vulnerabilidade social. Entre as estratégias, destacam-se: 1) O atendimento da equipe psicopedagógica; 2) Concessão de bolsas permanência; 3) Articulação com prefeituras para garantia do transporte (para as participantes que residem em local mais distante do instituto); 4) Encaminhamento para rede sócio assistencial e, 5) Adoção de ações de saúde para estudantes com dificuldade visual.

Entre os critérios de inclusão no programa, os gestores declaram a vulnerabilidade social como a principal característica, com destaque para a indicação dos seguintes aspectos: 1) Baixa renda/desemprego (38,1%; n=9); 2) Baixa escolaridade (30,4%; n=7); 3) Localização em bairros/regiões periféricas e cadastro no CadÚnico (8,7%; n=2, cada) 4) Baixa autoestima e mulheres com dependência química (4,4%; n=1).

Quanto à análise de proporção entre as cargas horárias do Módulo Educacional Central e as cargas horárias dos cursos ministrados, a Tabela 1 apresenta o perfil de execução do referido módulo.

Tabela 1 – Perfil de execução do Módulo Educacional Central dos cursos ofertados nos *campi* participantes da pesquisa, 2015

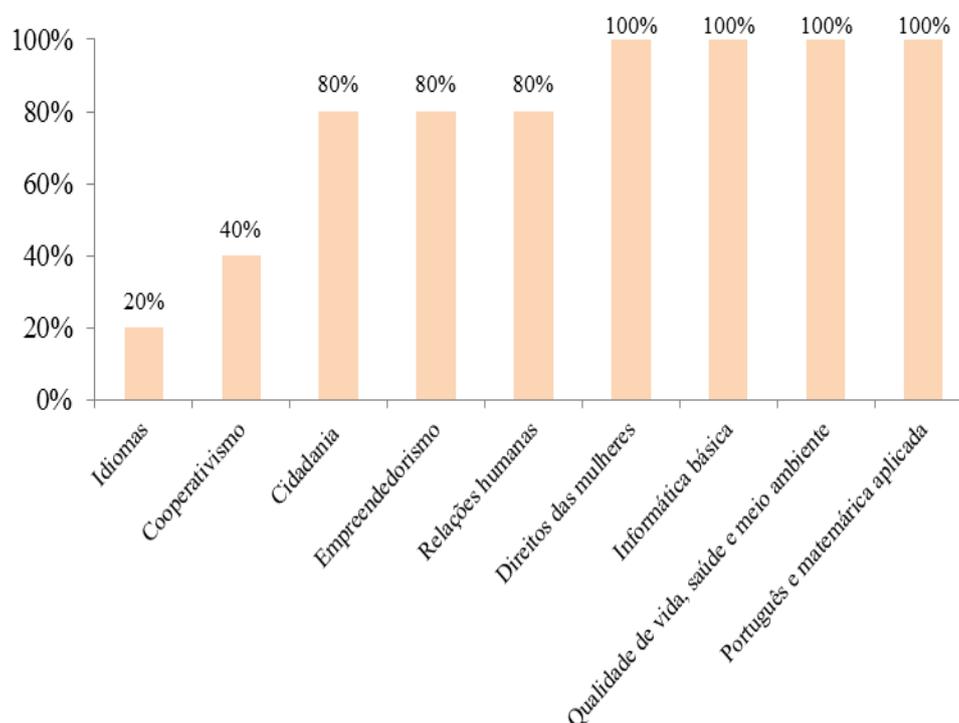
Região geográfica	Carga Horária Total Média dos cursos	Carga Horária Média do Módulo Educacional Central	%
Região Norte	206,5	83	40
Região Nordeste	173,5	101,5	57
Região Centro Oeste	179,5	64	37
Região Sudeste	190	65	37,5

3 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>.

Região Sul	190	101	54,5
Média Geral	188	83	45

Já o percentual da frequência de oferta, nas cinco regiões geográficas, dos diferentes temas ministrados no Módulo Educacional Central, encontra-se descrito no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Percentual de indicações da oferta de temas transversais no módulo educacional central entre as cinco regiões geográficas analisadas que executam o Programa Mulheres Mil, 2015



Realizou-se também um detalhamento da abordagem dos temas transversais ministrados, com destaque para aqueles que, nessa pesquisa, foram associados ao empoderamento e apoderamento das participantes, sendo estes: qualidade de vida, saúde e meio ambiente, informática básica, direitos das mulheres, cidadania e empreendedorismo. Para tanto, realizou-se uma caracterização dessa oferta na Tabela 2, por curso e município e região geográfica, considerando como “temas comuns” aqueles ministrados em pelo menos 50% dos *campi* que representam a região.

Tabela 2 – Detalhamento dos cursos ofertados nos Institutos Federais analisados e proporção da carga horária dos módulos educacionais centrais, 2015

Região geográfica	IF/Campus	Cursos ofertados	Carga horária total (h)	Temas comuns do Módulo Educacional Central	Carga horária MEC(h)**	Percentual MEC/CHT***
NORTE	IFRR - Boa Vista	Manipulação de Alimentos	240	Português e matemática aplicada* Direito das mulheres* Qualidade de vida, saúde e meio ambiente* Informática Cidadania Empreendedorismo Relações humanas	116	48,5
	IFRR - Boa Vista	Reciclador	240		112	47
	IFTO – Palmas*	Auxiliar Administrativo	160		112	70
	IFTO – Palmas*	Cuidador de Idosos	160		20	12,5
	IFPA – Belém	Massagista	240		88	37
	IFTO – Araguatins	Panificação e Confeitaria	200		50	25
Média Regional	Média Regional		206,5h		83h	40
NORDESTE	IFBA – Jacobina	Beneficiamento de Alimentos a base do Licuri	164	Qualidade de vida, saúde e meio ambiente Direito das mulheres Empreendedorismo Informática básica Cidadania Português e matemática aplicada Relações humanas Cooperativismo e economia solidária	84	51
	IFCE – Quixelô	Panificação e Confeitaria	160		100	62
	IFAL – Maceió	Auxiliar de cozinha	200		104	52
	IFPB – Cabedelo	Auxiliar de Cozinha	160		104	65
	IFAL – Arapiraca	Confeccionador de Bijuterias	210		110	52,3
	IFCE Iguatu	Panificação e Confeitaria	160		100	62
	IFAL – Satuba	Auxiliar de bordado/Técnicas do Fuxico	200		108	54
	Média Regional	Média Regional			179h	101,5h
CENTRO OESTE	IFGO – Inhumas	Cuidador de Idosos	160	Português e matemática aplicada. Informática básica Qualidade de vida, saúde e meio ambiente. Direito das mulheres Empreendedorismo Cidadania Cooperativismo e economia solidária	90	56,3
	IFGO – Inhumas	Cuidador Infantil	162		90	55,5
	IFGO – Inhumas	Auxiliar de confeitaria	180		90	50
	IFGO – Ceres	Depilador	160		32	20
	IFGO – Ceres	Preparador de Doces e Conservas	200		32	16
	IFGO – Ceres	Artesanato de Pintura em Tecido	160		44	27,5
	IFGO – Ceres	Auxiliar em Equoterapia	160		39	24,5
	IFB - Taguatinga Centro	Camareira em meios de hospedagem	205		66,6	32,5

	IFB - Taguatinga Centro	Auxiliar de biblioteca	205		70	49
	IFB - Taguatinga Centro	Auxiliar de arquivo	205		85	41,5
Média Regional	Média Regional		179,5h		64h	37
	IFES – Vitória	Gestão e Relacionamento com Clientes	160	Português e matemática aplicada. Informática básica Idiomas	100	62,5
SUDESTE	IFRJ – Realengo	Balconista de Farmácia	220	Qualidade de vida, saúde e meio ambiente Direito das mulheres Relações humanas	30	12,5
Média Regional	Média Regional		190h		65h	37,5
	IFSC – Lages	Informática e Mídias Sociais	184	Português e matemática aplicada	100	58
	IFSC – Lages	Zeladoria	166	Qualidade de vida, saúde e meio ambiente Cidadania	106	64
SUL	IFSC – Lages	Gestão Doméstica e Saúde da Família	200	Informática básica	120	60
	IFSC - Florianópolis	Padeira	240	Direito das mulheres Empreendedorismo	94	39
	IFC – Videira	Artesanato de Pintura em Tecido	160	Relações humanas	84	52,5
Média Regional	Média Regional		190h		101h	54,5

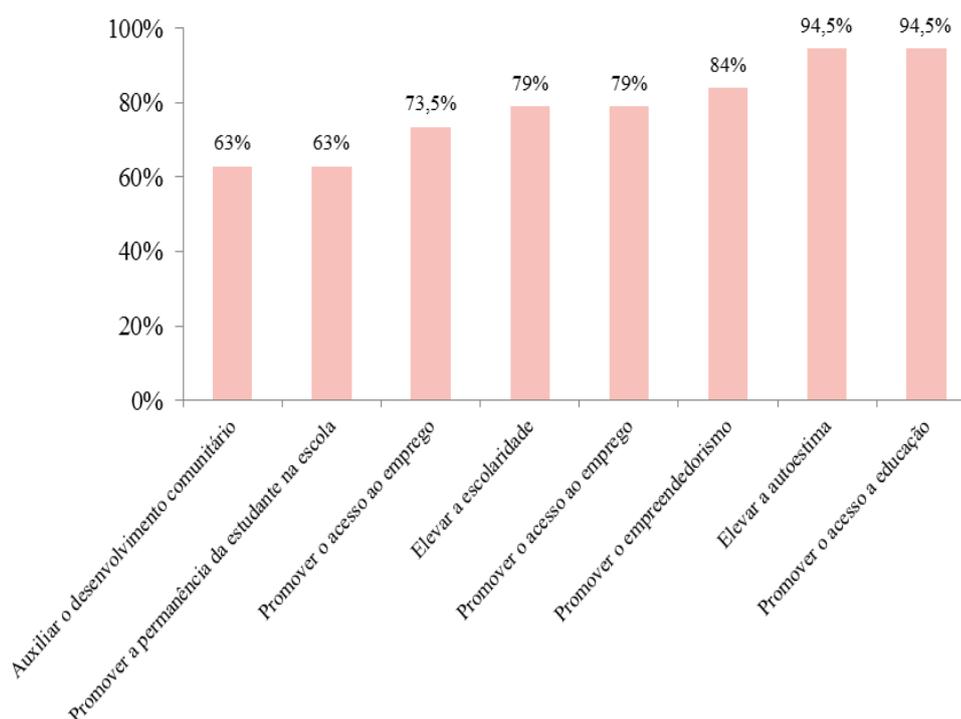
* Região Norte, o campus Palmas foi o único que ofertou apenas os temas em destaque (Português e Matemática aplicada e Direito das Mulheres).

** MEC: Módulo Educacional Central.

*** Carga Horária Total do curso.

Já no segundo bloco, entre os objetivos considerados para execução do programa, os gestores apontaram, em destaque, a promoção do acesso à educação (n=18, 94,5%) e a elevação da autoestima (n=18, 94,5%). Os percentuais de indicação de cada objetivo podem ser visualizados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentual do cumprimento dos objetivos considerados para execução do Programa Mulheres Mil, de acordo com os gestores, 2015



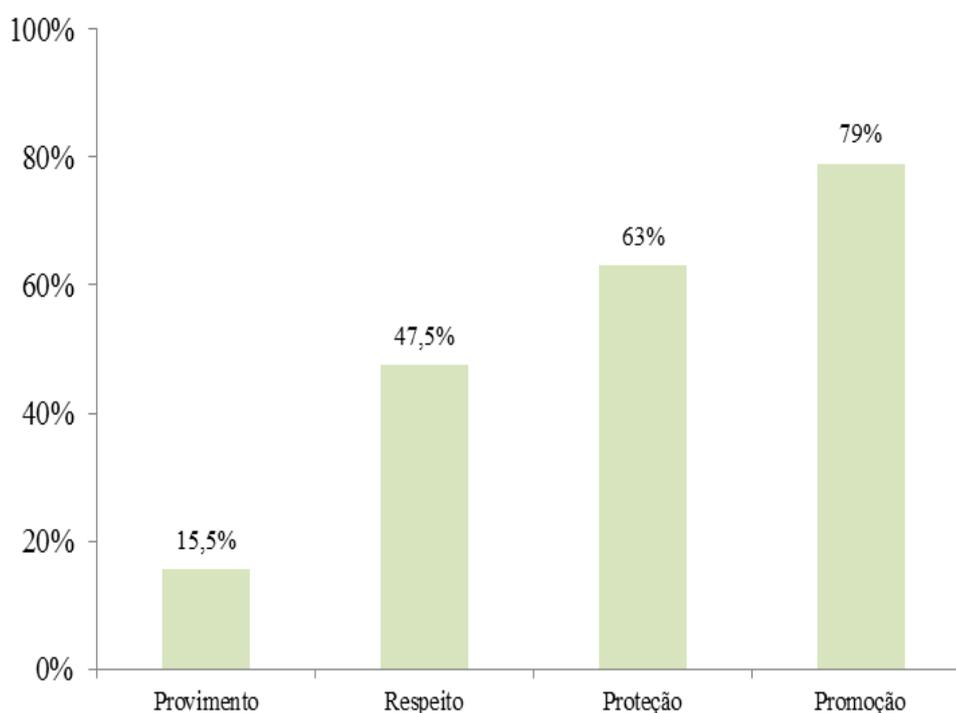
Quanto às parcerias para execução do programa, verificou-se uma ampla rede de articulação caracterizada pela participação de instituições privadas e públicas, os gestores apontaram como parceiros: o Serviço Social da Indústria – SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, as Secretarias municipais de saúde, educação, desporto e trabalho além de Prefeituras e Câmaras municipais, Associações, cooperativas, organizações não governamentais-ONGs; Incubadoras tecnológicas e, Universidades. Cabe destacar que todos os *campi* têm ao menos uma parceria.

Posteriormente à caracterização do programa e dos objetivos e estratégias utilizadas pelos gestores, procedeu-se a investigação das prováveis relações entre o Mulheres Mil e a SAN. Considerando as diferentes áreas de abrangência da SAN (BRASIL, 2006), indagou-se aos gestores, entre as seis áreas quais se relacionavam com o programa Mulheres

Mil. 73%, (n=14) dos gestores indicaram a relação com a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social. Outro destaque no que concerne às áreas de abrangência foi à produção de conhecimento e o acesso à informação, com 68,5% (n=13) de indicação e, por último, em terceiro maior percentual de indicação tem-se com 42% (n=08) a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país. As outras indicações variaram entre 31,5% a 36,8%.

Compreendendo que a SAN consiste na realização do DHAA, além dos aspectos de abrangência, pesquisou-se em quais níveis de exigibilidade (promoção, provimento, proteção e respeito) da SAN o programa Mulheres Mil poderia contribuir. O Gráfico 3 apresenta a distribuição das indicações realizadas pelos gestores.

Gráfico 03 — Percentual de contribuição do Programa Mulheres Mil quanto os níveis de exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada apontado pelos gestores, 2015



E por fim, observou-se que 52,5% (n=10) dos gestores responderam que no planejamento didático do curso ou em algum outro documento oficial do curso existia alguma menção em relação a SAN. Aos 47,5% (n=9) que responderam negativamente, foi indagado se haveria a possibilidade de inserção dessa temática e esses indicaram que o Módulo Educacional Central, em especial, as atividades relacionadas à qualidade de vida, saúde (da

mulher) e meio ambiente e, direitos das mulheres representariam a alternativa para a inclusão da referida temática no planejamento do curso.

DISCUSSÃO

A originalidade desse estudo está na investigação dos temas educação, vulnerabilidade social e SAN, analisando-se as convergências entre um programa de educação profissional com recorte de gênero feminino e os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional.

Em análise da proposta do Programa (Brasil, 2011e), verificou-se que as principais estratégias de identificação das cidadãs para participação no programa são coerentes com a metodologia e também com a missão institucional da Rede Federal (Brasil, 2008a) uma vez que envolvem o diálogo e a aproximação das comunidades, seja por reuniões ou visitas domiciliares. Sendo o diálogo uma das características fundamentais apontadas por Freire ao discorrer sobre a educação e a conscientização (Freire, 1967). Além disso, percebe-se a utilização de um importante critério, nacionalmente utilizado, o CadÚnico, que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, há mais de 12 anos representa o principal instrumento do Estado brasileiro de seleção e de inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, incluindo por exemplo, o Bolsa Família.

A característica marcante da vulnerabilidade social (baixa renda, baixa escolaridade, etc) enquanto principal critério de inclusão no programa remete à potencialidade do mesmo em contribuir para o empoderamento e o apoderamento das mulheres que reconhecidamente representam uma população de maior vulnerabilidade, especialmente, em relação à insegurança alimentar (IBGE, 2014, Kassie; Nidiritu; Stage, 2014; Marin-Leon *et al.*, 2011; Rao, 2006)

Nesse mesmo sentido, a identificação das estudantes mais vulneráveis e suas demandas assim como a definição de estratégias para o atendimento também apontou para integração de outras ações e outros programas, fortalecendo a participação das estudantes como titulares de direitos. Ressalta-se que na perspectiva da alimentação adequada enquanto um direito dos cidadãos é fundamental a compreensão daqueles em maior estado de vulnerabilidade (CONSEA, 2009).

Considerando os conceitos aqui apresentados de empoderamento e apoderamento, percebe-se a partir das informações apresentadas acerca do módulo educacional central,

especialmente, a abordagem em todas as regiões geográficas (independente das áreas de qualificação profissional) de temas como: qualidade de vida, saúde e meio ambiente, direitos das mulheres, português e matemática aplicada e informática básica (100% das regiões; n=5), representa uma alternativa de alcance desses conceitos. Quanto a esses temas, destaca-se a relevância do tema direitos humanos, principalmente, diante da taxa brasileira de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, em 2013 (representando a 5ª posição internacional, entre 83 países do mundo). Ressalta-se a importância da informática, Passos e Abreu (2011) ao investigarem quatro projetos sociais na busca de compreender se a inclusão social poderia ser alcançada pela inclusão digital de seus participantes, observaram que esta representava importante ferramenta de contribuição para atuação no mercado de trabalho por favorecerem para o desenvolvimento de habilidades, assim como o maior acesso a ao mundo informatizado.

Os temas “Cidadania”, “Relações Humanas” e Empreendedorismo, apesar de estarem também associados às características de empoderamento e apoderamento, não foram relatados em todas as regiões, entretanto, o percentual de 80% (n=4), aponta para uma ampla abordagem dos temas, associando positivamente aos conceitos supracitados. A indicação em 20% (n=1) do tema “idiomas” pode ser associada à característica dos cursos da região sudeste que eram de “Gestão e Relacionamento com Clientes e Balconista de Farmácia”.

Cabe ressaltar que os temas contemplados no Mulheres Mil convergem com o proposto por Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa, (2012) quanto a necessidade de intensificação de políticas de SAN que prezem pela redução da desigualdade, pelo resgate dos valores éticos, de equidade, cidadania, etc.

Em análise aos objetivos considerados pelos gestores para a inclusão social das participantes (acesso ao emprego/renda, acesso à educação/elevação da escolaridade) a partir da execução do Mulheres Mil, identifica-se a potencialidade de contribuição do programa, diante da relação consolidada entre essas variáveis e a SAN (Brasil, 2010; Feliciello; Garcia,1996; Floro; Swain, 2014; Frei Beto , 2004; Mellor,1973;).

Também se destaca a potencialidade de contribuição do Programa, segundo o gestor, na “promoção do acesso à educação”, na medida em que a escolaridade está diretamente relacionada a SAN (Aires *et al.*, 2012; Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa, 2012; Barroso, 2004; IBGE, 2014, 2010; Maluf, 2011; Salles-Costa *et al.*, 2008; Vieira; Lima, 2010). A Secretaria Geral das Nações Unidas (2009) apontou, entre as demandas essenciais para superação da vulnerabilidade feminina (entre elas a insegurança alimentar), o acesso à educação.

Compreendendo a educação como direito de todos, ressalta-se a importância da garantia não só do acesso, mas também da inclusão e da permanência dos cidadãos. Ao analisar o papel da escola no contexto democrático, Zenaide (2008) indica a necessidade do trabalho em os direitos humanos e para direitos humanos, sendo necessário para tanto, a participação social através de diferentes mecanismos, como por exemplo, a participação em conselhos.

Para Sousa e Carvalho (2003), a educação representa papel estratégico para contribuir na promoção da igualdade de oportunidades, impulsionando o desenvolvimento pessoal para formação de cidadãos e cidadãs. Entre as características da cidadania, apontadas por Galeazzi (1996), está a possibilidade real de acesso deste cidadão à educação escolar.

Outro aspecto de destaque é a rede de parcerias para execução do programa caracterizada pela ampla articulação, especialmente, com instituições públicas, favorecendo o fortalecimento da intersetorialidade entre políticas e programas de natureza governamental, em consonância com o proposto por Burlandy (2009). Entretanto para que haja intersetorialidade, pressupõe-se, para além de ações de parceria, que haja a execução de ações integradas, conforme destaca Renato Maluf (BRASIL, 2014e).

Entretanto para verificar se o sentido de intersetorialidade proposto por Maluf se concretiza cabe a realização de uma pesquisa mais aprofundada em relação ao modo com as parceiras são formalizadas e executadas, bem como analisar as atividades planejadas e a responsabilidade de cada ente (Burlandy, 2009). Considerando que o instrumento aplicado abordou apenas a existência da parceria e não apresentou as características apontadas por Maluf, conclui-se que essa é uma das limitações desta pesquisa. Diante da relevância da intersetorialidade para a garantia de SAN, sugere-se que a abordagem seja mais específica, envolvendo a responsabilidade de cada parceiro, assim como os mecanismos de monitoramento e/ou avaliação da execução das atividades.

Quanto às indicações sobre as áreas de abrangência da SAN que o Programa Mulheres Mil poderia contribuir, nota-se convergência entre as respostas e os temas transversais ministrados, como é o caso da “saúde”. Também se ressalta a indicação em 68% (n=13 *campi*) em relação à “produção de conhecimento e o acesso à informação”, uma vez que esta é uma das principais características de dificuldade de acesso pelas mulheres o que pode contribuir para seu estado de maior vulnerabilidade, conforme discutido pelos autores já mencionados.

Já em relação aos níveis de exigibilidade do DHAA, destacamos a contribuição do programa em relação à proteção identificada pela indicação de 63% (n=12), uma vez que,

quando se analisam as principais políticas públicas brasileiras e seus responsáveis categorizados de acordo com os níveis de obrigações do Estado diante do DHAA, verifica-se que apenas 2% referiam-se a ações de proteção, representando desse modo uma possibilidade de avanço (ABRANDH *et al.*, 2009).

Além dos aspectos explícitos relacionados a SAN e ao Programa Mulheres Mil, apresentados, ressalta-se que mesmos que 47,5 (n=9) dos gestores tenham respondido que não mencionam a SAN no planejamento de seus cursos, a viabilidade da abordagem do tema no módulo educacional central, sinaliza positivamente para a relação entre SAN e o Programa Mulheres Mil, especialmente, com as características metodológicas discutidas neste estudo.

Entretanto para a adequada compreensão dessas relações, se faz necessária a avaliação aprofundada dos aspectos mencionados, tomando por base não só apenas a percepção e o julgamento dos gestores, mas analisando no mundo real indicadores como os de renda, escolaridade e empoderamento. Floro e Swain (2013) já destacavam em seu trabalho a necessidade de explorar melhor as relações entre gênero, renda emprego e SAN em virtude da constatação que mulheres empregam estratégias adaptativas na escolha da ocupação profissional.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados, constataram-se as convergências entre os temas executados no Módulo Educacional Central do Programa Mulheres Mil e os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, quanto ao empoderamento e/ou apoderamento das mulheres. Também se evidenciou a relação positiva entre os objetivos considerados pelos gestores para a execução do Programa Mulheres Mil e características fortemente associadas à SAN, como renda e escolaridade.

A natureza de articulação entre parcerias para a execução do Programa, em atendimento as demandas das participantes também se aproxima da característica da intersetorialidade da SAN. E, por último, evidenciam-se as contribuições da metodologia de Acesso, Permanência e Êxito quanto à promoção e a proteção das cidadãs contra ações que violem o DHAA. Diante dos resultados encontrados, recomenda-se o estabelecimento e fortalecimento de ações integradas entre a rede executora do programa e as instituições envolvidas com a SAN do país, como o CONSEA, visando maior amplitude dos resultados, especialmente pela relevância da vertente emancipatória identificada.

Para mais avanços na abordagem de SAN no Programa Mulheres Mil na perspectiva de SAN, recomenda-se a realização por parte do Ministério da Educação de uma avaliação de impacto do programa com vistas ao levantamento de sua efetividade e também para fortalecimento dos aspectos relevantes as cidadãs brasileiras, especialmente no atual contexto social, político e econômico.

REFERÊNCIAS

AIRES, J. S. dos; MARTINS, M. C.; JOVENTINO, E. S.; XIMENES L. B. (In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n 1, p. 102-108. 2012.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO T.; SEGALL-CORRÊA A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 2, p.177-189.2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS – ABRANDH; Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - CERESAN; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; Food and Agriculture Organization- Escritório Regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO-RLC; Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome - ALCSH. Avanços e desafios da implementação do direito humano à alimentação adequada no Brasil. Relatório Técnico. Brasília-DF. 2009. Rio de Janeiro.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34; 123. p. 573-582. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada (CP4). Guia para Análise de Políticas e Programas Públicos de Segurança Alimentar e nutricional sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. Brasília. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Seminário Pesquisa em SAN: relatório final. Brasília: 2014a. Presidência da República.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. 2011a. Acessado em 05 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Preâmbulo do Programa Mulheres Mil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602. 2011b. Acessado em 05 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia Metodológico do Programa Mulheres Mil. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Brasil. 2011c. Acessado em jan. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.346, de 15 de junho de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acessado em jul de 2013.

BURLANDY L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.851-860. 2009.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: Análise dos dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 15, p. 49-61. 2008.

LAVOR, A. Gênero, direitos humanos e segurança alimentar. In: **Radis Comunicação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 119, 24 p. jul. 2012.

QUISUMBING, A. R.; MEINZEN-DICK, R. Empowering women to achieve food security. Washington: International Food Policy Research Institute. 2001.

QUISUMBING, A. R.; SMITH, L. C. Intrahousehold allocation, gender relations, and food security in developing countries, Case study #4-5 of the program: Food Policy for developing countries: the role of government in the global food system. Per Pinstrup-ANDERSEN, P. P.; CHENG, F. (eds.), Cornell University, Ithaca, New York. 2007.

SILIPRANDI, E. C. A alimentação como um tema político das mulheres. In ROCHA, C.; BURLANDY L.; MAGALHÃES R. (org.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2013.

SILIPRANDI, E. CINTRÃO, R. P. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Cadernos de Debate** (UNICAMP) (Cessou em 2004. Cont. ISSN 1808-8023 *Segurança Alimentar e Nutricional*), v. 18, p. 12-32, 2011.

SILIPRANDI, E. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento iberoamericano*, v. 9, p. 169-184, 2011.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. **Cadernos de debates**, Campinas, SP, v. XI, p. 38-57, Dez. 2004.

TAKAGI, M.; BELIK, W. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: Ortega, A. C.; Filho, N. A. (orgs.) *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP. Alínea. 2007.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E BEM-ESTAR SUBJETIVO DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Resumo

A desigualdade de gênero se revela nas questões de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN como resultante da desigualdade do acesso e do controle dos recursos financeiros familiares. Considerando a relação direta entre indicadores de renda e situação de segurança alimentar, compreende-se a maior vulnerabilidade das mulheres e das famílias chefiadas por elas. Também nesse sentido, evidencia-se a relevância da escolaridade das mulheres, sendo o acesso à educação uma das principais características da desigualdade de gênero. No Brasil, O Programa Mulheres Mil, que está inserido no Plano Brasil Sem Miséria, tem como objetivo intensificar o processo de desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. A presente pesquisa objetiva verificar as principais mudanças vivenciadas pelas estudantes após a participação no Programa. Para tanto, aplicou-se um questionário semiestruturado para 384 participantes, sendo que este instrumento continha além das variáveis demográficas e socioeconômicas, as escalas de Bem-Estar Subjetivo e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Observou-se que apesar de não haver alteração da situação de Segurança Alimentar e no estado de Bem-Estar Subjetivo, constataram-se diferenças significativas em relação à renda, especialmente, entre aquelas em situação de insegurança alimentar, variando de 20,5% para 46% o número de participantes da faixa de renda superior a um salário mínimo. Verificou-se que 75,8% das mulheres se motivaram a continuar os estudos. Também se evidenciou a relação entre as principais mudanças e as dimensões da SAN (acesso, utilização biológica e estabilidade). Conclui-se, portanto que diante dos avanços reais (renda) e potenciais (motivação) identificados, mais pesquisas devem ser realizadas com objetivo de aprofundar a compreensão dessas relações entre renda, educação e SAN, sobretudo sob a ótica do recorte de gênero feminino.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade Social e Educação.

Food and Nutrition Security and Subjective Well-Being of women in social vulnerability

Abstract

The gender inequality reveals itself in Food and Nutrition Security matters as a result of the inequality of access and control of familiar financial resources. Considering the direct relation between income indicators and the situation of food security, it is comprised the major vulnerability of women and the families headed by them. In this sense, the relevance of women schooling is also put in evidence, being the access to education one of the main characteristics of gender inequality in Brazil. The *Mulheres Mil* Program, which is inserted in *Brasil Sem Miséria* Plan, has an objective to intensify the process of regional and institutional development, for the improvement of the access of women with social vulnerability to education and the employment world. This research aims to verify the main changes experienced by the students after their participation on the Program. For that, a semi-structured questionnaire was sent to 384 participants, whereas this instrument contained, in addition to the demographic and socioeconomic variables, the Subjective Well-Being scales and the Brazilian Scale of Food Insecurity. It was observed that, even though there were no difference in the situation of Food Security and in the state of Subjective Well-Being, significant differences in income were found, especially between those in the situation of food insecurity, varying from 20.5% to 46% the number of participants whose income was superior to the minimum wage. It was verified that 75.8% of women were motivated to continue studying. It was also put in evidence the relation between the main changes and the dimensions of Food and Nutrition Security (access, biological use and stability). It is concluded, then, that considering the real (income) and potential (motivation) advances identified, more researches should be done with the purpose of comprehending more of these relations between income, education and Food and Nutrition Security, mostly under the vision of the female angle of gender.

Keywords: Food and Nutrition Security, Social Vulnerability and Education.

INTRODUÇÃO

Maluf (2011) ao discorrer sobre o nível de renda e a insegurança alimentar destaca que os preços dos alimentos representam um importante determinante do poder de compra dos salários e demais rendas oriundas do trabalho dos cidadãos, sendo os segmentos de menor renda os mais afetados pelas variações de preço desses produtos. Nesses segmentos, os gastos com a alimentação podem comprometer uma parcela significativa da renda familiar, expondo-os, portanto, à insegurança alimentar (IBGE, 2014).

Além do nível de renda, outros fatores relevantes contribuem para a existência da insegurança alimentar, destacam-se entre eles as raízes étnicas raciais e as relações de gênero. A desigualdade de gênero se revela nas questões de segurança alimentar e nutricional (SAN) como resultante da desigualdade do acesso e controle dos recursos financeiros (IPEA, 2015; Maluf, 2011).

Ainda em relação às questões de gênero, diversos autores em estudos que já se tornaram clássicos, apontam as relações com o comer e a comida como permeada pelo gênero (Woortmann, 1986; 1992). Nos dias atuais, essas relações se expressam na alta prevalência de insegurança alimentar ligada, além dos já estudados fatores nutricionais e de estilo de vidas, ao nível socioeconômico e ao gênero do chefe da família, neste caso as mulheres (Brito; Costa, 2015).

Considerando a importância dos recursos produtivos para a determinação da situação de pobreza e de insegurança alimentar, Siliprandi (2013) ressalta a fácil compreensão da maior vulnerabilidade de crianças e mulheres em relação à fome e desnutrição. Tal vulnerabilidade se deve a um aspecto específico das relações de gênero e da segurança alimentar que é a imbricação entre a identidade de gênero e a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo da alimentação. Carrasco (2003) já mencionava o modo como a economia capitalista se assenta sobre o trabalho não pago realizado pelas mulheres.

A dificuldade de acesso aos alimentos, por um contingente significativo de nossa população, sempre foi considerada a barreira principal para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Embora a condição de segurança alimentar abranja muitos outros aspectos, é fato que a falta de renda para a aquisição dos alimentos adequados em quantidade suficiente mostra-se como o fator principal da insegurança alimentar (IBGE, 2014; GODOY *et al.*, 2014). Isto se dá em função da economia brasileira ser altamente monetarizada e as alternativas para os mais pobres, que não podem comprar seus alimentos e nem conseguem produzi-los, são bastante escassas (BRASIL, 2010).

No Brasil o número de mulheres que chefiam domicílios passou de 22,2% para 38,8% entre 2000 e 2013 (IPEA, 2015) chegando a 57,3 milhões de domicílios sob o comando feminino. De acordo com o IBGE (2010), o rendimento médio real mensal de todas as fontes, das mulheres de 10 anos ou mais de idade correspondia a 65% da renda dos homens. Em 2010, subiu para 68% (IBGE, 2010), o que revela o avanço das mulheres, mas ainda longe de alcançar a igualdade.

Infelizmente, resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD 2013, indicaram que ainda persiste no país a maior vulnerabilidade à insegurança alimentar dessas famílias que a pessoa de referência é do sexo feminino (IBGE, 2014).

Na busca de indicadores de qualidade de vida para o monitoramento das mudanças sociais e da implantação de políticas sociais, surgiu na década de 1950, o conceito de Bem-Estar Subjetivo - BES (Land, 1975). A partir desse entendimento, o BES tornou-se um importante indicador de qualidade de vida, conforme referenciado por autores como Bradburn (1969); Cantril (1967); Gurin, Veroff, Feld (1960) que defenderam a satisfação com a vida e a felicidade como componentes da qualidade de vida. Bradburn (1969) e Campbell, Converse e Rodgers (1976) conceberam a compreensão (utilizada atualmente) de que o BES é composto pelos afetos positivos, negativos e a satisfação com a vida.

Para Seligman e Csikszentmihalyi (2000), o BES se refere ao “que” e “como” as pessoas pensam e se sentem em relação a suas vidas e, desse modo, constroem conclusões em bases afetivas e cognitivas sobre sua existência. Albuquerque e Tróccoli (2004) ao desenvolverem um instrumento brasileiro de medida dos aspectos positivos, negativos e da satisfação com a vida, constataram a validade de construto da Escala de Bem Estar Subjetivo.

Em paralelo, no período de 2007 a 2010, foi executado no Brasil o Projeto Mulheres Mil que visava à formação educacional, profissional e cidadã de mulheres em vulnerabilidade das regiões norte e nordeste. Foi concebido a partir de uma cooperação internacional com os *colleges* comunitários canadenses e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) das regiões mencionadas. Para tanto, desenvolveu metodologia própria de Acesso, Permanência e Êxito (Brasil, 2011e).

Em 2011, o Ministério da Educação instituiu nacionalmente o Programa Mulheres Mil, em substituição ao Projeto Mulheres Mil, como uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, tendo como diretrizes o acesso à educação; a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; a inclusão social; a igualdade de gênero e combate a violência contra a mulher (BRASIL, 2011a).

O programa também integra as ações previstas no III Plano de Políticas para as Mulheres (2013-2105), na temática igualdade de gênero e autonomia econômica, compondo a linha da ação que trata da inserção e permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão social e à permanência em cargos de direção (BRASIL, 2013).

De acordo com os documentos oficiais a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito propõe para além de uma qualificação profissional, uma formação cidadã pautada na transversalidade de temas, tais como: saúde, direitos da mulher, empreendedorismo e autoestima, entre outros (BRASIL, 2014).

Diante da maior vulnerabilidade à insegurança alimentar dos domicílios cuja responsabilidade é de uma mulher e, considerando os aspectos sócio econômicos relacionados a esta condição, em especial, renda e educação, a presente pesquisa realizou uma análise de um programa educacional de abrangência nacional com recorte de gênero feminino. O objetivo foi verificar as mudanças vivenciadas pelas estudantes quanto aos aspectos demográficos e econômicos, a insegurança alimentar e ao bem estar subjetivo, após a participação no programa Mulheres Mil.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, longitudinal, prospectivo de intervenção, que investigou participantes do Programa Mulheres Mil, nas cinco regiões geográficas, em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, representados por: Boa Vista-RR; Palmas e Araguatins-TO; Belém-PA; Jacobina-BA; Quixelô e Iguatu-CE; Maceió, Satuba e Arapiraca-AL; Inhumas e Ceres-GO; Taguatinga-DF; Cabedelo-PB; Vitória-ES; Realengo-RJ; Lages, Videira e Florianópolis-SC.

Utilizou-se uma amostra semi-probabilística de 384 participantes, selecionadas a partir de três estágios (1: análise das unidades ofertantes do Programa Mulheres Mil em 2013; 2: sorteio dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs) ofertantes e, 3: adesão dos IFs e *campi* que ofertaram o programa no período de 2013 a 2014). Considerou-se a distribuição normal para o critério de cálculo de tamanho amostral, com erro amostral de 8%, nível de confiança de 95% e a distribuição de resposta de 50%. No primeiro estágio, realizou-se a divulgação da pesquisa e o convite para os 37 IFs que executavam o programa, tendo como parâmetro de participação regional a divisão proporcional de *campi* da Rede

Federal em nível nacional, de acordo com o Sistema de Informação da Educação Profissional – SISTEC.

Anteriormente à aplicação dos questionários, realizou-se a validação dos instrumentos por meio de análise semântica da Escala de Bem-Estar Subjetivo e realização do projeto piloto para treinamento e ajuste da estratégia de campo.

A coleta de dados foi realizada ao início do curso (até dois meses) e após ao menos dois meses da conclusão do curso. A primeira etapa foi aplicada pelos gestores do programa após o recebimento de orientações da pesquisa e, a segunda etapa junto às egressas foi realizada, por entrevista, via telefone, por equipe devidamente treinada.

Avaliação das variáveis demográficas e socioeconômicas

Para caracterização dos domicílios das participantes da pesquisa, selecionaram-se as seguintes variáveis demográficas socioeconômicas: localização da residência (área urbana/área rural), faixa etária, estado civil, escolaridade, renda mensal, número de dependentes; a identificação da principal fonte de renda do domicílio e gastos da família com alimentação. As variáveis foram determinadas em função de sua relação com a situação de segurança alimentar (Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa, 2012; IBGE, 2014; IBGE; Vieira; Lima, 2010; Maluf, 2011).

Avaliação da Insegurança Alimentar

Utilizou-se para o diagnóstico de insegurança alimentar, a “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar domiciliar – EBIA”, instrumento validado no país, no período de 2003 a 2004, a partir do trabalho integrado de pesquisadores de cinco universidades brasileiras (Perez-Escamilla *et al*, 2004; Segall-Corrêa *et al*, 2004). Durante o processo de validação da versão brasileira, observou-se tanto na população urbana quanto na rural um Alfa de Cronbach variando entre 0,87 a 0,95, demonstrando alta validade interna do instrumento (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Após a utilização da EBIA em vários estudos foi proposta a supressão de uma pergunta e após testes estatísticos (Análise de Rasch), a escala foi validada com 14 itens (Segall-Corrêa *et al.*, 2010), e posteriormente utilizada em estudo com 1637 usuários do Programa Restaurantes Populares (Godoy *et al.*, 2014). Nesta pesquisa aplicou-se a versão do

instrumento com 14 itens. A aplicação nesta pesquisa foi realizada em até dois meses após o início das aulas e, no mínimo após dois meses após a conclusão do curso.

Em virtude de a presente pesquisa abordar a associação da condição da segurança/insegurança alimentar enquanto característica de vulnerabilidade social e seus determinantes sociais (escolaridade, renda, etc), optou-se por considerar a presença ou ausência de Segurança Alimentar e não os diferentes níveis (leve, moderada ou grave). Nesse sentido, uma resposta positiva a EBIA foi considerado suficiente para a observação de insegurança alimentar. Cabe destacar que Carter *et al.* (2011) ao mensurar a segurança alimentar na Nova Zelândia, optou pela mesma conduta ao aplicar a escala própria de segurança alimentar no sentido de considerar como inseguro a indicação de uma resposta positiva a qualquer um dos questionamentos. Godoy *et al.* (2014) também encontraram associação positiva, após regressão de Poisson, entre renda inferior a ½ salário mínimo e insegurança alimentar.

Avaliação do Bem Estar Subjetivo (BES)

Em virtude da realização da análise semântica junto a estudantes do Programa e do projeto piloto, realizou-se adaptação da escala proposta por Albuquerque e Tróccoli (2004). Considerou-se também a experiência de Furtado (2012) que aplicou diferentes escalas de BES entre participantes do Mulheres Mil em diferentes momentos.

A Escala de Bem-Estar Subjetivo desta pesquisa foi composta por 24 itens, sendo dez fatores positivos e dez negativos e quatro sentenças em relação à satisfação com a vida. Para classificação dos fatores, utilizou-se uma escala *Likert* de sete pontos variando de 1 até 7.

Avaliação das principais mudanças vivenciadas pelas participantes do Programa

Para análise dos resultados de natureza qualitativa das estudantes e dos gestores, elaborou-se um banco de dados no programa Nvivo®, versão 10. Posteriormente, foram criadas as categorias e codificações para identificação de segmentos dos textos e sua associação às categorias de pesquisa.

As respostas das estudantes relacionadas às principais mudanças vivenciadas após a participação no Programa foram consolidadas, inicialmente, de acordo com suas frequências

de citação durante as entrevistas. Para a coleta de dados para este tratamento, limitou-se a consolidação das 25 palavras mais frequentes que tivessem a extensão mínima de cinco caracteres.

Foram aferidos os resultados indicativos de mudança e por fim, o questionamento sobre a principal mudança vivenciada pelas participantes foi representado numa nuvem de palavras, evidenciando de maneira mais destacada os contextos em que essas palavras aparecem no discurso das entrevistadas.

Minayo (2006) destaca que o uso de metodologia qualitativa na área da saúde é desejável e adequado em virtude da complexidade e da multiplicidade de relações existentes. A autora considera que o sujeito é o ator e o reprodutor das relações e estruturas sociais em uma determinada época. Desta forma uma metodologia de pesquisa qualitativa tem por objetivo explorar o material simbólico destes atores numa série de fenômenos (concepções, relações sociais e institucionais, políticas, etc).

Tendo Bardin (2003) como referência, a Análise de Conteúdo, metodologia qualitativa adotada na presente pesquisa abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de respostas, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas acerca da origem dessas respostas (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas), bem como as conclusões a partir da temática de investigação adotada.

As deduções mencionadas acima foram realizadas a luz das dimensões da SAN, nesse caso da disponibilidade, do acesso, da utilização biológica dos alimentos e estabilidade da SAN. A partir da análise das frases de cada participante, realizou-se o enquadramento de sentidos (e suas convergências) com as dimensões da SAN com o objetivo de visualizar de que maneira as principais mudanças relacionaram-se com as dimensões da SAN.

Análise de dados

Quanto à análise dos dados de natureza quantitativa, foram verificados os requisitos necessários para minimizar a possibilidade de erros nas decisões estatísticas, sendo realizadas conferências sistemáticas entre os dados lançados e os dados coletados nos instrumentos originais da pesquisa. Esses dados foram introduzidos em um banco específico para esta pesquisa, elaborado no Programa *Statistical Package for Science* - SPSS® na versão 22.0, no qual também foram processadas as análises. Após a criação do formulário de entrada

dos dados, foi realizada a checagem dos mesmos por meio da análise de distribuição de frequência, comparando-se os valores de cada variável no banco de dados do SPSS® com aqueles possíveis de ocorrência, evitando-se a ocorrência de erros na digitação.

Posteriormente à caracterização dessas variáveis realizaram-se cruzamentos entre os resultados e o estado de (in) segurança alimentar domiciliar das entrevistadas com objetivo de identificar as prováveis relações existentes nos diferentes grupos (com segurança alimentar – SA ou com insegurança alimentar – IA).

Procedeu-se com a descrição dos dados em termos de frequências relativas e medidas resumo como a média e o desvio padrão. Para as análises de associação, o teste estatístico utilizado foi o qui-quadrado, e para a diferença de médias, os pressupostos da normalidade foram checados, via teste de *Shapiro-Wilk*. Os testes estatísticos utilizados foram t de Student para comparar os dois momentos de avaliação e *Kruskal-Wallis* para apurar a análise de variância, tendo *Bonferroni* como *Post-hoc*. O nível de significância adotado foi de 5%. A presente pesquisa foi aprovada, conforme parecer consubstanciado nº 219.949 de fevereiro de 2013, do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – UnB.

RESULTADOS

Considerando as variáveis demográficas e socioeconômicas pesquisadas, os resultados demonstraram que a renda e o número de pessoas foram as variáveis que apresentaram diferença estatística nos diferentes momentos investigados, ou seja, no início e após a conclusão do curso. O detalhamento está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização e Medida de Associação das variáveis demográficas e socioeconômicas pesquisadas ao início e após a conclusão do curso do Programa Mulheres Mil, 2015

		TEMPO DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO				P
		No início do curso		Após conclusão do curso		
		N	%	N	%	
Faixa etária**	até 39 anos	191	50,8%	-	-	-
	40 anos e mais	185	49,2%	-	-	-
Estado Civil**	com companheiro	163	43,0%	-	-	-
	sem companheiro	216	57,0%	-	-	-
Escolaridade**	até o ensino fundamental II completo	191	51,1%	-	-	-
	ensino médio incompleto ou mais	183	48,9%	-	-	-
Você é a principal fonte de renda da sua	Sim	168	44,6%	158	42,4%	0,543

casa?	Não	209	55,4%	215	57,6%	
Renda Familiar	até 1 SM	275	73,9%	183	48,5%	0,001*
	+ que 1 SM	97	26,1%	194	51,5%	
Quantas pessoas (incluindo você) dependem da renda mensal da sua família?	até 4 pessoas	260	68,6%	285	74,4%	0,045*
	mais que 4 pessoas	119	31,4%	98	25,6%	
Gasto com alimentação	até 1 SM	322	89,2%	312	85,5%	0,132
	+ que 1 SM	39	10,8%	53	14,5%	
A casa onde você mora localize-se em:	Zona Rural	78	20,7%	79	21,0%	0,943
	Zona Urbana	298	79,3%	298	79,0%	

Legenda: * $P < 0,05$. ** Essas informações foram coletadas apenas no momento inicial do curso.

Quanto à situação de segurança alimentar, verificou-se que a participação no curso do Programa Mulheres Mil não interferiu significativamente na segurança alimentar das estudantes, embora o percentual de inseguras tenha aumentado de 77,1% ($n = 296$) para 80,2% ($n = 308$), conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 - Apresentação do diagnóstico de Segurança Alimentar das participantes do Programa Mulheres Mil, 2015

		Tempo de aplicação do questionário				P
		No início do curso		Após a conclusão do curso		
		N	%	N	%	
Estado de insegurança alimentar	Segurança Alimentar	88	22,9%	76	19,8%	0,291*
	Insegurança Alimentar	296	77,1%	308	80,2%	

* $p < 0,05$.

Já em relação à renda e à situação de segurança alimentar das participantes, os resultados revelam a relação significativa e inversa entre a insegurança alimentar e o nível de escolaridade, mostrando que há diferença significativa em ambos os momentos de aplicação quando o grau de escolaridade é considerado. Nota-se que houve um aumento na Segurança Alimentar entre as que têm maior nível de escolaridade descrito na Tabela 3.

Tabela 3 – Apresentação da relação entre renda e situação de Segurança Alimentar ao início e após a conclusão do curso do no Programa Mulheres Mil, 2015

		TEMPO DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO									
		No início do curso				P	Após a conclusão do curso				
		até o ensino fundamental II completo		ensino médio incompleto ou mais			até o ensino fundamental II completo		ensino médio incompleto ou mais		
		N	%	N	%		N	%	N	%	P
Estado de Segurança Alimentar	S A	34	17,8%	51	27,9%	0,026*	29	15,2%	44	24,0%	0,037*
	I A	157	82,2%	132	72,1%		162	84,8%	139	76,0%	

* Legenda: S A – Segurança Alimentar e I A – Insegurança Alimentar.

Os perfis de situação de Segurança Alimentar nos diferentes tempos de aplicação dos questionários, indicaram que a renda apresentou diferença estatística significativa entre os

dois momentos estudados, ou seja, ao início do curso e pelo menos dois meses após a conclusão. Cabe ressaltar que embora a renda tenha aumentado, ainda assim não foi suficiente para melhorar significativamente a Segurança Alimentar das participantes e seus domicílios (Tabela 4).

Tabela 4 – Perfil de renda das participantes do Programa Mulheres Mil, segundo a situação de Segurança Alimentar ao início e após a conclusão do curso, 2015

		Estado de insegurança alimentar									
		Segurança Alimentar					Insegurança Alimentar				
		No início do curso		Após a conclusão do curso		P	No início do curso		Após a conclusão do curso		
N	%	N	%	N	%		N	%	P		
Renda	até 1 SM	46	54,8%	20	26,7%	0,000*	229	79,5%	163	54,0%	0,000*
	+ que 1 SM	38	45,2%	55	73,3%		59	20,5%	139	46,0%	

Legenda: SM = salário mínimo. No período de aplicação do questionário o salário mínimo equivalia a R\$ 678,00.

A partir da observação do percentual de egressas que são as principais referências de renda de seus domicílios, constatou-se que no grupo de Insegurança Alimentar o percentual é de 47,4%, enquanto que no outro grupo (com segurança alimentar) foi de 34,9%. Quanto ao número de dependentes da renda familiar, a maioria nos dois grupos declarou ser de até quatro pessoas, entretanto, ao analisarmos a relação percentual entre os grupos de domicílios seguros e inseguros, percebe-se que nos inseguros o percentual das que declararam mais de quatro dependentes da renda mensal do domicílio é de 35,5%, ou seja, mais que duas vezes o percentual entre as seguras que é de 17,4 %.

Os resultados da investigação do BES indicaram que as participantes se percebem “Bastante” em Bem-Estar Subjetivo quanto aos Fatores Positivos e que “Concordam Muito Pouco” quando questionadas acerca dos Fatores Negativos, indicando a prevalência dos Fatores Positivos do Bem-Estar Subjetivo confirmado pela Satisfação com a Vida. Importante notar que não houve diferença com significância estatística entre nenhum de seus três Fatores nos dois momentos avaliados.

Tabela 5 – Medida de tendência central e variância dos Fatores do Bem-Estar Social das participantes do Programa Mulheres Mil, 2015

	N	Média	Desvio Padrão
Fatores Positivos	391	5,24	0,74
Fatores Negativos	392	2,24	0,69
Satisfação com a Vida	381	4,68	1,33

A análise de variância apurada com *Kruskal-Wallis* tendo *Bonferroni* como *post-hoc* identificou que para as faixas etárias completas do estudo houve diferença significativa

para os Fatores Positivo ($\chi^2= 17,447$; $p= 0,000$) e Satisfação com a Vida ($\chi^2=23,943$; $p=0,004$). As participantes com idade entre 20 a 39 anos são significativamente diferentes das mulheres com idade entre 50 a 59 anos. As mulheres mais jovens têm média de Fator positivo do Bem-Estar Subjetivo menor que as mulheres com faixa etária entre 50 a 59 anos ($m=5,19$; $m= 5,55$). Quanto à Satisfação com a Vida, as mais jovens também têm média menor que as na faixa etária de 50 a 59 anos.

Quando foram analisados os dados do Bem-Estar Subjetivo com a Renda Familiar identificou-se diferença significativa para os Fatores Positivos e Satisfação com a Vida na Faixa de renda de $\frac{1}{2}$ salários mínimos com que ganha acima de dois salários ($\chi^2=12,794$; $p=0,12$ e $\chi^2=12,703$; $p=0,013$ respectivamente), As participantes que informaram que recebem menos, percebem menos os Fatores Positivos do Bem-Estar Subjetivo que as que ganham acima de dois Salários Mínimos de Renda Familiar ($\frac{1}{2}$ até 1 SM $m=5,31$; $> 2SM = 5,46$) a mesma coisa foi encontrada para a Satisfação com a Vida ($\frac{1}{2}$ até 1SM $m=4,60$; $>2 SM m=5,11$).

As participantes da pesquisa também responderam em relação às mudanças vivenciadas em suas vidas após a participação no programa Mulheres Mil. As perguntas foram elaboradas considerando a relação das informações com os determinantes da SAN, como educação e emprego. Os resultados podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6 – Descritiva das principais mudanças declaradas pelas participantes após o curso do Programa Mulheres Mil, 2015

Construtos Avaliados	Respostas	Após a Conclusão do Curso	
		N	%
Após o término do conseguiu emprego?	Sim	45	11,8%
	Não	316	82,9%
	Já trabalhava	20	5,2%
Após o término do curso, você se motivou a continuar estudando?	Sim	275	75,8%
	Não	88	24,2%

Apesar dos resultados demonstrarem que 82,9% ($n=316$) das participantes não terem conseguido emprego após a conclusão do curso, 75,8% ($n= 275$) destas participantes responderam positivamente ao estímulo a continuidade dos estudos. Quando solicitadas a descreverem quais as principais mudanças vivenciadas após a participação no curso, as participantes indicaram variados aspectos, tendo como resultado a “Nuvem de palavras” apresentada na Figura 1.

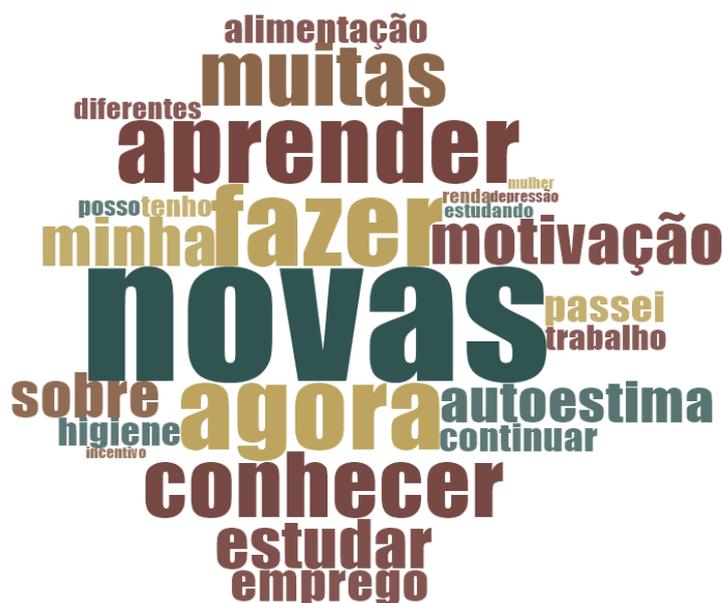


Figura 1 - Nuvem de palavras de maior frequência acumulada em relação às principais mudanças vivenciadas pelas participantes do Programa Mulheres Mil, 2015

Diante da nuvem de palavras mais frequentes nas respostas das participantes, realizou-se uma análise de suas frases correspondentes. Estas foram então agrupadas à luz das diferentes dimensões da SAN, que nesse caso foram: o acesso aos alimentos, a utilização biológica e a estabilidade da segurança alimentar e nutricional.

A análise de conteúdo possibilitou a classificação entre as palavras e a dimensões da SAN. O Quadro 1 apresenta a classificação e também um exemplo de cada frase associada às palavras mais frequentes.

Quadro 1 – Classificação de acordo com as dimensões da SAN das frases com palavras de maior frequência acumulada, segundo relato das principais mudanças vivenciadas pelas participantes do Programa Mulheres Mil, 2015

Acesso aos alimentos	Utilização biológica	Estabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional (continua)
Renda "Aprendi muita coisa e é uma grande oportunidade de ter uma renda melhor".	Higiene "Adquiri mais conhecimento e passei a ter mais higiene".	Motivação "Trouxe motivação para buscar uma vida melhor".
Trabalho "Desempenho de trabalho, diminuiu a timidez, mais confiança no trabalho, ajudou no emprego".	Alimentação "Mudou a alimentação da minha casa, comemos melhor hoje em dia, principalmente uma filha que está com excesso de peso".	Continuar "Mudou a determinação para continuar batalhando".

Acesso aos alimentos	Utilização biológica	Estabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional (contínua)
<p style="text-align: center;">Emprego</p> <p>"Ganhei mais sabedoria, fiquei mais ativa e acho que várias mulheres deveriam fazer o curso, pois conheço várias que conseguiram emprego devido à capacitação".</p>		<p style="text-align: center;">Auto estima</p> <p>"Agora eu sou mais otimista, elevou a minha autoestima e passei a ser mais confiante".</p>
		<p style="text-align: center;">Depressão</p> <p>"Tive depressão. Quando fui para o curso foi muito bom para o meu problema. Participar me fez sentir melhor, conheci pessoas, novas ideias e fui melhorando".</p>

DISCUSSÃO

Apesar de percentuais próximos aos resultados da PNAD 2013, a presente pesquisa (84,3%; 77,5%, respectivamente) mostrou que o local da residência da maioria das participantes era em áreas urbanas. Por outro lado, a situação de segurança alimentar é aparentemente oposta, uma vez que na presente pesquisa é predominante (77%) a insegurança alimentar entre as participantes do Programa Mulheres Mil. Entretanto, estes resultados assemelham-se ao encontrado por Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa (2012) ao pesquisarem a insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda em Toledo-PR. A autora evidenciou a presença de insegurança alimentar em 74,6% dos domicílios localizados em áreas urbanas, estando este resultado associado a vários fatores, entre eles: a renda per capita e a escolaridade do chefe do domicílio. Godoy *et al.* (2014) encontram percentuais menores de Insegurança Alimentar (40,6%) em 1637 participantes do Programa Restaurantes Populares. Esse resultado mesmo menor esteve significativamente associado à renda e a escolaridade. A chance de o usuário estar em insegurança alimentar aumenta de forma inversamente proporcional à renda. Segundo as autoras, usuários com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo têm 3,67 vezes mais chances de estar em insegurança alimentar do que aqueles que recebem mais que dois salários mínimos.

Salles-Costa *et al.* (2008) em pesquisa em Duque de Caxias-RJ relataram um percentual de 53,8% de insegurança alimentar relacionado também, entre outros fatores, inversamente a renda familiar mensal per capita e a escolaridade do chefe da família. Na

mesma direção, Facchini *et al* (2014), Panigassi (2008), Santos, Gigante e Domingues (2010) e Yang (2015) também associaram essas características à insegurança alimentar.

Considerando ainda os resultados relacionados à renda dos domicílios das participantes, e a presença de até quatro dependentes da renda mensal familiar, infere-se que a maioria das participantes tem renda per capita de “até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo”, evidenciando o estado de vulnerabilidade social dessas mulheres. Outro aspecto é a relação entre famílias chefiadas por mulheres, classe de rendimento e a prevalência de IA, ratificando os resultados de Brito e Costa (2015), IBGE (2014).

Quando são considerados os rendimentos, gastos com alimentação e o conceito de SAN (BRASIL, 2006), infere-se que os domicílios pesquisados encontram-se potencialmente em risco de insegurança alimentar, uma vez que 71,5% das entrevistadas relata renda de “até um salário mínimo” e 84% relata gastos com alimentação nesta mesma faixa de rendimentos ao início do curso. Esse dado revela também a cobertura adequada do programa Mulheres Mil que diferentemente dos achados de Godoy *et al.*, já relatado anteriormente, em que 42,4% dos usuários dos Restaurantes Populares têm renda per capita superior a um salário mínimo.

Também se verificou que a maioria das participantes se declarou motivada a continuar estudando, o que se associa potencialmente, no futuro, a melhor situação de segurança alimentar, já que o acesso à educação é um dos indicadores de discriminação de gênero (Bellows *et al.*, 2011) e, conseqüentemente, da maior vulnerabilidade à Insegurança Alimentar. Considerando o papel crucial das mulheres enquanto vínculo do plano biológico, social e econômico em especial na SAN doméstica, Le Bihan, Delpueuch e Marie (2003) e Maluf (2011) destacam a relevância de ações voltadas para a condição feminina nos aspectos educacionais e profissionais, entre outros (Brito; Costa, 2015).

Outro resultado que ratifica a vulnerabilidade social das entrevistadas é o percentual de domicílios chefiados por mulheres. De acordo com a PNAD (2013), os domicílios cujo sexo da pessoa de referência é feminino apresentam 9,3% de prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, enquanto que caso masculino esse percentual é de 6,9%. Note que esses resultados não se confirmam no estudo de Godoy *et al.* (2014), possivelmente porque o Programa Restaurantes Populares é um programa aberto à população em geral, não sendo necessário um cadastro para consumir em um dos seus restaurantes. As autoras não encontraram diferenças significativas na segurança alimentar dos domicílios quando o sexo era considerado.

Para Siliprandi (2013) é de fácil compreensão a maior vulnerabilidade das mulheres em relação à desnutrição, uma vez que essa situação relaciona-se diretamente com o

acesso aos recursos produtivos, representando uma importante característica das relações de gênero e segurança alimentar. Maluf (2011), Brito e Costa (2015) destacam também que os temas relativos a gênero deverão ser enfrentados, assim como reconhecidas as múltiplas atribuições das mulheres em relação à produção ou obtenção, preparação e a divisão dos alimentos entre seus familiares.

Além dos indicadores sociais, segundo Diener e Suh (1997) a característica subjetiva do Bem-Estar é fundamental para avaliação da qualidade de vida, já que estes não conseguem alcançar as diferentes reações dos indivíduos. Mesmo frente ao contexto evidenciado de vulnerabilidade social das participantes, no tocante ao Bem-Estar Subjetivo percebeu-se que os Fatores Positivos são mais prevalentes do que os negativos o que é confirmado na Satisfação com a vida.

Diener e Biswas-Diener (2002) defenderam que a renda mais elevada contribuiria positivamente para avaliações de Bem-Estar Subjetivo de indivíduos extremamente pobres, entretanto, Diener e Seligman (2004) encontraram que a partir de um determinado nível de renda não se verifica a correlação entre aumento da riqueza e aumento do Bem-Estar Subjetivo. No caso desta pesquisa, por se tratar de uma população de baixa renda (critério de entrada no Programa Mulheres Mil), não se pode verificar se havia diferença para as faixas propostas pelos autores. Entretanto, essa diferença significativa foi identificada entre as que recebem $\frac{1}{2}$ salário e as que ganham acima de dois salários, confirmando a influência positiva da renda sobre os aspectos positivos do Bem-estar Subjetivo. Tal influência entretanto, não foi suficiente para reduzir significativamente os Fatores Negativos do Bem-Estar o que possivelmente se deve ao aumento da renda não ter sido suficiente para modificar a situação de Insegurança Alimentar das famílias dessas mulheres.

A satisfação com a vida como o terceiro componente do Bem-estar Subjetivo, segundo Siqueira, Gomide e Freire (2008) possibilita uma visão global do nível de satisfação que os indivíduos têm em relação às suas vidas, não permitindo, portanto, a avaliação de aspectos específicos de suas vidas. Tal visão, a partir dos resultados da presente pesquisa, demonstrou que não houve diferença estatisticamente significativa dos níveis de satisfação com a vida entre os diferentes momentos de aplicação da Escala de Bem-estar Subjetivo. Estes resultados podem estar associados ao fato da participação em um curso ser algo mais relacionado a um aspecto específico do que geral da vida e, desse modo, o instrumento utilizado não apresentar sensibilidade para a mensuração de impacto a não ser talvez quando são considerados em um intervalo de tempo maior ou com a entrada de outras variáveis no modelo.

Entretanto, o resultado encontrado na presente pesquisa pode relacionar-se aos achados de Diner, Suh e Oishi (1997), que demonstraram em pesquisas que medidas de Bem-estar Subjetivo apresentam moderada a alta estabilidade temporal, sendo que ao longo de um período de quatro anos a satisfação com a vida, por exemplo, apresentou correlação de 0,58, tanto para os aspectos positivos quanto para os negativos.

Compreendendo a relevância das dimensões da SAN para a elaboração e definição de ações pelas famílias quanto pelas políticas públicas, destaca-se a classificação obtida a partir das palavras mais frequentes nas respostas das egressas do Programa. A dimensão “Acesso”, que se relaciona com capacidade de obtenção de alimentos, foi representada por palavras como: “renda”, trabalho” e “emprego”, sendo este resultado compatível aos achados de aumento de renda das participantes e de grande valia enquanto um dos determinantes da SAN. Quanto à dimensão “Utilização biológica” que abrange desde condições de saneamento até escolhas e hábitos alimentares, as expressões “higiene”, alimentação”, ratificaram as mudanças vivenciadas pelas participantes nesse aspecto. E, por fim, a dimensão “Estabilidade”, que é temporal a todas as dimensões da SAN, foi representada por palavras e frases que evidenciaram as contribuições do Programa na vida das participantes em relação à busca por uma vida melhor e à superação de problemas.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados encontrados, a presente pesquisa demonstrou que apesar da não alteração da situação de Segurança Alimentar e de Bem-Estar subjetivo das entrevistadas, a participação no programa Mulheres Mil proporcionou avanços reais (renda) e potenciais (motivação para continuar os estudos) diretamente relacionados aos determinantes da SAN, no caso renda e escolaridade. O fato de o Programa atender mulheres em níveis elevados de vulnerabilidade social, inclusive de insegurança alimentar, ratifica a relevância de políticas públicas desta natureza. Também em análise das principais mudanças relatadas pelas egressas, verificou-se a estreita relação entre as respostas e as dimensões (acesso, utilização biológica e estabilidade) da SAN, sinalizando positivamente para contribuições da participação no Programa Mulheres Mil para a melhoria na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias.

Entretanto, para uma compreensão mais aprofundada dessas relações, sugere-se que mais estudos qualitativos sejam realizados com objetivo de analisar diferentes dimensões de programas e políticas públicas e suas possíveis relações com a SAN, especialmente com recorte de gênero feminino.

REFERÊNCIAS

ANGUAS, A. El significado del bienestar subjetivo, su valoración em México. Tesis de Maestria em Psicologia Social, Universidade Nacional Autonoma de México, Madrid. 1997.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO T.; SEGALL-CORRÊA A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 2, p.177-189.2012.

ASSUNÇÃO, V. K.; LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. Comer mais e melhor: Os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de família de pescadoras artesanais de Pernambuco. **Revista Amazônica**, v. 4, n. 2, p. 336-353, 2012.

BELLOWS, A. C.; SCHERBAUM, V.; LEMKE S.; JENDEREDJIAN A.; VIANA R. S. Gender- specific risks and accountability: women, nutrition and right to food. In: **Right to Food and Nutrition Watch. Claiming Human Rights – The Accountability Challenge**. FIAN Internacional.2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Resumo executivo. Brasília, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia Metodológico do Programa Mulheres Mil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Brasil. 2011b. Acessado em jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. 2011a. Acessado em 05 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Preâmbulo do Programa Mulheres Mil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602. 2011d. Acessado em 05 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. PRONATEC Brasil Sem Miséria Mulheres Mil. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil sem miseria/cartilha mulheres mil.p df](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil%20sem%20miseria/cartilha%20mulheres%20mil.pdf). Brasil, 2014. Acessado em jun 2014b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. PRONATEC Brasil Sem Miséria Mulheres Mil. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil sem miseria/cartilha mulheres mil.p df](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil%20sem%20miseria/cartilha%20mulheres%20mil.p df). Brasil, 2014. Acessado em jun 2014.

BRASIL. Secretaria de Política para as Mulheres – SPM. III Plano nacional de política para as mulheres. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Brasil 2013. Acessado em: jan. 2014.

BRITO, J. G.; COSTA, E. R. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e Segurança Alimentar. **Revista Tropos**. v.1, n.3. 2015.

CARRASCO, C. La sustentabilidade de la vida humana: un asunto de mujeres? In: Léon, T. M. (Coord.) Mujeres y Trabajo: câmbios impostergables. Porto Alegre: Remte, Marcha Mundial de las Mujeres, Clasco, Alai, 2003.

CARTER, K. N.; KRUSE, K.; BLAKELY; T.; COLLINGS, S. The association of food security with psychological distress in New Zealand and any gender differences. **Social Science & Medicine**, v. 72, n. 9, p. 1463-147, May. 2011.

CRESPO, A.; REIS, M. C. O. Efeito-diploma no Brasil. IPEA. Notas técnicas. 2009.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators. *Social Indicators Research*, v. 40, p. 189 – 216. 1997.

DIENER, E. SELIGMAN, M. E. P. Beyond money: toward an economy of well-being. **Psychological Science in the Public interest**, v.5, n. 1, p.1-31. 2004.

DIENER, E.; BISWAS-DIENER, R. Will money increase subjective well-being? A literature review and guide to neede research. **Social Indicators Research**, v.57, n. 2, p. 119-169.2002.

DIENER, E.; SUH, E.; OISHI, S. Recent findings on subjectivewell-being. **Indian Journal of clinical Psychology**, v. 24, n. 91, p. 25-41.1997.

FACCHINI, L. A; NUNES, B. P.; MOTTA, J. V. S. dos; TOMASI, E.; SILVA, S. M.; THUMÉ, E.; SILVEIRA, D. S. da.; SIQUEIRA, F. V.; DILÉLIO, A. S.; SAES, M. O. de.; MIRANDA, V. I. A.; VOLZ, P. M.; OSÓRIO, A.; FASSA, A. G. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 161-174, jan, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro, 186 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/segurança_alimentar_2004_2009/default.shtm> Acesso em jan. 2015. 2010.

LE BIHAN, G.; DELPUEUCH, F.; MARIE, B. Alimentação, nutrição e políticas públicas. *Cadernos de proposições para o século XXI*, São Paulo, v. 4, 132 p. 2003.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e nutricional. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINEZ, M.; GARCIA, M. La autopercepcion de la salud y el bienestar psicológico como indicador de calidad de vida percebida em la vejez. **Revista de Psicologia de la Salud**, v.6, n. 1, p. 55-74. 1994.

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA; A. M.; MARIN-LEON, L.; PÉREZ-ESCAMILIA, R.; SAMPAIO, M. F. de, A.; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.10, p. 2376-2384, out. 2008.

RYFF, C. D. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. **Journal of Personality and Social Psychology**, vol 57, nº 6, p. 1069-1081. 1989.

RYFF, C. D.; KEYES, C. L. M. The structure of psychological well being revisited. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, p. 719-727.1995.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELOS, M. T. L. de; GLÓRIA, V. de; MARINS, M. R. de; CORDEIRO, B.; GOMES, F. S. da; SICHIERI, R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21 (suplemento), p.99s-109, jul/ago. 2008.

SANTOS, J. V.; GIGANTE, D. P.; DOMINGUES, M. R. Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e estado nutricional de indivíduos que vivem nessa condição. 2010.

SELIGMAN, M. E. P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology: an introduction. **American Psychologist**, v. 55, n. 1, p. 5-14. 2000.

SILIPRANDI, E. C. A alimentação como um tema político das mulheres. In ROCHA, C.; BURLANDY L.; MAGALHÃES R. (org.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2013.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n 2, p 201-209. 2008.

WOORTMANN, E. F. Da Complementaridade à dependência: Espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 38-52.1992.

_____. 2007. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. *Revista de Estudos Feministas* 15(2): 476-484. In: Woortmann, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Revista de Ciências Sociais**, v. 29, n. 1, p.103-30. 1986.

YANG, Y. J. Socio-demographic characteristics, nutrient intakes and mental health status of folder korean adults depending on household food security: based on the 2008-2011 Korea national health and nutrition examination survey.

6 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivos propor uma agenda de trabalho a partir da revisão de literatura, apresentar a perspectiva dos gestores quanto às convergências entre os objetivos do programa e a Segurança Alimentar e Nutricional, caracterizar o perfil sócio demográfico das participantes do Programa, apresentar o diagnóstico do estado de insegurança alimentar domiciliar das participantes e o perfil de Bem-estar Subjetivo. Além de analisar as principais mudanças vivenciadas pelas estudantes após a participação no programa. Destaca-se que os objetivos foram cumpridos e que os achados foram relevantes tanto do ponto de vista do Programa Mulheres Mil, quanto das participantes do referido Programa.

Considerando os instrumentos utilizados, avalia-se positivamente o uso do roteiro elaborado pelo CONSEA, uma vez que ao analisar as características fundamentais do programa e associá-las ao DHAA (e consequentemente a SAN), permite uma visão ampliada sobre as possibilidades entre diferentes setores, como neste caso, a educação.

Para além desse instrumento, a pesquisa adotou um modelo integrando variáveis de percepção de Bem-estar Subjetivo, Insegurança Alimentar Domiciliar, demográficas e socioeconômicas. As variáveis do Bem-estar Subjetivo e Insegurança Alimentar Domiciliar mostraram-se confiáveis com excelentes valores para o *Alpha de Conbrach*, o que contribuiu para a confirmação do Modelo Teórico adotado. Tal Modelo confirma as relações existentes entre as variáveis independentes: Renda Mensal Domiciliar e Idade das participantes e o Bem-estar Subjetivo. Cabe ressaltar que embora a Renda das Participantes cujos domicílios estejam em Insegurança Alimentar tenha aumentado passando de 20,5% para 46,0% ainda assim esse avanço não foi suficiente para retirar esses domicílios dessa situação de vulnerabilidade.

Os resultados da pesquisa integrativa entre os temas “SAN e Educação” e “SAN e gênero” reforçaram característica como a vulnerabilidade feminina a SAN, assim como a relevância do papel das mulheres quanto a situação de segurança alimentar de suas famílias, em especial as chefiadas por elas. Entretanto, identificou-se a necessidade de mais estudos que abordem o papel feminino em relação a SAN para além do tradicionalmente estabelecido, mas para a compreensão delas enquanto titulares de direitos, entre estes a educação.

Os achados acima mencionados contribuíram de maneira significativa para ratificar a importância da abordagem integrada entre temas (como os apresentados) para o avanço das políticas e programas públicos em atendimento às mulheres brasileiras. Nesse

sentido, recomendamos a utilização da metodologia do presente trabalho para pesquisas na área de nutrição, especialmente frente à natureza intersetorial e multidimensional da SAN. Destaca-se que para uma maior abrangência dos resultados, diferentes bases de dados e outros idiomas devem ser utilizados.

Sendo um dos objetivos desta pesquisa apresentar a perspectiva dos gestores quanto as possíveis relações entre os objetivos considerados para execução do Programa Mulheres Mil e a SAN, constatou-se a partir dos resultados do segundo artigo, intitulado “O Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil” que, de fato, a metodologia adotada pelo programa pode contribuir com a SAN. Isso se dá desde a maneira de identificar as cidadãs em vulnerabilidade; a abordagem de temas transversais relacionados ao empoderamento e ao apoderamento; a natureza intersetorial das ações desenvolvidas em atendimentos aos objetivos considerados para a execução do Programa, bem como pelas relações com áreas de abrangência da SAN que são fundamentais para a superação da vulnerabilidade feminina a SAN. Além disso, os resultados trazem a indicação que o Programa pode contribuir com a proteção do DHAA, indicando uma relevante característica frente ao contexto vivenciado pelas cidadãs, em especial, as em estado de vulnerabilidade social.

O terceiro artigo apresenta os demais objetivos desta pesquisa ao apresentar as informações relacionadas às características demográficas e socioeconômicas, à segurança alimentar, ao Bem-estar Subjetivo e às principais mudanças vivenciadas pelas mulheres que participaram do Programa Mulheres Mil. Inicialmente, a caracterização supracitada das participantes indica que o Programa possibilita o acesso à educação a comunidades em sua maioria em situação de Insegurança Alimentar, sendo esta condição, um provável reflexo das características relacionadas à vulnerabilidade social, entre elas a baixa renda e a baixa escolaridade das mulheres atendidas.

A partir da análise do Bem-estar Subjetivo (BES), percebeu-se que mesmo diante da vulnerabilidade social dessas mulheres, elas se percebem em BES, apresentando (ao início e após a conclusão do curso) diferenças significativas quanto aos aspectos positivos e à satisfação com a vida quando analisados por Faixa de Renda Mensal e Faixa Etária das participantes. A ausência de mudanças dos aspectos negativos pode estar associada ao fato de que mesmo com o aumento da renda, não houve alteração da situação de Insegurança Alimentar dos domicílios dessas mulheres. Entretanto, cabe destacar que o expressivo aumento da renda já apontado anteriormente, em especial, para aquelas mulheres em situação

de insegurança alimentar, pode a médio e longo prazo representar impactos positivos, uma vez que essa variável é uma das mais relevantes para a SAN.

Este exercício de reflexão a partir da ótica do DHAA pode auxiliar não somente para a análise e para a avaliação de programas, mas também para a elaboração e planejamento de programas e políticas públicas, especialmente, aquelas direcionadas às mulheres.

Em contrapartida, ainda restam desafios a serem superados do ponto da investigação intersetorial, por não haver no instrumento análise qualitativa da execução dos convênios que nos dessem subsídios para analisar a efetiva articulação entre o Programa Mulheres Mil e os demais setores envolvidos. Nesse sentido, conclui-se que a proposta apresentada na presente pesquisa pretende contribuir para o avanço dessas limitações, assim como para a práxis de uma educação emancipadora que possibilitará melhoria das condições de acesso, utilização biológica dos alimentos e a estabilidade da SAN. Compreendendo, portanto que a educação e a alimentação adequada enquanto direitos humanos, é fundamental para o Bem-estar (social e subjetivo) que as cidadãs sejam empoderadas e, possam apoderar-se do que lhes é devido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. A. C. de.; ANDRADE, D. F. de.; BORTOLOTTI, S. L. V. Teoria de Resposta ao Item. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43 (especial), p. 1000-1008. 2009.

AIRES, J. S. dos; MARTINS, M. C.; JOVENTINO, E. S.; XIMENES L. B. (In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n 1, p. 102-108. 2012.

AKUTSU, R. C. de.; PAZ M. G das T. da. Valores y bienestar de los dietistas brasileños. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 43, n. 2, p. 307-318, 2011.

ALBUQUERQUE, A. S.; TRÓCCOLI, B. T. Desenvolvimento de uma Escala de Bem Estar Subjetivo. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 153-164, mai-ago. 2004.

AMÂNCIO, J. M. Inclusão produtiva e assistência social: desafios da implementação a partir das experiências recentes do PRONATEC/ Brasil Sem Miséria e do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS/TRABALHO). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. v. 24. 2015.

ANDREWS, F. M.; WITHNEY, S. B. Social Indicators of well-being. New York: **Plenum Press**.1976.

ANGUAS, A. El significado del bienestar subjetivo, su valoración em México. Tesis de Maestria em Psicologia Social, Universidade Nacional Autonoma de México, Madrid. 1997.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO T.; SEGALL-CORRÊA A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 2, p.177-189.2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS - ABRANDH. Diretrizes Voluntárias para o Direito Humano à Alimentação Adequada (versão resumida). Ministério da Saúde. Brasília, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS – ABRANDH; Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - CERESAN; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; Food and Agriculture Organization- Escritório Regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO-RLC; Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome - ALCSH. Avanços e desafios da implementação do direito humano à alimentação adequada no Brasil. Relatório Técnico. Brasília-DF. 2009. Rio de Janeiro.

ASSUNÇÃO, V. K.; LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. Comer mais e melhor: Os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de família de pescadoras artesanais de Pernambuco. **Revista Amazônica**, v. 4, n. 2, p. 336-353, 2012.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2003.

BARROS, M. S.; FONSECA, V. M.; MEIO, M. D. B. B.; CHAVES, C. R. Excesso de peso entre adolescentes em zona rural e a alimentação escolar oferecida. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, June 2013.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34; 123. p. 573-582. 2004.

BELIK, W. Uma ponte entre dois mundos. São Paulo, Folha de São Paulo, Caderno Opinião, p. A3, set. 2003.

BELLOWS, A. C.; SCHERBAUM, V.; LEMKE S.; JENDEREDJIAN A.; VIANA R. S. Gender-specific risks and accountability: women, nutrition and right to food. In: **Right to Food and Nutrition Watch. Claiming Human Rights – The Accountability Challenge**. FIAN Internacional.2011.

BERG, A. The nutrition fator: its role in national development. Washington, The Brookings Institution. 1973.

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações. Casa do psicólogo.2014.

BERQUÓ, E.; GARCIA, S; LAGO, T. Dimensões do Processo Reprodutivo e da Saúde da Criança – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006. 1ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde & CEBRAP; 2009.

BEURLEN, A. Direito humano à alimentação adequada no Brasil.2ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

BRADBURN, N. M. The structure of psychological well-being. Chicago: Aldine. 1969.

BRANCO, T. Gênero e políticas públicas no Brasil. In: In ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (org.) *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2013.

BRANCO, T. A. Gênero, Segurança alimentar e Agroecologia no semi-árido nordestino. As experiências do Programa Meios de Vida Sustentáveis. Ouricuri: Caatinga, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Resumo executivo*. Brasília, 2010a.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada (CP4). *Guia para Análise de Políticas e Programas Públicos de Segurança Alimentar e nutricional sob a Perspectiva dos Direitos Humanos*. Brasília. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. *Seminário Pesquisa em SAN: Relatório final*. Brasília: 2014e. Presidência da República.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN. Mulheres à frente da agroecologia. Disponível em: http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=411:mulheres-%C3%A0-frente-da-agroecologia&catid=79&Itemid=672&lang=pt-br. 2014a. Acessado em julho de 2014.

BRASIL. Mapa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/images/stories/mapafinal2.jpg>. Acessado em 10 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia Metodológico do Programa Mulheres Mil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Brasil, 2011e. Acessado em jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. O que é o Programa Mulheres Mil. Disponível em: http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=53&lang=br. Brasília, 2008b. Acessado em 03 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. 2011a. Acessado em 05 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Preâmbulo do Programa Mulheres Mil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602. 2011d. Acessado em 05 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. PRONATEC Brasil Sem Miséria Mulheres Mil. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf. Brasil, 2014c. Acessado em jun 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico nº 01/2014. 2014d.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007, que cria o no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6273.htm. Acessado em jul de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. 2010c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acessado em jul de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.492 de junho de 2011 que institui o Plano Brasil Sem Miséria. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm. Acessado em jul de 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.346, de 15 de junho de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acessado em jul de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.892 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Brasília, 2008a. Acessado em 03 de junho de 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.512, de outubro de 2011 que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego e dá outras providências. 2011c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm. Acessado em mar de 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.005 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília. 2014b.

BRASIL. Presidência da República. Lei 3.934 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Brasília, 1996b. Acessado em 03 de junho de 2010.

BRASIL. Relatório Nacional Brasileiro – Cúpula Mundial da Alimentação. Brasília (DF), Ministério das Relações Exteriores, 1996a, 66 p.

BRASIL. Secretaria de Política para as Mulheres – SPM. III Plano nacional de política para as mulheres. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Brasil 2013a. Acessado em: jan. 2014.

BRITO, J. G.; COSTA, E. R. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e Segurança Alimentar. **Revista Tropos**. v.1, n.3. 2015.

BURLANDY L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.851-860. 2009.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n. 6, p. 1441-1451. 2007.

BURLANDY, L.; MALUF, R. S. Soberania Alimentar - dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo. In: TADDEI, J. A. A de A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA G.; TOLONI, M. H. A. de (org). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 1ª impressão. p. 112. 2010.

BUTTO, A.; HORA, K. . Políticas para as Mulheres Rurais no Mercosul. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. **Edição especial da revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 1ª impressão. 2012.

CALL, D. L. LEVINSON, F. J. A systematic approach to nutrition intervention programs. In: Berg, A. The nutrition factor: its role in national development. Washington, The Brookings Institution, 1973.

CAMPBELL, A.; CONVERGE, P. E.; RODGERS, W. L. The quality of American life. New York: Russel Stage Foundation.1976.

CANTRIL, H. The pattern of human concerns. New Burnswick: Rutgers University Press. 1967.

CARRASCO, C. La sustentabilidade de la vida humana: un asunto de mujeres? In: León, T. M. (Coord.) Mujeres y Trabajo: cambios impostergables. Porto Alegre: Remte, Marcha Mundial de las Mujeres, Clasco, Alai, 2003.

CARTER, K. N.; KRUSE, K.; BLAKELY; T.; COLLINGS, S. The association of food security with psychological distress in New Zealand and any gender differences. **Social Science & Medicine**, v. 72, n. 9, p. 1463-147, May. 2011.

CASTRO, J. de. . O Problema da Alimentação no Brasil. Cia Nacional. Recife, 1933.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; WESTPHAL, M. F.; ARAKI, E. L.; BÓGUS, C. M. School feeding programs' role in forming eating habits. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 3, Sept. 2013.

CRESPO, A.; REIS, M. C. O. Efeito-diploma no Brasil. IPEA. Notas técnicas. 2009.

COLIN, D. R. A.; GONELLI, V. M. M. de.; MORENO, A. H. V. S. O Plano Brasil Sem Miséria e a contribuição da política de assistência social na oferta de serviços para a garantia de necessidades sociais básicas. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (orgs). **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. Panorama social de América Latina 2002-2003. CEPAL, 2004.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Documento Final do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília. 2006.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final. Brasília, CONSEA e Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, julho de 1994.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final. Brasília. 2007.

COSTA, A. A.; BÓGUS, C. M. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, n.1, p.103-114, 2012.

CRUSIUS, Y. R. (coord.) Plano de combate à fome e à miséria. Princípios, prioridades e mapa das ações do governo. Brasília, IPEA, 1993.

CUNHA, L. A. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: Unesp. Brasília: Flasco, 2000.

DENEVE, K. M.; COOPER, H. The happy personality: A meta-analysis of 137 personality traits and subjective well-being. **Psychological Bulletin**, v. 124, n. 2, p. 197-229. 1998.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators. *Social Indicators Research*, v. 40, p. 189 – 216. 1997.

DIENER, E. SELIGMAN, M. E. P. Beyond money: toward an economy of well-being. **Psychological Science in the Public interest**, v.5, n. 1, p.1-31. 2004.

DIENER, E.; BISWAS-DIENER, R. Will money increase subjective well-being? A literature review and guide to neede research. **Social Indicators Research**, v.57, n. 2, p. 119-169.2002.

DIENER, E.; EMMONS, R. A. The independence of positive and negative affect. **Journal of Personality and Social Psychology**. v 47, p. 1105-1117. 1984.

DIENER, E.; SUH, E.; LUCAS, R.; SMITH, H. Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychology**, v. 24, n. 1, p. 25 – 41. 1999.

DIENER, E.; SUH, E.; OISHI, S. Recent findings on subjectivewell-being. **Indian Journal of clinical Psuchology**, v. 24, n. 91, p. 25-41.1997.

DRAIBE, S.; CASTRO, M. H. G.; AZEREDO, B. O sistema de proteção social no Brasil: Projeto: “Social Policies for the Urban Poor in southern Latin America” (Welfare State Reforms in a Democratica Contest). NEPP/UNICAMP.Campinas, p. 75-87, dez. 1998.

FACCHINI, L. A.; NUNES, B. P.; MOTTA, J. V. S. dos; TOMASI, E.; SILVA, S. M.; THUMÉ, E.; SILVEIRA, D. S. da.; SIQUEIRA, F. V.; DILÉLIO, A. S.; SAES, M. O. de.; MIRANDA, V. I. A.; VOLZ, P. M.; OSÓRIO, A.; FASSA, A. G. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 161-174, jan, 2014.

FELICIELLO, D.; GARCIA, R. W. D. Cidadania e solidariedade: as ações contra a miséria. In: GALEAZZI, M. A. M. (org.). *Segurança Alimentar e Cidadania*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

FERRERA, M. (org) *Welfare State Reform in Southern Europe: Fighting Poverty and Social Exclusion in Italy, Spain, Portugal and Greece*. New York: **Routledge**, 2005.

FLORO, M. S.; SWAIN, R. B. Food Security, Gender, and Occupational Choice among Urban Low-Income Households. *World Development*, v. 42, pp. 89–99. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Annual Report*. Rome, 1974.

FRAZONI, J. M. *Domesticar la incertidumbre em América Latina: mercado laboral, política social y família*. São José, Costa Rica: UCR. 2008.

FREI BETTO. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 53-61, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 11/05/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200005>.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra. 148p. Rio de Janeiro.1967.

FRIGOTTO, G. A relação entre a educação profissional e a educação básica. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n 100. (Especial), p. 1129-1152, out.2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n 92 (especial), p. 1087-1113, out.2005.

FROZI, D. S.; GALEAZZI, M. A. M. Políticas públicas de alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de Bem-Estar Social e Segurança Alimentar e Nutricional. **Cadernos de debates**, Campinas, v. XI, p. 58-83, dez. 2004.

FURTADO, F.; ANTUNES, J. F.; SANTOS, L. M. M.; OLIVEIRA, L. A.; FERREIRA, R. S.; ALVES, B. M. M. Bem-Estar Subjetivo em participantes do Programa Mulheres Mil, na cidade de Barbacena-MG. *Holos*, ano 28.v 24. 2012.

GALEAZZI, M. A. M. A segurança alimentar e os problemas estruturais de acesso. In: _____. *Segurança Alimentar e Cidadania*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

GALLINDO, E. L. de.; FERES; M. M.; SCHROEDER, N. O PRONATEC e o fortalecimento das políticas de educação profissional e tecnológica. In: Brasil. Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, v. 24. 2015.

GODOY, K. C.; SÁVIO, K. E. O.; AKUTSU, R. C. de.; GUBERT, M. B.; BOTELHO, R. B. A. Perfil e situação de insegurança alimentar dos usuários dos Restaurantes Populares no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 30, n. 6, p. 1239-1249, 2014.

GURIN, G.; VEROFF, J.; FELD, S. American views their mental health. New York: Basic Books. 1960.

HACKETTT, M.; MELGAR-QUINONEZ, H. R. P-E.; Segall- Corrêa, A. M. Gender of respondente does not affect the psychometric properties of the Brazilian household food security scale. **International Journal of Epidemiology**, v. 37, n. 4, p. 766-774. 2008.

HAKIM, P.; SOLIMANO, G. Nutrição e desenvolvimento nacional: estabelecendo a conexão. In: Valente, F. L. S. **Fome e desnutrição, determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: Análise dos dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 15, p. 49-61. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/. Acessado em 08/11/2015, v. 20, n. 03, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar: 2004/2013: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro, 186 p. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/default.shtm Acesso em jan. 2015. 2010.

INSTITUTO CIDADANIA. Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo. Instituto da Cidadania. 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Acessado em: 08/11/2015. Disponível em: http://www.IPEA.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero. 2ª edição. Acessado em: 06/11/2015. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/indicadores/publicacoes/retrato-das-desigualdades-2a-edicao/view>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Cadernos Comunidade Solidária, Brasília, v. 2.1996.

INSTITUTO PÓLIS. Carta Aberta à Sociedade Brasileira e aos Candidatos e às Candidatas: pela defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em:

<http://polis.org.br/publicacoes/carta-aberta-a-sociedade-brasileira-e-aos-candidatos-e-as-candidatas-pela-defesa-da-soberania-e-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acessado em 10/03/2015.

JONSSON, U. As causas da fome. In Valente, F. L. S. **Fome e desnutrição, determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

JONSSON, U. The causes of hunger. **Food nutrition bulletin**, vol. 3, n. 2, 1981.

KASSIE, M.; NIDIRITU, S. W.; STAGE, J. What Determines Gender Inequality in Household Food Insecurity in Kenya? Application of Exogenous Switching Treatment Regression. **World Development**, v. 56, p. 153-171, April. 2014.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.16, n. 1, p. 187-199. 2011.

KIPTOT, E.; FRANZEL, S.; DEGRAND, A. Gender, agroforestry and food security in Africa. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 6, p. 104-109, February. 2014.

LAND, K. C. Social indicators models: An overview. In LAND, K. C.; SPILERMAN, S. (orgs). **Social indicator models**. P5-36. New York. Russel Sage Foudantion. 1975.

LAVOR, A. Gênero, direitos humanos e segurança alimentar. In: **Radis Comunicação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 119, 24 p. jul. 2012.

LE BIHAN, G.; DELPUEUCH, F.; MARIE, B. Alimentação, nutrição e políticas públicas. **Cadernos de proposições para o século XXI**, São Paulo, v. 4, 132 p. 2003.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. Direito Humano à Alimentação Adequada. In: TADDEI, J. A. A de A. C.; LANG, R. M. F.; Longo-Silva G.; Toloni, M. H. A. de (org). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

LEHAMAN, K. Once a generation: The search for Universal Food Security. Nov., 1996 (comunicação pessoal).

LEVINSON, F. J. Morinda: na economic analysis of malnutrition among young children in rural India. Cambridge, Mass. Cornell/MIT. **International Nutrition Policy Series**, 1974.

LIMA, A. L. de L; SILVA, A. C. F. da; KONNO, S. C.; CONDE W. L.; BENICIO, M. H. D.; MONTEIRO, C. A. Causas do declínio acelerado da desnutrição infantil no Nordeste do Brasil (1986-1996-2006). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 1, p.17-27. 2010.

LIMA, M. Problemas da Educação Profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCEMs. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte. v. 21, n2, p. 73-91, mai/ago. 2012.

LJUNGQVIST, B.; MGAZA, O.; JONSSON, U. The role of nutrition surveys in solving nutrition problems. In: **Nutrition Europe: proceedings of the third european nutrition conference**. Sweden, Uppsala, 19-21 jun. 1979, 1980.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LYKKEN, D.; TELLEGEN, A. Happiness is a stochastic phenomenon. 1ª impressão. v. 7, p.186-189. 1996.

MAGALHÃES, R. Fome: uma (re) leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MALUF, R. Atribuindo sentido (s) ao desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p 53-86. 2000.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e nutricional. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MALUF, R.; REIS, M. C. dos. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.) **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MANFREDI, S. Educação Profissional no Brasil. São Paulo. Cortez, 2002.

MARIN-LEON, L.; FRANCISCO, P. M. S. B.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PANIGASSI, G. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo , v. 14, n. 3, Sept. 2011.

MARTINEZ, M.; GARCIA, M. La autopercepcion de la salud y el bienestar psicológico como indicador de calidad de vida percebida em la vejez. **Revista de Psicologia de la Salud**, v.6, n. 1, p. 55-74. 1994.

MELGAR-QUINONEZ, H.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Psychometric properties of modified US household food security survey module in Campinas, Brasil. **European Journal of Clinical Nutrition**. v. 1, p. 245-257. 2007.

MELLOR, J. W. Nutrition and economic growth. In: BERG, A.; SCRIMSHAW, N. S.; CALL, D. L. **Nutrition, national development and planning**. Cambridge, Mass., Londres. The MIT Press, 1973.

MENEZES, F. Development: The society for international development. SAGE publications. 2001. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/233633510_Food_Sovereignty_A_vital_requirement_for_food_security_in_the_context_of_globalization. Acessado em: jul de 2014.

MENEZES, F.; MARTINS, M. O Plano Brasil Sem Miséria e a participação social. In: Campello, T.; Falcão, T.; Costa, P. V. (orgs.) **Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. O Brasil Sem Miséria. MDS, 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Association of Canadian Community Colleges - ACCC. Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Brasil. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Mulheres mil: do sonho à realidade = Thousand women: making dreams come true = Mile femmes: du revê à la réalité. Brasília. 2011.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. . The Zero Hunger and Brazil without Extreme Poverty programs: a step forward in Brazilian social protection policy. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4351-4360, Nov. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001104351&lng=en&nrm=iso. Acessado em jan 2015.

PACHECO, E. (org.) Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Fundação Santillana. Editora Moderna. Brasília, 2011.

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA; A. M.; MARIN-LEON, L.; PÉREZ-ESCAMILIA, R.; SAMPAIO, M. F. de, A.; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.10, p. 2376-2384, out. 2008.

PASSOS, J. C.; ABREU, M. A. A. A Inclusão Digital como Mecanismo de Inclusão Social: um olhar sobre os resultados de alguns Projetos Sociais. In. : XXXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ADI1044.pdf>. Acessado em 10/10/2015.

PAVOT, W.; DIENER, E. Review of the satisfaction with life scale. **Psychological Assessment**, v. 5, p. 164-172.1993.

PAZ, M. G. das. T.; NEIVA, E. R.; DESSEN, M. C. Bem-estar e felicidade nas organizações: um só fenômeno? In: FERREIRA, M. C.; MENDONÇA, H. (orgs) **Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais**. São Paulo. Casa do Psicólogo.

PÉREZ-ESCAMILIA, R.; Segall-Corrêa, A. M.; MARANHA, L. K.; SAMPAIO, M. F. A.; MARIN-LEON, L.; PANIGASSI, G. An adapted version of the US departamento of agriculture food insecure module is a valid tool for assessing food insecurity in Campinas, Brasil. **Journal of Nutrition**. v. 134, p. 1923-1928. 2004.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO – PNUD. Estrategia de Igualdade de Gênero del PNUD 2014-2017- El futuro que queremos: derechos y empoderamiento. New York. 2014.

QUISUMBING, A. R.; MEINZEN-DICK, R. Empowering women to achieve food security. Washington: International Food Policy Research Institute. 2001.

QUISUMBING, A. R.; SMITH, L. C. Intrahousehold allocation, gender relations, and food security in developing countries, Case study #4-5 of te program: Food Policy for developing countries: the role of government in the global food system. Per Pinstrup-ANDERSEN, P. P.; CHENG, F. (eds.), Cornell University, Ithaca, New York. 2007.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. Determinantes da desigualdade de rendimento no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In HENRIQUES, R. (org) **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro. IPEA. 2000.

RAO, N. Land rights, gender equality and household food security: Exploring the conceptual links in the case of India. **Food Policy**, v. 31, n. 2, p.180-193, april. 2006.

RAPKIN, B. D.; FISCHER, K. Framing the construct of life satisfaction in terms of older adults' personal goals. **Psychology and Aging**, v. 7, n. 1, p. 138-149, Mar. 1992,

ROSS, N. J. Hunger at Home: A Higher Education Service Learning Course of Appraisal and Action in Community Food Security. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 43, n.1, p. 71-72, Jan–Fev. 2011.

RYFF, C. D. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. **Journal of Personality and Social Psychology**, vol 57, nº 6, p. 1069-1081. 1989.

RYFF, C. D.; KEYES, C. L. M. The structure of psychological well-being revisited. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, p. 719-727.1995.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELOS, M. T. L. de; GLÓRIA, V. de; MARINS, M. R. de; CORDEIRO, B.; GOMES, F. S. da; SICHIERI, R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21 (suplemento), p.99s-109, jul/ago. 2008.

SANTOS, J. V.; GIGANTE, D. P.; DOMINGUES, M. R. Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e estado nutricional de indivíduos que vivem nessa condição. 2010.

SCHNEIDER, O. M. F.; NEVES, A. S. dos. Conversas sobre “formarfazer” a nutrição: as vivências e percursos da Liga de Segurança Alimentar e Nutricional. *Interface*, Botucatu, v. 18, n. 48, 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Documento Referência da modalidade PRONATEC Catadores. Brasília, 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Nota Técnica nº 199/2015 que trata da proposta de integração das ações da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e a Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional. Brasília, 2015.

SEGALL-CORRÊA A. M.; PEREZ-ESCAMILLA, R.; Marin-Leon, L.; YUYAMA, L.; VIANNA, R. P. T.; COITINHO, D.; SAMPAIO, M. F. A.; PANIGASSI, G.; MARANHA, L. K.; GUBERT, M.; LEÃO, M. M.; GUIMARÃES, L. V.; BERGAMASCO, S. M.; OLIVEIRA, J. A.; CORREA, M. L. M. Evaluation of household food insecurity in Brazil: validity assessment in iverse sociocultural settings. 2007, 2009. Disponível em: http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/memredsan_3.pdf. Acessado em jan 2013.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudo Avançados**, v. 21, n. 60, p. 143-154. 2007.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARANHA, L. K.; SAMPAIO, M. de F. A.; VIANNA, R. P. de T.; YUYAMA, L.; COITINHO, D.; ALBUQUERQUE, Z. P.; PEREZ-ESCAMILLA, R. Validacion of the USDA food security scale as a valid tool to assess household food insecurity in urban areas in Brazil. **The FASEB Journal**, v. 18, p. 349-2, 2004.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; MELGAR-QUIÑONEZ, H., PEREZ-ESCAMILLA, R. Aprimoramento da Escala Brasileira de Medida Domiciliar da Insegurança Alimentar. Nota técnica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2010.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e usos da Escala Brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p.1-19. 2009.

SHOR, I.; FREIRE, P. Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SELIGMAN, M. E. P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology: an introduction. **American Psychologist**, v. 55, n. 1, p. 5-14. 2000.

SEN, A. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. New York: **Oxford University Press**, 1981.

SILIPRANDI, E. C. A alimentação como um tema político das mulheres. In ROCHA, C.; BURLANDY L.; MAGALHÃES R. (org.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2013.

SILIPRANDI, E. CINTRÃO, R. P. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Cadernos de Debate** (UNICAMP) (Cessou em 2004. Cont. ISSN 1808-8023 Segurança Alimentar e Nutricional), v. 18, p. 12-32, 2011.

SILIPRANDI, E. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, v. 9, p. 169-184, 2011.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar, 2009. 291 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB, Brasília. 2009.

SILIPRANDI, E. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de política para as Mulheres. **Edição especial da revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, 112p.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. **Cadernos de debates**, Campinas, SP, v. XI, p. 38-57, Dez. 2004.

SILIPRANDI, E. The Re-establishment of public rural extension in Brazil: new questions, old problems. **Land Settlement and cooperatives**, v. 2, p. 60-73. 2005.

SILVA, C. J. R. Institutos Federais lei 11.892, de 29 de novembro de 2008: comentários e reflexões. Natal. IFRN, 2009.

SILVA, L. I. L. da.; GOMES, J.; MALUF, R.; ESCÓRCIO, J. R.; VALENTE, F. L. S. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. São Paulo, Governo Paralelo, 1991.

SILVA, M. A. M. de. Fome: a marca de uma história. In: GALEAZZI, M. A. M. (org.) **Segurança Alimentar e Cidadania**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE Jr., S.; FREIRE, S. A. Construção e validação fatorial da EAPN: Escala de Ânimo Positivo e Negativo. **Revista da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro**, 2 (3), 34-40.1999.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n 2, p 201-209. 2008.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC. Relatório de matrículas do Programa Mulheres Mil. Brasília. 2013.

Sousa, V. A.; Carvalho, M. E. P. de. Por uma educação escolar não sexista. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. . Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, v. 8, n. 1, p.102-6. 2010.

STUFF, J. E., CASEY, P. H., SZETO, K. L., GOSSETT, J. M., ROBBINS, J. M., SIMPSON, P. M.; CONNELL, C.; BOGLE, M. L. Household food insecurity is associated with adult health status. **Journal of Nutrition**, v. 134, n. 9, p. 2330-2335. 2004.

TAKAGI, M.; BELIK, W. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: Ortega, A. C.; Filho, N. A. (orgs.) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP. Alínea. 2007.

TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D. A política de segurança alimentar e nutricional no Brasil a partir do programa Fome Zero. In: ORTEGA, A. C.; FILHO, N. A. (orgs) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP. Alínea. 2007.

TATAU, G.; RISTOFF, D.; FONTES, A.; XAVIER, I. M.; SAMPAIO, C. E. M. (org.) **Trajetórias da mulher na educação brasileira: 1996-2003**. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2006.

TEMPLE, J. B. Severe and moderate forms of food insecurity in Australia: are they distinguishable? **Australian Journal of Social Issues**, v. 43, n. 4, p. 649-669. 2008.

TOBELEM, A. Josué de Castro e a descoberta da fome. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

VALENTE, F. L. S. Direito humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, F. L. S. Fome e desnutrição, determinantes sociais. São Paulo: Cortez, 1989.

VALENTE, F.; BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; CARVALHO, M. de F. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH. Curso Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília. 2007.

VIEIRA, V. L.; GREGÓRIO M. J.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; GRAÇA, A. P. S. R. Ações de alimentação e nutrição e sua interface com segurança alimentar e nutricional: uma comparação entre Brasil e Portugal. Saude soc., São Paulo , v. 22, n. 2, June 2013a.

VIEIRA, V. L.; SOUZA, M. P. de; CERVATO-MANCUSO, A. M. Insegurança alimentar, vínculo mãe-filho e desnutrição infantil em área de alta vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 10, n. 2, June. 2010.

VIEIRA, V. L.; UTIKAVA, N.; CERVATO-MANCUSO, A. M. Atuação profissional no âmbito da segurança alimentar e nutricional na perspectiva de coordenadores de cursos de graduação em Nutrição. Interface (Botucatu), Botucatu. v. 17, n. 44, Mar. 2013b.

VOZORIS, N. T.; TARASUK, V. S. (2003). Household food insufficiency is associated with poorer health. **Journal of Nutrition**, v. 133, n.1, p. 120-126.

WALLACE, I. A framework for revitalization of rural education and training systems in sub-Saharan Africa: Strengthening the human resource base for food security and sustainable livelihoods. **International Journal of Educational Development**, v. 27, n. 5, p. 581-590, September. 2007.

WHITTEMORE, R.; Knafl, K. The integrative review: update methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n.5, p.546-53. 2005.

WINDFUHR, M.; JONSÉN, J. Food Sovereignty: towards Democracy in localized food systems responding to a changing environmental. 2 ed. Practical Action Publishing, 2013.

WOORTMANN, E. F. Da Complementaridade à dependência: Espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 38-52.1992.

WOORTMANN, K. 2007. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. Revista de Estudios Feministas 15(2): 476-484. In: Woortmann, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Revista de Ciências Sociais**, v. 29, n. 1, p.103-30. 1986.

YANG, Y. J. Socio-demographic characteristics, nutrient intakes and mental health status of folder korean adults depending on household food security: based on the 2008-2011 Korea national health and nutrition examination survey.

ZENAIDE, M. N. de T. A escola e o seu papel social: uma educação inclusive, não sexista e não homofóbica. In: Gentle, I. M.; Zenaide, M. N. de T.; Guimarães, V. M. G. (orgs) *Gênero, Diversidade Sexual e educação: Conceituação e práticas de direito e políticas*. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa: 2008.

ZIGMOND, A. S.; SNAITH, R. P. The hospital anxiety and depression scale. *Acta Psychiatrica Scandinavica.*, v 27, n 6, p. 361-370, jun. 1983.

APÉNDICES

APÊNDICE 1: TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: ceps@unb.br
<http://fs.unb.br/cep/>

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Stela Márcia Moreira Rosa, Coordenadora Geral de Relações Institucionais e Projetos Especiais, da Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação está de acordo com a realização, em âmbito nacional, da pesquisa **Qualificação Profissional e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: as possibilidades do Programa Mulheres Mil no Brasil**, de responsabilidade da pesquisadora **Jussara Maysa Silva Campos**, para analisar o Programa Mulheres Mil como estratégia interssetorial de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

O estudo envolve o levantamento do perfil sócio econômico demográfico das alunas; a verificação do impacto do Programa nas práticas e escolhas alimentares saudáveis; diagnóstico do estado de insegurança alimentar e bem estar subjetivo das alunas; a análise do fortalecimento das alunas enquanto sujeitas de direito para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e a elaboração de propostas de intervenções regionais para os gestores locais/institucionais do Programa Mulheres Mil nos campus que fizeram adesão em 2013. Tem duração de um ano, com previsão de início para o mês de março de 2013.

Brasília, 17/01/2013.

Coordenadora Geral de Relações Institucionais e Projetos Especiais:

Stela Márcia Moreira Rosa

Pesquisador Responsável pelo protocolo de pesquisa:

Jussara Maysa Silva Campos

**APÊNDICE 2: TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL DOS INTITUTOS
FEDERAIS E CAMPI PARTICIPANTES DA PESQUISA**



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: cepfs@unb.br - <http://fs.unb.br/cep/>**

_____, Gestora local/institucional do Programa Mulheres Mil do Câmpus _____, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia _____ está de acordo com a realização, em âmbito nacional, da pesquisa *Qualificação Profissional e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: o Programa Mulheres Mil no Brasil*, de responsabilidade da pesquisadora Jussara Maysa Silva Campos, para analisar o Programa Mulheres Mil como estratégia intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

O estudo envolve o levantamento do perfil sócio econômico demográfico das estudantes; o diagnóstico do estado de insegurança alimentar e do perfil de bem estar subjetivo das estudantes antes e após a participação no Programa; análise das propostas curriculares do Programa Mulheres Mil na perspectiva da educação para Segurança Alimentar e Nutricional e a elaboração de propostas de intervenções regionais relacionadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Para tanto, serão realizadas entrevistas com estudantes e gestores (as) responsáveis pelo Programa nos Câmpus que fizeram adesão em 2013. A pesquisa tem duração de um ano, com previsão de início para agosto de 2013.

Brasília, / /2013.

Gestor local do Programa Mulheres Mil

Assinatura/carimbo

Pesquisadora Responsável pelo protocolo de pesquisa:

Jussara Maysa Silva Campos

APÊNDICE 3: ESCALA DE BEM ESTAR SUBJETIVO APLICADA A ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA.

Escala de Bem Estar Subjetivo aplicada às participantes do Programa Mulheres Mil pesquisadas no período de 2013 a 2014.

Classificação	Descrição dos fatores
Positivos	Alegre
	Amigável
	Compreensiva
	Confiante
	Corajosa
	Divertida
	Feliz
	Otimista
	Responsável
	Satisfeita
	Negativos
Desanimada	
Descuidada	
Frustrada	
Infeliz	
Malvada	
Medrosa	
Preocupada	
Raivosa	
Rancorosa	
Satisfação com a vida	Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima aos meus desejos.
	Estou satisfeita com a minha vida.
	Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.
	Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.

APÊNDICE 4: APRESENTAÇÃO DAS PERGUNTAS RELACIONADAS ÀS PRINCIPAIS MUDANÇAS VIVENCIADAS PELAS ESTUDANTES APÓS A PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS PESQUISADOS.

Apresentação das questões relativas às principais mudanças ocorridas na vida das participantes da pesquisa após a participação no Programa Mulheres Mil no período de 2013 e 2014.

Item	Descrição
01	Após o término do curso, você conseguiu emprego?
02	Após o término do curso, você se motivou a continuar estudando?
03	Para você, qual foi a principal mudança que a participação no Programa Mulheres Mil proporcionou em sua vida?

APÊNDICE 5: APRESENTAÇÃO DAS ETAPAS DA ANÁLISE SEMÂNTICA DA ESCALA DE BEM ESTAR SUBJETIVO APLICADA A ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA.

Descrição das etapas da análise semântica dos fatores positivos e negativos da Escala de Bem Estar Subjetivo com estudantes do Programa Mulheres Mil em 2013.

Etapas	Objetivo (s) da etapa	Descrição das atividades *
1ª Compreensão dos itens	Avaliar a compreensão das palavras (fatores positivos e negativos) de maneira isolada.	Leitura de todos os itens. Orientação para que o grupo realizasse o debate a respeito da compreensão do significado de cada palavra. Realização de anotações em relação a compreensão (ou não) dos itens apresentados. Questionamento sobre a existência de alguma emoção/expressão que possa representar o sentimento da estudante em relação ao seu estado de bem estar (aspectos positivos e negativos) que não foi contemplada por nenhum item mencionado anteriormente.
2ª Compreensão do sentido das palavras	Avaliar a compreensão das palavras (fatores positivos e negativos) de maneira integrada a um contexto. Analisar a necessidade de inserção de novos itens.	Leitura das frases (vide a seguir), no qual estava descrito um exemplo de cada emoção representada na escala. Solicitou-se ao grupo que indicasse uma palavra sinônima das emoções indicadas em destaque.
3ª Indicação de sinônimos	Confirmar a compreensão indicada nos itens anteriores. Analisar a necessidade de inserção ou exclusão de itens.	Explicação do conceito de cada palavra descrita na escala. Solicitação da indicação da definição para emoção descrita, por meio de um sinônimo da emoção apresentada.
4ª Frases de satisfação com a vida	Verificar a compreensão do sentido das frases. Analisar a necessidade de inserção ou exclusão de itens.	Leitura das cinco frases. Solicitação da indicação da ocorrência de não compreensão ou constrangimento na resposta.

* Ao final de cada etapa, realizou-se o recolhimento dos formulários e entrega sequencial dos que seriam utilizados na etapa seguinte.

FRASES PARA ANÁLISE SEMÂNTICA

1. O cachorro aflito com a chuva procurou um abrigo.
2. Algumas pessoas ficaram alarmadas com a possibilidade de violência durante a manifestação.
3. Alice sempre é amável com seus amigos.
4. Luiza ao realizar aquela tarefa se sentiu mais ativa .
5. Nem chega a ser útil saber o seu futuro, é muito triste angustiar-se com aquilo que nem aconteceu.
6. Ela realizou uma agradável viagem de férias.
7. João estava alegre como a notícia que recebeu.
8. Paula ficou apreensiva com o resultado do vestibular.
9. É preciso dizer a verdade apenas a quem está disposto a ouvi-la.
10. Rita estava preocupada com os prazos da pesquisa.

11. Pedro ficou contente ao saber da conquista da esposa.
12. Maria irritou-se com o barulho do vizinho.
13. Sebastiana estava deprimida com a saudade do filho.
14. Jaqueline demonstrou-se interessada no convite de Alex.
15. Roberto estava entediado de tanto esperar o ônibus.
16. Patrícia estava atenta a mudança do horário de verão.
17. Sérgio estava transtornado com a morte da mãe.
18. Paulo sentiu-se animado com a possibilidade do emprego.
19. Manoela estava determinada a continuar os estudos.
20. Joana estava chateada com as notas do filho na prova.
21. Júlio estava decidido a mudar de casa.
22. Ana sentia-se segura da sua decisão.
23. Rafael assustou-se com o barulho do lado de fora da casa.
24. Luci era considerada dinâmica por realizar várias atividades.
25. Antônio estava engajado em manifestar-se para mudar o país.
26. Luzia sentia-se produtiva em ajudar os vizinhos.
27. Kely estava impaciente com o comportamento do namorado.
28. Marina sentia-se receosa de aplicar todo o dinheiro.
29. Aline estava entusiasmada com a notícia da viagem a Paris.
30. Ivan estava desanimado com o resultado das apostas.
31. Fernando sentia-se ansioso para o reencontro com a amiga.
32. Talita estava indecisa em qual curso fazer na faculdade. Não sabia se escolhia nutrição ou medicina.
33. Juliana achou a amiga abatida e a levou ao hospital.
34. Rodrigo estava amedrontado com a possibilidade de perder a namorada. Porque ela havia descoberto que ele havia beijado outra menina.
35. José ficou aborrecido com o comportamento dos filhos que haviam brigado.
36. Poliana foi agressiva com a professora ao ver a sua nota final, pois seria reprovada.
37. Vânia estava estimulada a investir em seu próprio negócio. Tinha um dinheiro na poupança e muita disposição para trabalhar.
38. Josi estava incomodada com o atraso do marido. Porque certamente ele chegaria zangado com o trânsito.
39. Antônia sentia-se bem com a chegada dos parentes a sua casa, pois havia muito tempo que ela não os via.
40. Núbia estava nervosa com o pedido de casamento da sua filha, pois não sabia se seu marido iria concordar.
41. Fabrício sentia-se empolgado com a ligação de Ana. Ela deixou escapar que estava interessada nele.
42. É necessário ter amor pela vida para seguir vigoroso em qualquer situação.
43. Francisca estava inspirada para fazer um delicioso lanche para seus filhos.
44. Renata sentia-se tensa com o resultado do exame. Seria aprovada afinal?
45. Júlia estava triste com a viagem do namorado. Ficaria com saudade.
46. Caroline ficou agitada diante da notícia do acidente. Teria alguém conhecido envolvido?
47. Raquel estava envergonhada pelo modo como tratou João. Disse-lhe muitas grosserias e depois descobriu que o pobre não tinha culpa.

ANEXOS

ANEXO 1: IMAGEM DO PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. AS POSSIBILIDADES DO PROGRAMA MULHERES MIL NO BRASIL.
 Pesquisador Responsável: Jussara Maysa Silva Campos
 Área Temática: Novos procedimentos terapêuticos invasivos;
 Versão: 2
 CAAE: 12569913.8.0000.0030
 Submetido em: 26/01/2013
 Instituição Proponente: Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1256899

- LISTA DE PESQUISADORES DO PROJETO

CPF/Documento ^	Nome ^	Atribuição	E-mail ^	Curriculo	Tipo de Análise ^	Ação
134.645.744-15	Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu	Assistente da Pesquisa, Equipe do Projeto	rita.akutsu@gmail.com	Lattes CV	PROPONENTE	
000.181.351-02	Jussara Maysa Silva Campos	Contato Científico, Contato Público, Pesquisador principal	jussara.maysa@gmail.com	Lattes CV	PROPONENTE	
317.233.731-68	KARIN	Assistente da Pesquisa, Equipe do Projeto	karinsavio@gmail.com	Lattes CV	PROPONENTE	

- LISTA DE COMITÊS DE ÉTICA DO PROJETO

Comitê de Ética ^	Tipo de Vínculo ^	Ação
30 - Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - CEP/FS-UnB	COORDENADOR	

- LISTA DE INSTITUIÇÕES DO PROJETO

CNPJ da Instituição ^	Razão Social ^	Tipo de Instituição ^	Comitê de Ética ^	Ação
	Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília	PROPONENTE	30 - Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - CEP/FS-UnB	

- LISTA DE PROJETOS RELACIONADOS

Tipo ^	CAAE ^	Versão ^	Pesquisador Responsável ^	Comitê de Ética ^	Instituição ^	Origem ^	Última Avaliação ^	Situação ^	Ação
P	12569913.8.0000.0030	2	Jussara Maysa Silva Campos	30 - Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - CEP/FS-UnB	Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - CEP/FS-UnB	PO	PO	Aprovado	

ANEXO 2: ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Você agora será convidada a falar sobre a sua Segurança Alimentar, para isso peço que responda as questões abaixo pensando na relação da renda e da disponibilidade de alimentos para você e sua família.

Item	Pergunta	Sim	Não
1	Nos últimos três meses, os moradores da sua casa tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
2	Nos últimos três meses, os moradores da sua casa tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores da sua casa tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
4	Nos últimos três meses, os moradores da sua casa ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
5	Nos últimos três meses, os moradores da sua casa comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?		
6	Nos últimos três meses, algum morador da sua casa de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
7	Nos últimos três meses, algum morador da sua casa de 18 anos ou mais de idade, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
8	Nos últimos três meses, algum morador da sua casa de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?		
9	Nos últimos três meses, os moradores da sua casa de 18 anos ou menos comeram apenas alguns poucos alimentos que ainda havia na sua casa, porque o dinheiro acabou?		
10	Nos últimos três meses, algum morador da sua casa com menos de 18 anos de idade, comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?		
11	Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador da sua casa com menos de 18 anos de idade porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?		
12	Nos últimos três meses, algum morador da sua casa com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
13	Nos últimos três meses, algum morador da sua casa com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?		
14	Nos últimos três meses, algum morador da sua casa com menos de 18 anos ficou o dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?		